

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
MA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RAMON ORDONHES ADRIANO RIBEIRO

Ser e tempo da técnica na Ciência da Informação:
Da questão da disponibilidade do ente informação como peça fundamental ao trabalho
paradigmático da Organização da Informação e do Conhecimento

São Paulo
2024

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RAMON ORDONHES ADRIANO RIBEIRO

Ser e tempo da técnica na Ciência da Informação:
da questão da disponibilidade do ente informação como peça fundamental ao trabalho
paradigmático da Organização da Informação e do Conhecimento

Versão corrigida
(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo, como pré-requisito à obtenção do título de doutor em ciências.

Área de Concentração: Cultura e Informação.

Orientador: Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

São Paulo
2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Biblioteca
Escola de Comunicações e Artes

Ribeiro, Ramon Ordonhes Adriano

Ser e tempo da técnica na Ciência da Informação : da questão da disponibilidade do ente informação como peça fundamental ao trabalho paradigmático da Organização da Informação e do Conhecimento / Ramon Ordonhes Adriano Ribeiro ; orientador, Marivalde Moacir Francelin. São Paulo : ECA, 2024.

132 f.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Versão corrigida

1. Epistemologia da Ciência da Informação. 2. Fenomenologia. 3. Hermenêutica. 4. Paul Otlet. 5. Vannevar Bush. 6. Filosofia da Técnica. I. Título II. Ribeiro, Ramon Ordonhes Adriano.

CDD 001.535

RIBEIRO, R. O. A. **Ser e tempo da técnica na Ciência da Informação**: da questão da disponibilidade do ente informação como peça fundamental ao trabalho paradigmático da Organização da Informação e do Conhecimento. 2024. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Avaliação: _____ realizada em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Orientador

Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin
Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____

Membro titular interno

Prof. Dr. Marcos Luiz Mucheroni
Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____

Membro titular externo

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-IBICT)

Julgamento: _____

Membro titular externo

Prof. Dr. Edivânio Duarte de Souza
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Julgamento: _____

Membro titular externo

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Julgamento: _____

Àquelas criaturas que, imbuídas de um doce frescor e inesgotável inocência, cuja alma (livre) é repetidamente instância de alegrias e festejos, dedico este breve — e, por que não, sombrio e vertiginoso, claro e atroz — instante de minha vida. Em síntese, isto é para vocês: Lê, Bá, Tom, Belinha, Buba e Jubi, que estarão sempre comigo.

AGRADECIMENTOS

Não é sem motivo que agradeço ao prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin, que, a bem dizer, se há algum mérito acadêmico nisso que virá a seguir (ao menos algum sucesso na elaboração dessa “tese”), decerto, Marivalde, você é responsável por ele. Obrigado pelo jogo dialético e pela dignidade e fraternidade com que tratou o tema e, sobretudo, com que me acompanhou nessas trilhas de floresta;

Por sua vez, agradeço aos membros da banca examinadora, que muito solícitamente aceitaram compô-la e com ela contribuir: de antemão, claro, agradeço ao prof. Dr. Marcos Luiz Mucheroni, meu amigo e mestre, que me suportou ao longo de todo o mestrado, e que sempre me mostrou seu contagiante entusiasmo filosófico, místico... ; agradeço ao prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida, que, em Marília, ainda à época da minha primeira graduação, além de grande professor e pesquisador a quem devo graças e reverências, sempre foi um grande ouvinte e sábio aconselhador — ou seja, um grande amigo; ao prof. Dr. Edivânio Duarte de Souza, a quem nutro grande respeito pela forma contundente, precisa com que trata temas científicos, epistemológicos tão difíceis e delicados, e que, para minha enorme alegria (e temor até), aceitou enfrentar a leitura e avaliação dessa verborragia a que resolvemos chamar aqui de “tese”; por fim e não menos importante, agradeço ao prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha, a quem devo imensa deferência não somente pelos esforços acadêmico-científicos (hermenêuticos, filosóficos e filológicos) que o consagraram como grande erudito, mas, também, pelas inspirações e encorajamento que seus textos surtiram em mim ao longo desses anos. E que, além disso tudo, me deu ainda o prazer e a honra de tê-lo em meu capítulo final de formação (*Bildung*).

Agradeço (ainda que de modo sempre insuficiente) aos meus amigos do coração que, com atenção e esmero, me acolhem, aconselham, criticam, pesam questões e até mesmo reprovam minhas ideias, medos, modos e comportamentos, ou seja, obrigado: Bruno Galeano, Márcio de Pinho Botelho, Maurício e Marcelo Machião, Walter Clayton de Oliveira, João Roberto Ricardi, Larissa C. de Oliveira, Juliete Susann F. de Souza, Lis Ravazi, Murilo Freitas, Everton Bazaglia, Ellen Eliza Pereira, Lívia Maria Orsati, Gabriel Frizzarin, Robson Carvalho, Álvaro Nonaka, Eliakim Ferreira Oliveira, Israel Rossi, Gustavo Barbosa, Fernando Catelan, Ricardo Mari Neto, Rodrigo Moraes, Geovânio Monteiro, Otto Rosa e Gisele Zanola;

Agradeço, por seu turno, aos meus queridos colegas de trabalho — e amigos —, Júlia Rolim, Fernando Pires da Rocha, Wellington Silva, Flávio Manoel e Waldimir Vivaldo, que, além de me fazerem mais forte, pela união e companheirismo com que logo me receberam (para, assim, suportar o peso das injustiças e violências que nos açoitam dia a dia no espaço de trabalho), ainda foram solidários quanto à minha dupla jornada, tendo eu que revezar minha atenção (já relapsa, como de costume) entre o serviço público e a escrita da tese;

Agradeço, mais uma vez, aos funcionários da Seção de Pós-Graduação da ECA, Márcia, Mirian e Karina, bem como ao Bruno, secretário do Programa (PPGCI), pois muito me ajudaram e me guiaram nesses anos que passei aqui, tendo paciência para receber e resolver os inúmeros problemas causados, em grande medida, por esse aluno que aqui vos escreve;

Agradeço, por fim, à CAPES por ter financiado esta pesquisa desde seu início. Sem tal auxílio, certamente esse estudo não teria passado de um mero devaneio individual, nunca levado a termo.

“Assim como o ato de nascer não conta no processo e progresso geral da hereditariedade, também ‘estar consciente’ não se opõe de algum modo decisivo ao que é instintivo — em sua maior parte, o pensamento consciente de um filósofo é secretamente guiado e colocado em certas trilhas pelos seus instintos. Por trás de toda lógica e de sua aparente soberania de movimentos existem valorações, ou, falando mais claramente, exigências fisiológicas para a preservação de uma determinada espécie de vida.”

(NIETZSCHE, F. *Para além de bem e mal*. Dos preconceitos dos filósofos, §3)

“(…) o passado só pode ser experimentado porque ele mesmo contém um elemento de futuridade — e vice-versa [...]

“(…) o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, a nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo repetidamente em cena mais material desconhecido, de modo que mesmo o presente, frente à complexidade desse conteúdo desconhecido, escapa em direção ao não-experimentável.”

(KOSELLECK, R. *Futuro passado*, p. 36)

Resumo

RIBEIRO, R. A. O. *Ser e tempo da técnica na Ciência da Informação: da questão da disponibilidade do ente informação como peça fundamental ao trabalho paradigmático da Organização da Informação e do Conhecimento*. 2024. 132 f. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Os problemas e dificuldades que surgem a uma área ao longo de seu desenvolvimento e consolidação epistemológica, tal como se dá na Ciência da Informação, ensejam uma radical tarefa teórica (“filosófica”, por excelência), que se acomodaria, como dimensão fundamental deste campo de pesquisa, em debates cujas concepções e consequências discursivas escapam às formas com que se lidaria, cotidianamente, com o objeto de interesse dessa área e seus respectivos pressupostos mais práticos e imediatos, moldados pelo refinamento estabelecido na forma de tempo e reflexão. Nesse âmbito, visto como primordial à objetividade científica, se colocariam em questão os alicerces e princípios que lhe assegurariam o trabalho e delimitação conceitual. Nessa medida, a tese analisa o tema da técnica a partir de um ponto de vista epistemológico e, em especial, hermenêutico, a fim de averiguar sua disposição paradigmática junto ao *corpus* teórico da tradição da Organização do Conhecimento. Para tanto, se pretende verificar como esta, em sua interface disciplinar (nomeada de “Ciência da Informação”), apresenta, bem como se vale, dessa discussão e heranças teóricas acerca da técnica. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem por base uma investigação teórico-exploratória, estabelecida sobre uma revisão bibliográfica. Com efeito, pretendeu-se contribuir para uma ampliação do entendimento teórico acerca do seu escopo paradigmático, propondo, para tanto, novas abordagens sobre os sistemas conceituais vigentes. Como suas devidas conclusões, se percebeu o quanto o esquema paradigmático das revoluções e passagens dos programas e estados da ciência acabam tendo limitações hermenêuticas, se vistos perante a concorrência com uma concretude da temporalidade e da historicidade que abarcam essa mesma atividade epistemológica.

Palavras-chave: Epistemologia da Ciência da Informação. Fenomenologia. Hermenêutica. Paul Otlet. Vannevar Bush. Filosofia da Técnica.

Abstract

RIBEIRO, R. A. O. *Being and time of technology in the Information Science: concerning the question of the availability of information as a fundamental piece of the paradigmatic labor of the Information and Knowledge Organization*. 2024. 132 p. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

The issues that arise in an area in its development and epistemological consolidation, as occurs in Information Science, give rise to a radical theoretical task (“philosophical”, par excellence), which would be accommodated, as a fundamental dimension of this field of research, in debates whose conceptions and discursive consequences escape the ways in which one would deal, on a daily basis, with the object of interest in this area and its respective more practical and immediate assumptions. In this context, seen as primordial to scientific objectivity, the foundations and principles that would guarantee the work and conceptual delimitation would be called into question. To this extent, the thesis analyzes the topic of technology from an epistemological and, in particular, hermeneutic point of view, in order to ascertain its paradigmatic disposition within the theoretical corpus of the tradition of the area in question. To this end, we intend to verify how the Organization of Information and Knowledge, in its disciplinary interface (named “Information Science”), presents, as well as makes use of, this discussion and theoretical heritage of the technique. From a methodological point of view, the research is based on a theoretical-exploratory investigation, established on a bibliographical review. Indeed, it is intended to contribute to an expansion of theoretical understanding regarding the paradigmatic scope of the area, proposing, to this end, new approaches to current conceptual systems. As its due conclusions, it was realized how much the paradigmatic scheme of revolutions and passages of programs and states of science end up having hermeneutic limitations, if seen in competition with a concreteness of temporality and historicity that encompass this same epistemological activity.

Keywords: Epistemology of Information Science. Phenomenology. Hermeneutics. Paul Otlet. Vannevar Bush. Philosophy of Technology.

Sumário

INTRODUÇÃO	p. 12
1.1. Problema e objeto de pesquisa	p. 19
1.2. Justificativa	p. 19
1.3. Hipóteses e objetivos	p. 20
PARTE 2. <i>Da epistemologia à hermenêutica</i> : a querela epistemológica da representação/não-representação como condição de possibilidade à questão da técnica e da tecnologia	p. 23
2.1 Do que se compreende por “epistemologia” dentro da Ciência da Informação: um breve panorama sobre os últimos tempos da pesquisa teórica	p. 30
2.2 Das fontes do pensamento paradigmático da CI brasileira: a passagem da filosofia da informação à questão da técnica	p. 47
2.3 Da concretude do tempo e da história como dimensão hermenêutica	p. 61
PARTE 3. <i>Da técnica enquanto questão que transcende limites disciplinares</i> — ou, a peça do quebra-cabeças teórico: breve exposição acerca da filosofia heideggeriana da técnica	p. 77
3.1 Do progresso da informação enquanto ser de todo e qualquer ente	p. 79
3.2 Da questão da técnica enquanto causa eficiente: modernidade e subjetividade como fontes de realidade da imagem do mundo	P. 93
3.3 Da informação como recurso que põe junto a armação da técnica	p. 103
CONCLUSÃO	p. 118
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

“Dado é um bem comum.”
(Ben Tarnoff, 23 de agosto de 2017)

“(…) chegou a hora de definirmos um novo contrato social para a nossa geração.”
(Mark Zuckerberg, 26 de maio de 2017)

Com a computação ubíqua cobrindo atividades e operações infinitas de nosso dia a dia, informação tornou-se, tal com se tem difundido, o “novo petróleo”. Com isso, ela se impôs como uma espécie de nova matriz energética, forçando, nesse sentido, um rearranjo ao regime das cadeias globais de produção do capital. Esse “recurso” (virtualmente ilimitado), então produzido nas redes digitais pela própria ação humana (mas, sobretudo, pela dinâmica maquínica telemática) deixa margem a um novo modelo/ciclo produtivo da vida: dispondo tais elementos a partir da divisão dos espaços antropológicos de Lévy (2003), informação seria uma espécie de elemento híbrido ao interior tanto do espaço das mercadorias quanto do espaço do que cabe ao bem público (a política, o ambiente da assim chamada ágora digital).

Com efeito, isso acabaria por revelar, por sua vez, uma nova arquitetônica das relações econômicas da dita “sociedade da informação”. Fator este que, como sugeriria o magnata do Vale do Silício, Mark Zuckerberg (HARVARD, 2017), poderia até mesmo instituir um novo “contrato social”: isto é, além de ser tida como um item essencial à vida humana — tal como o direito à água, à educação, à moradia etc. —, informação (então gerada por meio desse incessante fluxo informacional) ainda constituiria um outro modelo de convivência e pacto civilizacionais, ao passo que tal excedente informacional fosse, proporcionalmente, disponibilizado às nações e seus povos na forma de riquezas, em recursos materiais e culturais.

Não restrito ao sentido econômico, esse fenômeno de base telemática (sendo, por excelência, um acontecimento sociotécnico) contém a adoção duma perspectiva informacional da existência humana, estendendo seu expediente também aos objetos que a envolvem cotidianamente: vide, por exemplo, a IoT ou Internet das Coisas (LEMOS, 2013), bem como o fato de a informação ser tomada, no limite, como fundamento da ação moral e das decisões gerenciais do mundo empresarial e burocrático do trabalho do Estado (WERSIG, 1993; ILHARCO, 2003; DAY, 2001; CAPURRO, 2012). Submergindo mais nessa questão a fim de se lançar ao seu interior por meio duma proposição orientadora, há margem razoável para se afirmar que a informação tornou a atividade humana demasiadamente explícita (*Big Data*,

Data Shadow), detectável nos seus mínimos detalhes, sendo, enfim, esquadrihada nos seus ínfimos gestos. Tal “olhar infinitesimal”, que “esquarteja”, mede e avalia esse gestual humano — tal qual poderíamos dizer, no linguajar foucaultiano que remete ao tema da sociedade do controle e dos corpos dóceis (FOUCAULT, 2011) —, seria, então, capaz de percorrer toda a superfície performática de nossa ação nas redes: a exteriorização da vida para o plano visível das redes de comunicação, nessa medida, torna nossa ação algo transparente (BRETON, 1994, WILKE, 2012); anunciada, enfim, por meio da planta digital que sustenta essa realidade virtualizada. Assim, o agir humano pode ser visualizado, isto é, propriamente medido, como um fluxo quantificável, uma matéria ou objeto em movimento (numa certa trajetória), num espaço e tempo mensuráveis matemática, eletrônica e estatisticamente. Ideia que, pelo calculismo que a caracteriza de antemão, remete ao sentido científico de controle, ajuste e previsibilidade da ciência moderna sobre a natureza (HEIDEGGER, 2010, WILKE, 2012, RÜDIGER, 2014).

Nessas proporções, o que “é” ou “está sendo”, no plano de nossa existência e agência humanas (nosso modo de ser e agir), é “real” ao mesmo tempo e por causa/razão de ser “digital” (CAPURRO, 2009). Desse modo, hoje, a vida se estende e se anuncia no horizonte duma tal “ontologia digital” (interpretação digital do ser). Fato que nos coloca eticamente em estado de alerta (CAPURRO, 2000, 2003, 2009) — Quem somos nós nesse mundo digital? Que é isto que dizemos ser informação? — (CAPURRO, 2016). Seguindo a urgência e a patente radicalidade dessas constatações, poderíamos ainda perguntar: — Se a existência (tanto humana como de todo o resto) é, nesse sentido, “digitalizável”, há diferença efetiva entre o que é informação e o próprio ser das coisas? Qual é o sentido do termo autonomia num mundo digital do controle e da previsibilidade estatística da ação? Se, no projeto de mundo da Ciência da Informação, temos a emancipação humana subsidiada por informação, não há uma contradição em termos aqui? O intuito, para que fique claro desde já as intenções desta tese, não é que essas perguntas suscitadas acima sejam sistemática e necessariamente respondidas ao longo da análise e dos resultados que se seguirão, mas que elas consigam apontar e cercar um dado estado de coisas, concentrando forças para o impulso analítico da questão a ser recortada mais adiante. Com isso, portanto, se quer justificar tanto a importância dos problemas que emergem desse tema, indicando sua riqueza e proliferação dentro do campo, quanto progredir na elaboração do objeto a partir de um afunilamento das questões.

Voltando ao ponto: por assim dizer, essa “abordagem informacional” generalizada, que ora dá coesão ao mundo por meio das conexões e sistemas digitais, elevaria informação

ao patamar de elemento essencial da vida contemporânea, isso na medida em que pautaria o modo de ser de nossas civilizações (CAPURRO, 2009; ILHARCO, 2003). Por consequência, informação como que viraria tudo. Isto tanto pode acontecer ao estado de coisas (sociedade da informação) que, como mostram as epígrafes postas logo no cabeçalho desta breve introdução, informação teria alcançado, com efeito, a possibilidade de ser tomada como um recurso fundamental, sendo imaginada como um “bem comum” (essencial à dignidade humana), que poderia sustentar um novo contrato social, isto é, um novo paradigma civilizatório.

Agindo de modo “ideológico”, no sentido em que Ricoeur (2018) poderia empregar a expressão, informação daria como que coerência para a realidade (função geral mediadora na integração social), erguendo, sobre esse solo, um por vir (um futuro, um vir-a-ser) que representaria a realização plena desse modo de vida que aí se apresenta como promessa e minimamente já em curso; ideologia que vira, portanto, motor de uma utopia, ao passo que, ao propor um novo contrato social no qual informação geraria riqueza e bem-estar suficientes para que todos tivéssemos uma renda mínima universal e que, ao mesmo tempo, fosse matéria-prima ao desenvolvimento cultural — o que reconfiguraria a tensão entre os extratos, classes sociais —, Zuckerberg, aqui, parece querer retrazar uuma rota à terra-prometida de Thomas Morus (2016): *Utopia*.

Em resumo, este passo apoteótico (no caso, o de adotar a noção de informação enquanto um ente geral que movimentaria e sustentaria todas as nossas energias vitais) pode ser chamado, por uma leitura ontológica do objeto (HEIDEGGER, 2012), de “entificação do ser”: o que significa, em suma, o fato de se elevar algo particular, histórico e temporal ao nível do próprio ser das coisas, aquilo que é essência de todas as coisas (BORNHEIM, 2001). Posto isto, o que se sucede (ao menos num primeiro olhar) é uma injustiça com o ente informação, isto é, com seus limites, sua história, seus reveses e sua finitude características. Segundo Wilke (2012, p. 97):

Tomando por base o diagnóstico de Heidegger, é possível dizer que a noção de informação, sobretudo quando conjugada à tecnologia, tal como na expressão tecnologia da informação, está referida ao que se constitui na e pela tecnologia como uma representação digital dos entes e dos eventos. Isso se dá na forma de algoritmos que operam sobre dados simbólicos, que permitem, por sua vez, informar uma representação. A representação informada e armazenada por meio das tecnologias de informação é possibilitada pela fragmentação do ente objetivado em uma série de atributos definidos como dados numéricos que passam, por sua vez, a ser o modo de acesso a qualquer ente. Esse processo contemporâneo de compreensão e apreensão do ente escamoteia a presença da circunstância histórica que o enseja [...]

Próximo dessas questões, encontra-se o que Capurro (2020), bem como Capurro e Hjørland (2007), precisamente perseguiram quanto aos inúmeros conceitos de informação: a bem dizer, esses dois autores exploraram, por meio de um esforço e resgate histórico-hermenêutico, as origens e metamorfoses disso que chamamos “informação”, mostrando como este ente passa por reformulações, degenerações semânticas etc., saindo, por exemplo (e não restrito a esse viés), dum sentido antigo e medieval (do grego *idéa*, *typos*, *morphé* ao latim *informatio* — *dar forma*), alcançando uma conotação moderna, epistemológica e cognitiva¹, amparada pela ciência de então, até as mais de 700 definições encontradas pelo uruguaio. Sentido contemporâneo que, em meados do séc. XX, aliás (sendo absorvido pela força gravitacional da Teoria Matemática da Comunicação, era um quase-sinônimo de confusão) retifica Capurro (2014). Tais investigações, acreditamos, justamente vão contra esta ideia (ou ainda, essa prática) de tornar informação um ente absoluto e atemporal, subsídio a tudo que há no mundo. Assim, a injustiça ontológica (ou “entificação do ser”, como dissemos logo acima), acaba por nos ameaçar, já que estamos jogados no vórtice do real, espaço no qual o hibridismo e as mutações ocorrem sem o endosso das teorias consolidadas.

Nesse sentido, as pesquisas de Barreto (2002), Capurro (1978 apud 2016, 2020, 2014, 2003), Capurro e Hjørland (2007), Frohmann (2008), Saldanha (2014), na perspectiva que aqui “forçamos suas tintas”, desvelam o campo de batalha que é a definição/não definição do conceito de informação. O campo teórico de uma ciência, por sua vez, é um campo de forças sempre em disputa, cujo tabuleiro desse mesmo jogo também se movimenta continuamente.

¹ Em contato com esse tema, é importante destacar que, ao *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 322), o termo representação (que em muito preenche ou mesmo substitui o de informação) é entendido da seguinte maneira: [...] representação *representation* 1. **adm arq dir** documento apresentado a uma autoridade, contendo queixa ou reclamação. <=> petição. 2. **bib/index** reformulação ou indicação de um conceito por meio de uma linguagem de indexação ou de informação. 3. **inf** representação da informação ou de uma grandeza, através de uma linguagem ou de uma programação. r. de dados *data representation inf* utilização de caracteres numéricos, alfabéticos e especiais para representar a informação, r. discreta de dados *discrete representation inf* representação de dados através de caracteres, cada um destes designando uma ou mais alternativas, r. do conhecimento *knowledge representation*. 1. **adm bib inf** "conjunto de processos de simbolização notacional ou conceituai do saber humano no âmbito de qualquer disciplina. [...] se incluem a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos informáticos e linguísticos relacionados com a tradução simbólica do conhecimento" (**barm**, p. 125). 2. **inf** a escolha da estrutura de dados que representará a informação nas bases de conhecimento armazenadas no computador. <=> base de conhecimento, elicitação, rede semântica, sistema especialista, r. figurativa => ícone. r. gráfica => gráfico, r. gráfica de descritores => visualização de descritores. r. gráfica de tesouros => visualização de descritores. r. mental *mental representation arq bib psi* o modo como as pessoas armazenam informação recebida do ambiente, mantendo sua estrutura original. Se notarmos bem, a base de cada um dos itens do verbete “representação” acabam se dividindo em duas formas de concepção: a) uma físico-tecnológica; b) a outra, cognitiva, o que nos faz ter uma noção, ainda que inicial, do quanto os efeitos paradigmáticos (físico e cognitivo) ainda podem ser sentidos. Acerca disso, conferir Silva e Farias (2013).

Por isso, o “sinal de alerta”, vez ou outra, soa: podemos ser, assim, sem uma constante reinterpretação de nosso objeto ou abordagem científica que nos diferencia, drenados para o redemoinho das infinitas demandas diárias dos discursos positivadores, onde informação é esquecida como ser temporal, ou seja, como um ente. Com efeito, o estágio atual da sociedade da informação cria um espaço de problematização que não atinge apenas as ciências humanas em geral, mas a nós, em particular. Informação, então, tem sido tomada num sentido genérico que foge à historicidade que a delimitaria, afastando-a da finitude que cabe a todo ser. É preciso, levando em conta um esforço hermenêutico, buscar sempre a finitude desse algo finito — isto é, aquilo que dá ao nosso objeto ou abordagem científica uma temporalidade, um limite necessário de simplesmente “ser” algo (nosso objeto).

A Organização da Informação e do Conhecimento (em sua interface como Ciência da Informação), portanto, enquanto uma espécie de sujeito científico posto no *front* de batalha do real (sendo, a propósito, tanto um alvo fácil a essa crise prático-conceitual quanto um observador privilegiado junto ao fenômeno informacional contemporâneo), precisa, a cada instante, na tentativa de estabelecer um certo controle sobre o discurso científico que a define (FOUCAULT, 2017), defender seu objeto/abordagem acerca do que entende por: informação. Se informação é tudo à sociedade da informação, qual o gênero e diferença específica que nos circunscreve, enquanto ciência, diante dessa mesma sociedade e ao lado das demais ciências? A bem dizer, precisamos defender histórica e conceitualmente esse ente que nos cabe, isto é, nosso projeto de informação (DAY, 2001, WILKE, 2012). Tudo isso para dizermos, com efeito, a que viemos enquanto campo de conhecimento e instituição disciplinar, aferindo qual a função social dessa ciência.

Para tanto, é preciso entender o papel que a tecnologia (ou seria da técnica?) desempenharia no que toca a informação, dela enquanto uma possível condição de possibilidade do ser informativo da informação, no sentido dessa total generalização do conceito de informação (vide, a saber, a incidência e recorrência do termo “recurso” ao conceito de “recursos informacionais”, muito utilizado nos escritos contemporâneos de Ciência da Informação). Contudo, é preciso, antes, compreender qual o fundamento ou princípio de coerência — se é que há algum —, dentro da própria Ciência da Informação, que chancela esse processo simbiótico entre técnica/tecnologia e informação. Assim, pondo em linhas as mais gerais, o problema aqui delimitado diz respeito à formação das condições de possibilidade da objetividade científica da Ciência da Informação — isso no que se refere à

técnica/tecnologia como um possível pressuposto onto-epistemológico da área acerca do que seria (ou não) “informação”.

Com efeito, garantidas essas dimensões e limites genéricos do problema, a questão da técnica (ou da tecnologia, quem sabe) precisaria ser naturalmente levantada de dentro da própria história teórica, epistemológica do campo. Para tanto, um caminho viável (e inúmeras vezes já trilhado) seria o de retornar a alguns princípios e marcos teórico-práticos, via uma eventual reinserção de autores que marcaram a ascensão, desenvolvimento e consolidação da área (CI), que poderiam, nesse sentido, servir de “ponto de contato” a essas diretrizes sociotécnicas contemporâneas (entificação do ser informação): posto tudo isso numa única interrogação, poderíamos simplesmente perguntar — Que autores, que nos forneceram, contumaz, nossos inúmeros fundamentos e pressuposições, apresentariam tais afinidades com esse estado de coisas no qual informação se afirma como subsídio de tudo, através da capacidade telemática das redes?

Quanto à seleção desse possível *corpus* teórico a ser examinado, um parâmetro importante que faria justiça ao problema aqui em vista estaria no fato de que a técnica, ela mesma, teria que ser um signo relevante dentro das definições desses autores e ideias. Com efeito, os *founding fathers*, Vannevar Bush e Paul Otlet, seriam pontos fundamentais a serem estudados, dado que são ainda autores tidos como fundacionais à área, sendo reencontrados a todo instante nas pesquisas teórico-epistemológicas da Ciência da Informação. Mas, mais do que isso, ambos são personagens que, inclusive, habitam um certo canto obscuro dos corredores dos departamentos e programas de ensino e pesquisa de Ciência da Informação, bem como do imaginário mais ou menos vultuoso das pessoas que por eles circulam: tidos, por assim dizer, como peças opostas (tecnofóbicos e tecnofílicos, apocalípticos e integrados), Otlet e Bush seriam reconhecidos, cada qual, como um humanista e um tecnicista. Por seu turno, a atmosfera (especialmente “paulistocêntrica”) na qual flutuam essas opiniões e sentenças avulsas tem sua umidade característica gerada e mantida pelos vapores dos preconceitos, que, mesmo não as tornando conhecimento verdadeiro e verificado, ainda assim têm força suficiente para mantê-las pairando pelos ares. Opiniões e sentenças essas que, para a Epistemologia, seriam coisas postas para descarte, já que esconderiam o processo de descoberta e fixação de princípios verdadeiros. Mas que, para o método hermenêutico, a saber, seriam justamente a ignição do trabalho interpretativo, pois é a partir do curso dos preconceitos (pré-concepções expressas nessas opiniões e sentenças) que se poderia descobrir e reencontrar princípios obscuros ali em voga (RICOEUR, 2016).

Para além dessas disputas departamentais, uma coisa é certa, a eles remeteriam obras seminais, como: o texto de H. Borko (1968), *Information Science: What is it?*, no qual o autor defende que a atividade científica da Ciência da Informação é entender o fenômeno de criação, processamento, distribuição e uso da informação; bem como o artigo de Buckland (1991), no qual a ideia de informação, enquanto objeto científico, se mantém e ganha renovação epistemológica e prática, entre tantos outros. Por isso, esta pesquisa propõe uma análise das bases históricas e epistemológicas da Ciência da Informação. Nesse sentido, Paul Otlet e Vannevar Bush são autores fundamentais e, mais ainda, fundacionais ao pensamento informacional e organizacional da área em questão, se colocando como faces capitais do pensamento que a permeia (TÁLAMO; SMIT, 2007; MOURA; LARA, 2012; MEDEIROS; VANTI, 2011). Ainda que Otlet tenha maior destaque no campo, ambos constam da história da Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação como dois de seus grandes nomes: um, pela tradição francófila que fundaria a Documentação, o outro, pela *Information Science* anglo-americana do período pós-guerra, alicerçada no esforço duma política científica que englobava iniciativas científicas, tecnológicas de organização e, especialmente, de recuperação de informação (BRIET, 1951; RAYWARD, 1997; TÁLAMO; SMIT, 2007; SARACEVIC, 1996; STOKES, 2005).

Nessa medida, é pertinente o estabelecimento de um vínculo entre uma problemática atual da técnica e da tecnologia junto a base paradigmática da Organização da Informação e do Conhecimento em sua interface como Ciência da Informação. De modo mais específico: intenciona-se a relação teórica entre a discussão epistemológica da Ciência da Informação (pregressa e atual) e a forma temporal, paradigmática com que a técnica/tecnologia nela se insere hoje e ontem. Tais itens bem se acomodam juntos na medida em que a técnica/tecnologia se coloca como uma questão fundamental à cultura contemporânea em geral (HAN, 2017, HEIDEGGER, 2002), sendo Otlet e Bush, nesse sentido em que se colocam como fontes tradicionais da Organização da Informação e do Conhecimento, autores fundamentais para o campo. Isso, ao passo que poderiam ser identificados, cada qual, como uma das vertentes presentes numa “leitura” (preconcepção) brasileira da história da Ciência da Informação. Com isso, enfim, se quer entender quais os conceitos, noções, valores orbitam em torno da técnica (ou da tecnologia) e de que modo eles poderiam estar presentes no pensamento originário da área, bem como qual a sua relação com a pesquisa teórica da Ciência da Informação dos nossos dias.

1.1 Problema e objeto de pesquisa

O objeto da pesquisa, com efeito, é a dimensão histórica e epistemológica (paradigmática, para sermos mais específicos) da técnica/tecnologia no pensamento da Ciência da Informação. Para tanto, como alvo particular dessa investigação, indicamos o fato de que esse exame terá como ponto de partida (e também de retorno, aliás) a atividade teórico-epistemológica da Ciência da Informação brasileira, tendo como dimensão histórico-a de aderência, no fim das contas, alguns trechos de obras importantes desses dois autores: o *Traité de Documentation*, pelo lado de Otlet; o relatório, *Science, the endless frontier*, e o artigo *As we may think*, pelo lado de Bush. Com efeito, essas obras, a serem analisadas sob uma certa ótica e restrição, estão aí como marcas de convergência à questão heideggeriana da técnica.

1.2 Justificativa

A pesquisa, a bem dizer, se justifica pela relevância que essas bases epistemológicas têm para a área e o quanto uma análise crítica pode contribuir para melhor compreender o contexto atual da informação e do conhecimento e as suas relações com a questão tecnológica. Nesse sentido, a esfera epistemológica e metacientífica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001) da Ciência da Informação considera o compromisso científico que as pesquisas mantêm com a área. E, de acordo com Borko (1968), Buckland (1991), Capurro (2003, 2016), Capurro e Hjørland (2007) e Frohmann (2009), cabe à epistemologia: a) vasculhar e sedimentar a objetividade científica e os princípios que determinam as condições dessa objetividade, na Ciência da Informação e na Organização da Informação e do Conhecimento; b) bem como, esclarecer pressupostos que determinam a relativa identidade disciplinar da Ciência da Informação (isto, em especial, diria a razão de sermos nós e não outros aptos a realizar tais atividades sob a égide deste tal objeto definido/não definido como “informação”). Também, a propósito, para Capurro (2003), Gomez (2001), Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), as questões que se dão neste nível teórico encontram seu estatuto na convergência entre ética, epistemologia, ontologia e hermenêutica, justificando, portanto, a importância desta pesquisa do ponto de vista do método hermenêutico como sua via de compreensão e interpretação.

Diante do contexto apresentado, surgem as seguintes perguntas: a) por que a hermenêutica é necessária para tratar da matéria tematizada ao nível dos fundamentos? b) isso agregará alguma contribuição conceitual e terminológica ao âmbito epistemológico da Ciência da Informação e da Organização da Informação e do Conhecimento?

Antes de fornecer as hipóteses e justificativas para essas perguntas, é necessário dizer que qualquer discussão que se pretenda investigar um fundamento da objetividade na Organização do Conhecimento e na Ciência da Informação, por seu turno, deve estar disponível a uma terapia interdisciplinar (principalmente filosófica, neste caso em particular), que nos encaminhe, então, a uma gama de olhares acerca do objeto. Deve-se adotar o perspectivismo disciplinar (Filosofia/Ciência da Informação) a fim de bem-encaminhar a questão, o que pressupõe a inclusão de métodos, princípios e valores exteriores ao arcabouço disponível exclusivamente à Ciência da Informação (POMBO, 2003), enriquecendo, assim, a formulação de conceitos (ou de quase-conceitos) e de uma resposta ao problema levantado. É neste sentido que a filosofia poderia nos emprestar seu “ferramental” interpretativo (hermenêutico), a fim de compreendermos nosso objeto geral (tecnologia e fundamento/Otlet e Bush) na dimensão epistemológica que tal problema alcançaria ao interior da Ciência da Informação. Postura de acordo com o momento contra-analítico (anti-cartesiano) que vivemos nas ciências, onde não há uma delimitação exclusiva dos objetos para dadas disciplinas (POMBO, 2003); na Ciência da Informação, desde sua origem, aliás, contempla-se esse *modus operandi*, que se vale de instrumentos práticos, teóricos, metodológicos de áreas mais ou menos próximas (SARACEVIC, 1996).

1.3 Hipóteses e objetivos

A saber, nossas hipóteses iniciais são:

I. A primeira hipótese fundamenta-se em uma proposta metodológica: no que se refere ao caso da hermenêutica (CAPURRO, 2000, 2003, 2016), o conjunto metodológico a ser adotado aqui remete a autores com pesquisas atuais e relevantes à Ciência da Informação. Disso, segue-se que a hipótese está distribuída filosófica e historicamente em Heidegger e Gadamer como fundamentos metodológicos presentes nos dois instantes desta pesquisa: a) técnica/tecnologia enquanto pressuposto epistemológico (Parte 2); b) técnica/tecnologia como pressuposto duma ontologia subterrânea (Parte 3). Contudo, a hermenêutica ainda precisa se debruçar sobre os textos selecionados (Otlet

e Bush) e ser capaz de demonstrar, materialmente, como a técnica/tecnologia pode se dar como fundamento epistemológico e, por sua vez, ontológico à Ciência da Informação. Isto posto, faz-se necessária uma outra metodologia: a hermenêutica textual de Ricoeur se coloca aqui. Ela nos oferece ferramentas e métricas para análise do *corpus* bibliográfico a fim de retirar, desse mesmo conjunto de textos e passagens, um dado “sistema” de ideias. Assim, ressalta-se o quanto a hermenêutica é um instrumento importante para entendimento de questões essenciais da Ciência da Informação e o quanto ela nos pode auxiliar na investigação epistemológica sobre a tecnologia na Organização do Conhecimento (CAPURRO, 2000, 2003).

II. Como segunda hipótese, supõe-se que diferentes perspectivas acerca do mesmo objeto podem nos mover, ao contrário do que parece, no sentido da reafirmação identitária da área e de seu objeto/não-objeto. Ou seja, outros planos conceituais nos auxiliam a compreender os mecanismos que movem nossos pressupostos, marcando saídas relevantes à Ciência da Informação, neste caso. Tal hipótese pode ser corroborada por autores como Capurro (2003, 2016) e Frohmann (2008, 2009) quando analisam figuras importantes do pensamento como Heidegger, Gadamer, Wittgenstein, Foucault e Peirce. Sob o olhar destes autores (“estrangeiros”, por assim dizer), com efeito, podemos repensar aspectos e vislumbrar interditos que, usualmente, grassam nos temas e processos da área sem que suas funções, efeitos e alcance sejam objeto pleno de investigação.

Com tudo isso em vista, podemos dizer que o objetivo geral da pesquisa é, enfim: estudar a gênese epistemológica que opera à concepção de objetividade à Ciência da Informação, tendo a técnica/tecnologia como um fundamento paradigmático (possível e sempre vigente) desse projeto disciplinar. Caso em que se formam os seguintes objetivos específicos:

- a) Estudar a hermenêutica filosófica de Heidegger (em especial, a analítica existencial de *Ser e tempo*) como forma de acesso ao curso da tradição teórica da Ciência da Informação;
- b) Analisar a questão da técnica (especificamente a perspectiva heideggeriana em torno disso) como fonte ontológica no que toca as condições de possibilidade ao campo epistemológico da Ciência da Informação;

- c) Interpretar o curso da tradição brasileira em pesquisa epistemológica, passando pelos textos de Otlet e Bush, a partir duma leitura hermenêutica, tendo em vista, para tanto, a possibilidade de se pensar a técnica/tecnologia como um fundamento (ontologia como epistemologia).

PARTE 2

Da epistemologia à hermenêutica: a querela epistemológica da representação/não-representação como condição de possibilidade à questão da técnica e da tecnologia

Antes de tudo, é preciso dispor de um princípio de orientação que, apesar de mais evidente nessa Parte 2 do que na Parte 3, se manterá em operação ao longo de todo o trabalho: a saber (tal como já foi, em alguma medida, mencionado mais acima), o conjunto de estudos que aqui será levado a cabo (ainda que alcance, em seu momento derradeiro, a literatura estrangeira, incluindo aí até mesmo algumas obras de Otlet e Bush como a última volta dum laço) terá, como sua origem e destino, o âmbito da Ciência da Informação brasileira. Isso, todavia, não exclui e nem mesmo exime a literatura internacional (anterior e atual) do quadro total de interpretação da tese. Aliás, a proposta do texto atenta justamente para o contrário: apresentaremos — assim esperamos — indícios que, sobretudo, pautem a continuidade, a recorrência entre alguns elementos e estratégias presentes tanto numa como noutra literatura, da nacional à estrangeira, da que está cristalizada nos empreendimentos científicos de hoje e de ontem, e daquilo que se produz aqui e lá fora.

Com efeito, o intuito desse endereçamento e compromisso nacionais surge na medida em que se pretende trazer à tona uma espécie de “ponto cego” dos pressupostos que orientariam a pesquisa teórico-epistemológica nacional (e até mesmo internacional) da Ciência da Informação, deflagrando aí tanto os aspectos não tematizados de suas escolhas pré-teóricas quanto, por sua vez, o possível caso de ser ela ainda uma forma de “caixa-acústica”, que repercutiria, na topografia brasileira, um debate ensejado além-mar; passo esse que já prenunciaria, no limite, uma característica fenomenológica importante para a pesquisa como um todo: isto seja, a de fazer com que a figura analisada (objeto) e seu respectivo fundo (contexto) sejam tencionados entre si, revelando, nesse procedimento, o estatuto de suas correlações (NUNES, 2012)

Nessa esteira, pensar sobre o tema da fundamentação teórica duma ciência (os fundamentos não necessariamente tematizados de um fundamento, enfim) exige, nesse sentido, a capacidade lógico-discursiva de se sobrepor, como forma de contraste, o ambiente observado (revisão de literatura) com a(s) hipótese(s) previamente levantada(s). Nesse caso: de que a questão da técnica/da tecnologia estaria como que inserida em nossa atitude e pretensão epistemológicas, nelas operando como uma espécie de peça central e multifacetada dum quebra-cabeças paradigmático que só poderia ser jogado — e resolvido, por assim dizer — mantendo-a constantemente em jogo (KUHN, 2011).

Por conta disso, a função dessa parte inicial da tese (sua primeira metade, portanto) dirá respeito à determinação do problema da técnica/da tecnologia a partir do próprio pensamento teórico-científico erigido e gestado no interior da Ciência da Informação. Desse

modo, a justificação da relevância do problema da técnica/da tecnologia para a área em questão (Ciência da Informação) deverá surgir, de fato, de dentro dela mesma, fazendo com que a análise se dê, finalmente, como uma forma de extração e decantação.

Por seu turno, é preciso que, no interior do esforço epistemológico da Ciência da Informação, exista algo que nos assegure a relevância dessa matéria (a questão da técnica/ da tecnologia). Isto é, exige-se aí um ponto arquimediano sobre o qual tudo se apoie e seja possível sua subsequente movimentação. Ou melhor, para usar uma metáfora fisiológica, é preciso que os vasos comunicantes sejam expostos em seu fluxo de atividade entre técnica (ou tecnologia) e epistemologia. Não obstante, a disputa em torno duma chamada “filosofia da informação” (essa esfera de estudos que teria como meta justamente definir/resguardar um campo objetivo de atividades à Ciência da Informação, fazendo com que ela, a própria Ciência da Informação, reflita sobre si mesma) nos daria essa oportunidade exegética: nesse sentido, a revisão de literatura quanto à produção histórica e epistemológica da área (em resumo, um certo sobrevôo então direcionado, compreendendo as últimas décadas entre o plano nacional e internacional de pesquisa da área) precisará não somente apresentar algumas vertentes proeminentes da investigação histórico-epistemológica em curso nesse espaço e período, mas, para além disso, ainda deverá apontar para o fato de que a questão da técnica e da tecnologia estaria como que movimentando esse campo de ideias aí em jogo. Assim, será necessário apontar “porquê” e “como” tais discussões, em Ciência da Informação, acabariam por incidir sobre a questão da técnica ou da tecnologia. Isso, no limite, se põe como um desafio, pois se está querendo encontrar nas coisas algo que aponte, mesmo que indiretamente, para outros elementos. Há uma intrínseca dificuldade aí que alcança os limites lógicos da linguagem, nos precipitando aos abismos simbólicos do dizer e do conceituar.

No mais, como essa etapa da tese (Parte 2) deve deixar claro em seu desfecho, esse tal “campo de atividade” constituído enquanto busca por uma fundamentação teórica à Ciência da Informação (nesse caso, o problema, dito filosófico, do que é ou deixaria de ser informação para o campo: de a informação como objeto ou não da área etc.) impor-se-á, então, como o epicentro e, por conseguinte, como motivo dessa movimentação investigativa da Ciência da Informação. Tudo isso será, em suma, examinado com a finalidade de se elaborar o problema da técnica ou da tecnologia a partir do seu próprio conjunto disciplinar de preocupações. Desse modo, ao visar a maneira como a Ciência da Informação se esforça para se objetivar cada vez mais como ciência bem-estabelecida (a saber, ora rumando ao fundacionismo, ora estreitando relações com matrizes mais coerentistas), nosso olhar, com efeito, se voltará,

digamos assim: a) ao “observador”, fazendo-o de “objeto”, examinando algumas trilhas de sua reflexão, esquadrinhando a forma como esse mesmo pólo subjetivo (observador) se move e tenta encaixar as peças do *puzzle* científico; b) bem como ao uso instrumental de certos conceitos, preconceções e noções de que lança mão para realizar tal feito; o que toca, no fim, as vias da tradição que se impõem sobre o ato científico em sua existência e realizações cotidianas, se embrenhando em suas complexas veredas retórico-explicativas. No cálculo desses dois vértices, se deixaria à luz os gestos empreendidos pelo pesquisador da Ciência da Informação quanto ao seu esforço de dar sentido e coerência ao plano teórico-paradigmático.

Com efeito, o balanço entre reflexão e situação, autonomia e vínculo histórico, entre estranhamento e pertencimento à tradição, pontos esses de contato que a hermenêutica bem coloca (RICOEUR, 2011) é que criará a dinâmica de desenvolvimento do texto. A isso se refere aquele tencionamento entre objeto e fundo apontado mais acima. Em outros termos, para se alcançar o núcleo do debate a que se pretende aqui — isto é, o de pôr em discussão algumas formas de realização da pesquisa epistemológica e conceitual na Ciência da Informação, e, por sua vez, o de expor as possíveis perspectivas a partir das quais elas se efetivam, elaborando, assim, um quadro da pré-compreensão que as orienta —, é preciso, então, como sua respectiva condição de possibilidade, exibir o *modus operandi* dessa pesquisa teórica, epistemológica na Ciência da Informação. É preciso flagrá-la em ato, por assim dizer. Para tanto, tomaremos algumas figuras exemplares do pensamento informacional como caso e trajeto de pesquisa, não buscando, todavia, necessariamente esgotar e verificar, uma a uma, suas fontes e muito menos qual delas é mais eficiente, “verdadeira” sobre as demais; a pretensão, para usar um linguajar franco, é tentar ganhar a luta por *knockout* e não “por pontos”. Nessa medida, verificar-se-á algumas notas características dos discursos, seus autores, hipóteses e escolas envolvidas nesse processo de validação científica, a fim de se apurar a questão da técnica ou da tecnologia a partir daí.

A propósito (e retomando um ponto já levantado), esse “balão de ensaio” (essa representação acerca duma busca incessante por uma epistemologia da Ciência da Informação), por seu turno, servirá para tornar sensível uma dificuldade extra: a de se estabelecer uma análise sobre o problema da tese a partir do expediente epistemológico cujo ofício, por natureza, não necessariamente prevê esse tipo de abordagem. Isto, pois, diante da positividade que caracteriza essa camada epistêmica de uma ciência ou disciplina, que sempre procura aumentar e certificar sua validade científica, não há espaço de discussão previamente reservado para se colocar em questão, por exemplo, os elementos pré-objetivos (valorativos)

que descrevam uma dada relação anterior ao binômio sujeito-objeto naquela área ou domínio. As áreas e disciplinas científicas, pela óbvia aspiração de sua objetividade, naturalmente já aceitam essa relação como algo dado (RICOEUR, 2018).

Guardadas essas dimensões, esse procedimento deve revelar, por consequência, alguns dos pressupostos e valores que orientariam — seja de forma mais ou menos consciente — algumas camadas pré-teóricas da pesquisa epistemológica do campo informacional da Ciência da Informação. Assim, partir da produção brasileira (a qual estima, mais e mais, um trabalho rigoroso e substancial quanto à fundamentação teórica da Ciência da Informação, com uma quantidade exponencial de publicações nesse sentido, produzidos nas últimas duas décadas), categorizando-a em suas vertentes, escolhas e agendas teóricas, nos tornará possível acessar aquilo que, há tempos, foi denominada de “filosofia da informação” — e cujo espaço discursivo, enfim, se coloca como extremamente oportuno ao que se quer indicar. Por isso, sobre ela, essa “filosofia da informação”, se marcará um dos pontos centrais dessa Parte 2.

Antecipando alguns desses passos e etapas consecutivas, é possível dizer que, ao longo da leitura desse ambiente nacional de pesquisa, veremos quanto o aspecto tecnológico acaba sucitando dois ramos de interpretação (duas “filosofias”), tendo, como saídas programáticas, duas propostas distintas (resoluções) para a organização do campo teórico da Ciência da Informação. Aspecto que, inclusive, nos leva às origens internacionais dessa divisão: nesse caso, uma proposta “epistemológica” e, a outra, “ontológica”, tal como resolvemos assim, didática e livremente, denominá-las. Nesse sentido, expor a discussão entre a solução “pragmática” (isto é, a tentativa de desarticulação do problema ontológico da informação via paradigma social: vide Frohmann, Capurro), em contraste com a proposta duma definição mínima de ser desse mesmo objeto (como na ontologia restritiva de Floridi), deixará vir à tona um quadro de forças que se articula internamente. O fato de a questão da técnica/da tecnologia ser um ponto de apoio tanto à exigência pragmaticista (na medida em que esta nega e interdita o poder e a influência da técnica/tecnologia quanto ao ser informação) quanto, por seu turno, ao plano duma tênue ontologia digital (que, por sua vez, pressopõe os princípios mais autônomos da técnica/tecnologia e exige, por fim, sua respectiva produção de efeitos), deixa à luz que ela, a técnica/tecnologia, figuraria como o “fiel da balança” dessas disputas teórico-discursivas.

Em outras palavras, explorar o campo teórico da área, deflagrando aí o embate entre essas propostas — e, no mais, detalhando os aspectos que nelas são contrastantes e, porventura, também coincidentes — acabaria evidenciando que ambas as correntes

compreendem o seguinte: que o terreno da definição/não-definição de ser da informação, em busca duma fundamentação/coerência lógico-metodológica à área, se detém, com efeito, nos limites do problema da técnica e da tecnologia. Em suma, da informação sendo posta: a) ou como uma coisa em si (substância, ainda que tênue), que detém um dado ímpeto de prefiguração de ser sobre o ser humano; b) ou como mero fenômeno mediato, cuja apreensão deveria ser tratada como possibilidade retórico-instrumental para a atividade científica visada (estudo das comunidades e relevância informacional de termos, expressões etc.). Ou seja, um domínio ou região da pesquisa teórica forjada, todavia, pela querela da técnica/tecnologia, desta como algo que tem propriedades ontológicas em si ou que se define como meio duma causa eficiente humana.

Com efeito, expôr ambas as perspectivas e seus respectivos pontos convergentes acerca da técnica — que balizariam a disputa teórica na Ciência da Informação e na Organização do Conhecimento, e que, no mais, disporiam os referenciais filosóficos que suportariam tal discussão (nesse caso, o paradigma filosófico representacionista/não-representacionista) — é algo caro à tese na medida que: tanto as origens dessa querela possam, então, vir à tona quanto, também, tornar manifesta a maneira pela qual a questão tecnológica se dá em meio a esse *fatum* discursivo da fundamentação disciplinar (paradigmas e princípios da Ciência da Informação e da Organização da Informação e do Conhecimento).

O intuito aqui, no limite, é dispôr de uma dada “gênese” do problema teórico em voga na Ciência da Informação, através da composição estratégica de alguns de seus elementos, fontes e efeitos teórico-práticos pretendidos — o que levará em conta, como exposto acima, aspectos sensíveis à questão da técnica e da tecnologia. Por essa via, a ideia é alcançar a natureza propriamente hermenêutica do método levado a cabo ao longo deste itinerário investigativo, fazendo com que a pesquisa pela questão da técnica (ou da tecnologia) no interior da Ciência da Informação se estabeleça como uma espécie de plano terapêutico a ser desdobrado e repetido nas demais seções da tese (Parte 3). Contudo — e isso deve ser pontuado —, tal procedimento hermenêutico não apenas seria relevante para se tirar a questão da técnica/tecnologia do interior da própria pesquisa teórica da Ciência da Informação, mas para incluí-lo como um método (um tanto quanto indireto, por assim dizer) válido junto ao arcabouço teórico-metodológico da área. Servindo, desse modo, como um passo pertinente à própria pesquisa teórica em geral na Ciência da Informação e na Organização da Informação e do Conhecimento.

Para tanto, esse percurso da Parte 2 se dividirá nas seguintes tarefas:

- i) Apresentar o estado da arte da pesquisa teórica da Ciência da Informação (revisão de literatura). Percurso realizado no âmbito da produção brasileira, alcançando, como seu devido desfecho, o ambiente internacional, o qual apontará justamente para a disputa acerca dum paradigma não-representacionista como ponto em comum que permearia a investigação teórica na área, deflagrando, assim, a questão da técnica/tecnologia como seu princípio organizador;
- ii) Mostrar a incidência desse debate acerca dum paradigma não-representacionista como a ressonância das preocupações pós-metafísicas da filosofia contemporânea (hermenêutica histórica e pragmatismo);
- iii) Dispor a dimensão dos ganhos, contrastes e possibilidades do método hermenêutico junto aos procedimentos lógico-dedutivos de formulação de conceitos, dentro da atividade teórica na Ciência da Informação. Isto é, o trecho deve apresentar, mesmo que brevemente, a questão geral do “método hermenêutico” como condição de possibilidade (em sua resolução pretérita) ao exame do objeto, o que caracterizará esta etapa como um balanço quanto à objetividade da técnica dentro do discurso teórico da área.

Método de trabalho:

- i) Revisão de literatura e montagem dum quadro referencial acerca do tema da fundamentação teórica na CI (epistemologia vs. ontologia);
- ii) Breve revisão de literatura acerca do processo hermenêutico de análise de texto e sua aplicação (retrospectiva e futura) à investigação na Parte 2 e prévia à Parte 3 (mudança de estatuto do discurso a partir do entendimento acerca do plano de pré-compreensão que nele existe) + Análise do problema da representação à Ciência da Informação e sua incidência ao problema da técnica.

2.1 Do que se compreende por “epistemologia” dentro da Ciência da Informação: um breve panorama sobre os últimos tempos da pesquisa teórica

Como apontamos tanto na Introdução quanto em nossa nota de abertura dessa Parte 2, um dos pontos cruciais da análise da tese poderia, em alguma medida, se resumir ao último *frame* da revisão de literatura que virá a seguir, isto é, à passagem em que os trechos de algumas obras seminais de Otlet e Bush serão, então, resgatados para, assim, completar o ciclo do argumento quanto à presença da técnica no interior da teoria da CI (encerramento da Parte 2). Esta seria, no limite, a peça necessária do quebra-cabeças que abriria espaço ao problema da técnica; e que deverá, por seu turno, ser ontologicamente tratado a partir daí (acesso à via da filosofia heideggeriana da técnica, na Parte 3).

Porém, uma questão logo pode surgir: por que esperar até a cena final do primeiro ato para que esses personagens (que são tão protagonistas de nossa tradição disciplinar) possam, só aí, aparecer em frente as câmaras? Por que não dispor, desde já, a análise com essas figuras, ou mesmo a partir delas? Resposta: se assumíssemos imediatamente os materiais e trechos dos textos desses autores, produzidos em um passado tão remoto quanto esse (isto é, final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX), incorreríamos, a bem dizer, numa infinidade de equívocos e deslizes históricos; dentre eles, anacronismos, formalismo demasiado, e outros problemas os quais, com efeito, precisamos nos distanciar o máximo possível.

A propósito, apesar de parecer uma preocupação um tanto quanto extravagante a uma ciência dessa natureza (dita “social aplicada”, cujos elementos temporais e históricos parecem figurar, em geral, como meros eixos matemáticos, estatísticos de análise e precisão, muitas vezes resumíveis às categorias de frequência e ocorrência de eventos, ações), o *fatum* de a historicidade em si figurar como um problema teórico-metodológico já era sensível, vale indicar, à tese de S. Mostafa (1985), então intitulada *Epistemologia da Biblioteconomia*. Em meados da década de 1980, a autora apontava que os estudos históricos das bibliotecas (ou mesmo da Biblioteconomia) se resumiam, enfim, aos levantamentos factuais, factográficos dessa atividade profissional biblioteconômica.

Nesse sentido, a indicação crítica de Mostafa chama atenção, por sua vez, quanto ao uso programático das conhecidas e dominadas práticas profissionais biblioteconômicas cotidianas (levantamento, coleta de informações, listagem, separação por categorias e relevância), mas, nesse caso, utilizadas para um outro fim, isto é, empreendidas acerca e em prol de sua própria história profissional e institucional; gama de procedimentos que se justificaria, sobretudo, em vista da meta que estaria aí em segundo plano, ou seja, de que essa

colecção, seleção, seriação material-documental ocorreria em favor duma luta por afirmação profissional, científica, disciplinar: a bem dizer, a coleta e ordenação documentais, a formação dessas séries históricas, seria realizada por bibliotecários *para* bibliotecários, da atividade biblioteconômica para a Biblioteconomia, para a afirmação da Ciência da Informação etc. Gestos de repetição e diferenciação que nos poderiam apresentar, com efeito, um tal estado de coisas: o retrato duma realidade. Levantamentos estes capazes de contar uma história da biblioteconomia, da Ciência da Informação, da profissão bibliotecária no Brasil e sua respectiva regulamentação, da fundação e fortalecimento das entidades de classe.

A busca por essa afirmação disciplinar empreendida por meio duma elaboração histórica positivadora, sobretudo, seria traçada a partir de marcos temporais, sobretudo, institucionais, estatísticos e burocráticos, tais como: a) identificação e comprovação cronológica de datas importantes, coleta, publicação e preservação de anais e demais registros de congressos e eventos. Eventos esses que poder-se-iam, inclusive, constar como índices incontestáveis de um reconhecimento científico-disciplinar perante a comunidade científica em geral (GARCIA, 2002, MEDEIROS; VANTI, 2011, SANTOS; RODRIGUES, 2013); b) ou, por sua vez, a presença, o testemunho de profissionais e cientistas relevantes a uma nação, instituição, profissão etc. durante um dado período e em determinado lugar (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2017, PAIVA; SILVA, 2021).

Tudo isso fazendo com que a história e a historiografia da Ciência da Informação e da Organização da Informação e do Conhecimento, nesse caso, sejam constituídas pelos meandros do trabalho braçal e documental que, de maneira corriqueira, historiadores e investigadores (em meio a arquivos, bibliotecas, coleções pessoais...) realizariam em seus levantamentos, pesquisas histórico-materiais. Aqui, a investigação histórica acerca da Ciência da Informação refletiria — orientada, claro, por um conjunto de valores anteriores ao próprio fato ele mesmo dessa escrita histórica, isto é, o da afirmação profissional e científica, que encaminhariam essa postura e preocupações — um dado conjunto de procedimentos técnicos: uma arte historiográfica como meio de produção de uma tal (e talvez embrionária) teoria histórica.

Não que esse esforço seja dispensável, menor ou algo realizado em vão. Afazeres dessa ordem prática são necessários e claramente valiosos, pois, não há esforço investigativo que se dê sem esses passos. Porém, eles não encerram a atividade historiográfica, sendo, portanto, uma condição *sine qua non*, mas insuficiente ao labor histórico. Por assim dizer, tais atividades se empenham, primária e efetivamente, em como que “tosquiar o pêlo e fiar a lã”,

fazendo com que toda aquela “cobertura retirada das ovelhas” (como uma metáfora ao aglomerado de fatos e ocorrências diversas da vida temporal e orgânica da Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação) seja transformada num único “fio”, enrolado num único “novelo”. Assim, extraíndo e homogeneizando, juntar-se-iam as peças e fragmentos da História, tendendo a colocá-las em uma ordem umbilical a partir de um viés cronológico modulador.

Não por acaso, vemos esse elemento imagético (as linhas do tempo duma história técnico-disciplinar) como um dispositivo recorrente nos estudos históricos da Ciência da Informação e da Organização da Informação e do Conhecimento (Cf., por ex., o uso disso em Azevedo, 2009). Linhas temporais essas que, inclusive, nos dão uma previsão evolutiva dos acontecimentos, muitas vezes nos deixando à mercê duma gama restrita de interpretações. Com ela(s) em mãos, tendemos a aceitar um sentido demasiadamente progressivo de nossa história científico-disciplinar, técnico-profissional; como se essa(s) linha(s) cronológica(s) funcionasse(m) como um fio de Ariadne a nos tirar do Labirinto do Minotauro. Dessas mãos habilidosas de Clotho, Láquesis e Átropos, as Moiras, senhoras do destino humano, variando entre uma história ora monumental, ora antiquária (NIETZSCHE, 2017), vemos esse “fio” nos conduzindo — ou até mesmo nos amarrando — a uma teleologia da Organização da Informação e do Conhecimento, selando nosso destino: das tabuletas de argila aos *tablets*, do sonho alexandrino ao projeto otletiano dum *Mundaneum* e à Internet.

A saber, reside justamente aí um problema: essas “previsões” encetadas pelo comprimento e extensão dessa linha necessitam, por sua vez, de um trabalho tecelão subsequente, que então dê conta de trançar vários segmentos dessa mesma linha, confeccionando, a partir daí, um tecido (uma trama) capaz de cobrir aqueles fatos da vida propriamente dita da Ciência da Informação, mas sem encobrir as forças que ali se encontram em constante disputa. Por isso, há de se tirar dessas imagens têxteis um outro tipo de compreensão e entendimento históricos: é preciso uma historiografia crítica.

Mutatis mutandis, uma provocação acerca desse aspecto “evolutivo” duma ciência ou duma disciplina, por exemplo, poderia ser visto numa passagem d’*A estrutura das revoluções científicas*, de T. S. Kuhn (2011, p. 20). Ao contexto do debate sobre a aferição histórica dos fenômenos de mudança e revolução científicas (em contrapartida à leitura de continuidade, acúmulo das ciências), o autor afirma que:

[...] mesmo se partirmos da História, esse novo conceito não surgirá se continuarmos a procurar e perscrutar os dados históricos, sobretudo, para responder a questões postas pelo estereótipo a-histórico extraído dos textos científicos. Por exemplo, esses textos frequentemente parecem implicar que

o conteúdo da ciência é exemplificado de maneira ímpar pelas observações, leis e teorias descritas em suas páginas. Com quase igual regularidade, os mesmos livros têm sido interpretados como se afirmassem que os métodos científicos são simplesmente aqueles ilustrados pelas técnicas de manipulação empregadas na coleta de dados de manuais, juntamente com as operações lógicas utilizadas ao relacionar esses dados às generalizações teóricas desses manuais.

A historicidade mesma (aquele sentido das coisas, que, apesar de ser extraído desses mesmos documentos comprobatórios, não se resume aos seus meros dados factuais, legais, institucionais positivadores) diz respeito a uma questão muito mais radical: para nomear uma pesquisa como “histórica”, portanto, é preciso mais (KOSELLECK, 2010, 2014). Algo que asseveramos como um passo importante para a nossa auto-compreensão e entendimento como área perpassa esse refinamento da arte histórica; e essa exigência pode ser vista, em alguma medida, exatamente na passagem da dissertação de Mostafa (1985, p. 1): nela, a autora sustenta que a historicidade “[...] não se esgota apenas naquilo que explicitamente classificarse-ia como ‘estudo histórico’, [por isso, afirma ela,] retomo a questão metodológica para a área como um todo, tentando maior aprofundamento.” O que já explicitava, nesse momento, as deficiências que o campo da Ciência da Informação nutria acerca duma perspectiva histórico-crítica quanto a si mesma. Ou seja, o fator histórico não diz respeito somente àquilo que os dados positivadores assumem apontar acerca do “real”, o que torna a questão um assunto metodológico delicado — aliás, delicado e, ao mesmo tempo, interessante para a teoria, epistemologia duma ciência tão humana, demasiadamente humana quanto é a Ciência da Informação.

Voltando alguns passos atrás na argumentação, bem ao ponto sobre a leitura (a ser estabelecida mediata ou imediatamente) de Otlet e Bush, depois desse ponto acima destacado, fica claro que: fazer esse possível “curto-circuito”, ou seja, se pôr logo diante dum dos hipotéticos pontos iniciais da Ciência da Informação (nas ditas “origens” disso ou daquilo, tal como oportunamente podemos alcançar mais à frente com ambos os autores-fundadores (RAYWARD, 1997, SARACEVIC, 1996) seria ignorar, sobremaneira, toda uma produção e subsequente desenvolvimento do pensamento histórico-epistemológico da área em questão, então realizado nesse grande século que deles nos separamos.

Por sua vez, dada a forma com que projetamos o objeto de estudos da tese, definindo nosso problema, em especial, numa medida “histórica” (da questão da técnica como estando, desde os momentos inaugurais da Ciência da Informação, subscrita pelo signo da tecnologia e seu ideário), é necessário que essa “volta ao passado” não se perca em meio aos automatismos

positivadores pelos quais a tradição encarou dois de seus pais-fundadores; a qual atribuí-lhes, com efeito, a condição afirmativa de grandes heróis do progresso humanista, tecnocientífico. Nesse momento, sem desmerecer essa nobre (e, sobretudo, verdadeira) característica — pois é inegável a contribuição destes para o desenvolvimento da Organização da Informação e do Conhecimento —, é preciso tomar essa grande certeza da tradição como um problema (história como problema), tal como admoesta Marc Bloch em sua obra inacabada, *Apologia da história* ([1944] 2002). Em suma, é preciso interrogar esse símbolo de prestígio, inquirindo como ele fora estabelecido. Mas, desviando de resoluções já prontas, que acabariam por esmorecer o franco inquérito da própria historicidade da Ciência da Informação e seus elementos integrativos.

No mais, se déssemos esse salto histórico extremo seria, também, perder de vista dois valores e princípios relevantes ao trabalho hermenêutico, que são: a) em primeiro lugar, a impossibilidade de se descolar absolutamente da realidade histórica vivida em prol dum exame e proximidade imediata junto ao objeto histórico enquanto tempo distante, já passado (GADAMER, 2015, RICOEUR, 2018); b) bem como, em segundo lugar, o de acompanhar alguns rituais de passagem e transformação/manutenção das ideias, conceitos, paradigmas, ou seja, seria quase como se desconsiderássemos esses agentes como constituintes da própria temporalidade e historicidade da Ciência da Informação. Notar, nesses pontos, as estratégias que envolvem e posicionam certos preconceitos (ou melhor, preconceções e valores) é parte fundante do trabalho a ser realizado aqui. Neste caso, não há muitos atalhos a serem seguidos.

Além disso, averiguar, hoje, os vestígios e consequências dessas ideias é primordial ao itinerário do estudo, e isso precisa ter sua largada ou ponto de partida, tal como prescreve a agenda fenomenológica existencial heideggeriana prescrita em *Ser e tempo* (2012), partindo do cotidiano imediato sob o qual o fenômeno se dá como fenômeno percebido, que nos envolve como algo dado: isto é, como ele se faz ser em nossas atividades científicas corriqueiras, isto é, como ele mostra nossa historicidade mais imediata, nos colocando “dentro” da história e do dito “progresso” da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento. É só alcançando o que parece estar logo aí que o que está mais distante pode, enfim, se revelar. Eis o expediente fenomenológico que se impõe a nós como medida prescritiva:

A interpretação ontológica, que deve pôr em liberdade o ente quanto a sua constituição-de-ser própria, tem de trazer para o ter-prévio o ente temático, por meio [duma] primeira caracterização fenomênica, a fim de ajustar por ela todos os passos ulteriores da análise. Mas esses passos necessitam ao

mesmo tempo que um possível ver-prévio do modo-de-ser do referido ente os conduza. (HEIDEGGER, 2012, p. 641)

Por isso tudo, o caso se desenha da seguinte maneira: é a própria produção atual, através de seus meandros e pontos de aderência, notados ao longo do caminho de análise, que deve pavimentar o caminho de volta ao pensamento (isto é, às obras e às ideias) de ambos os autores em questão, Otlet e Bush. Há, portanto, de se seguir essa liturgia, preparando o terreno para esse momento de reencontro com o “passado”.

Começemos por algum lugar: a saber, um ponto importante acerca da produção intelectual e teórica da Ciência da Informação brasileira é indicada, como tal, já no momento em que ela enfrenta uma das dificuldades mais elementares do ofício teórico-epistemológico: uma hesitação quanto à compreensão, determinação, definição do que é “epistemologia” para a própria Ciência da Informação, como um campo autônomo de estudos. Expliquemos melhor o caso: numa passagem dum artigo que se presta a descrever os grupos de trabalho do ENANCIB, então organizado há pouco, e sua respectiva produção (em especial, o de estudos teóricos, obviamente), Zandonade (2000, p. 445-446) aponta para o fato de que esse grupo específico de investigação teve que lidar, naquele momento, com:

[...] o problema da ambiguidade do próprio termo ‘epistemologia’ [...] Este termo é utilizado com uma conotação muito ampla. Num primeiro sentido, a ‘epistemologia’ (*epistème*, ciência; *logía*, teoria) tem como objeto de estudo as ciências, constituindo-se numa crítica do conhecimento científico, complementada pela filosofia e história das ciências. Sintomaticamente, os autores desta área hesitam entre os termos ‘epistemologia’ e ‘filosofia da ciência’. Além disto, especialmente nos países anglo-saxônicos, o termo *epistemology* é usado como sinônimo de *philosophy of science*, para designar uma teoria geral do conhecimento, disciplina de natureza filosófica, o que em outros países se estuda sob o termo ‘gnosologia’ (*gnósis*, conhecimento; *logía*, teoria). Outras disciplinas, ainda, como a ‘lógica das ciências sociais’ (como no título de trabalhos de Popper e de Habermas), ‘lógica da pesquisa científica’, ‘metodologia científica’ etc. têm a mesma conotação de ‘epistemologia’, tomada no sentido de estudo geral das ciências.

Os trabalhos apresentados neste encontro, classificados neste grupo temático, incorporaram esta hesitação no que diz respeito à definição do termo ‘epistemologia’. Alguns temas, entretanto, emergiram com mais consistência acima da ambiguidade da disciplina de base, como: o problema da *interdisciplinaridade*, o problema do *método científico*, o problema da *unificação da ciência*, e a *organização* e a *representação do conhecimento* como questões centrais da ciência da informação.

Essa “hesitação”, em alguma medida, deriva-se do próprio objeto e sua natureza singular, que contém, de partida, essas imperfeições periféricas no que tocaria sua pretensa clareza filosófica e disciplinar; fato que já, mesmo entre filósofos, historiadores da ciência,

epistemólogos... sempre surtiu grandes confusões, disputas e embaraços (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, 2015; GRECO; SOSA, 2008; COLUMBIÉ, 2010). Contudo, para além disso, essa indecisão inicial da Ciência da Informação também joga luz sobre uma relação recém-estabelecida, que traz consigo uma patente não-familiaridade orgânica da área com a reflexão teórica em geral. Não por acaso, o texto de Capurro, de 2003, apresentado em evento na UFMG à época, se intitula “Epistemologia e Ciência da Informação” (e não “Epistemologia na nem da Ciência da Informação”, como se poderia pressupor).

Coisa que, a propósito, ocorre também no artigo de Columbié (2010), *Epistemología y ciencia de la información: repensando un diálogo inconcluso*, que, por seu turno, retém essa mesma separação categórica empreendida por Capurro (fazendo referência a ela, sem dúvida, como o próprio desenvolvimento do artigo atesta); o que, em ambos, apontaria justamente para esse caráter um tanto quanto distinto, “forasteiro” da Ciência da Informação no que tocam os métodos, reflexões e capacidade (auto)avaliativas acerca da objetividade duma ciência (RENDÓN ROJAS, 2008). Nesse sentido, próximo ainda de Brookes (1980), que entendia a Ciência da Informação como uma mistura de várias práticas profissionais e preceitos disciplinares diversos, Le Coadic (2004), já no contexto dos anos 90, aponta esse descompasso entre uma atividade prática, com alto conhecimento empírico e desempenho técnico, e uma epistemologia capaz de bem acomodá-la em teorias. A saber, nas palavras do autor francês:

A Ciência da Informação não possui ainda, lamentavelmente, uma teoria ou conjunto de teorias que permita interpretar de forma científica, racional, essas leis e esses modelos empíricos. Em matéria de informação, a prática precedeu a teoria. A teoria corre atrás dos fatos para compreendê-los. [Ela] está atrasada em relação ao empírico e, sobretudo, há desconexão entre os dois. (LE COADIC, 2004, p. 76-77)

Porém, nesse intervalo de quase ¼ de século desde o fatídico embaraço da Ciência da Informação com a questão e decisão epistemológicas, já com um expediente teórico estabelecido e em seu pleno funcionamento, esse estranhamento e hesitação (atestados acima por Zandonade na citação) se transformam e acabam perdendo força, cedendo grande parte de seu espaço a um ofício cotidiano que, já há algum tempo, tem ocupado um domínio quase doméstico da atividade científica da Ciência da Informação e de seus respectivos pesquisadores. Um trabalho reflexivo que, inclusive, é especialmente frutífero em terras brasileiras: para citar um marco desse esforço de centramento teórico-epistemológico, é possível traçar uma linha imaginária aqui. Partimos, por exemplo, duma *Epistemologia da Biblioteconomia* (MOSTAFA, 1985), produzida, então, em âmbito quase estrangeiro (num

programa de pós-graduação em Filosofia da Educação, da PUC de São Paulo), passando para uma vasta e consistente produção nacional de artigos, trabalhos completos apresentados em eventos de caráter nacional, dissertações e teses posicionadas nesse entorno especificamente teórico, isto é, já gestados, portanto, em terreno informacional (Ciência da Informação) e com uma matéria definida.

No mais, exemplos desse desenvolvimento são: a) em primeiro lugar, o próprio estabelecimento e, por sua vez, a consolidação do GT de estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação em nível nacional (ENANCIB), cujo produção e sucesso são analisados, a propósito, em inúmeros artigos ao longo das últimas duas décadas. Ver, quanto a isso: Pinheiro e Silva (2008), Freire (2008), Araújo (2009), Arboit, Bufrem e Freitas (2010), Karpinsky (2018), Azevedo (2019), Fernandes e Cendón (2020), Silva e Freire (2018) e, também, Freire e Silva (2020); b) em segundo lugar, as seções que a ISKO Brasil tem dedicado como espaço cativo da organização internacional aos problemas de natureza teórica (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012; DOBEDEI; GUIMARÃES, 2013), o que deflagra a patente preocupação científica da Ciência da Informação quanto aos recortes disciplinares e sua objetividade científica; c) e, por último e não menos importante, a própria consolidação institucional da pesquisa por meio da abertura, por todo o país, de inúmeros programas de pós-graduação em Ciência da Informação, que criou um tal ambiente de debate e refinamento de ideias, formando docentes e pesquisadores dentro de tal enfoque teórico-investigativo.

Os efeitos disso tudo para o cenário científico brasileiro (tal como os dados dessa série de publicações logo acima poderia indicar) são de que se estabeleceu uma produção vigorosa em teoria, metodologia, epistemologia, filosofia e história da Ciência da Informação no Brasil, fazendo com que, enfim, a frente investigativa nacional se tornasse referência em pesquisa até mesmo lá fora. Isso, no limite, mostra o quanto há, assevera Francelin (2018, p. 100) uma “[...] evolução, no cenário teórico, filosófico e científico, dos estudos epistemológicos na Ciência da Informação.” Assim, para completar o raciocínio do autor, fica evidente:

[...] a importância de se estabelecer grupos, linhas e disciplinas de pesquisa e ensino voltados para a teoria, a filosofia e a epistemologia na Ciência da informação. Uma ciência interdisciplinar como a Ciência da informação não pode ficar à margem dos estudos teóricos, filosóficos e científicos.

Chamando atenção para um termo, em especial, que aparece na passagem acima, quando Francelin afirma que a Ciência da Informação seria uma “ciência interdisciplinar” — o que não deve causar nenhum espanto, pois teria ela, em larga medida, se formado

justamente pelo encontro de práticas, instrumentos, noções, conceitos, então provenientes de diferentes campos, disciplinas e corpos profissionais (BROOKES, 1980; SARACEVIC, 1996; POMBO, 2003; LE COADIC, 2004), chegando onde estamos, através dum complexo jogo de acomodação e desacomodação, de ganhos e efeitos teórico-práticos —, isso nada mais quer dizer que essa interdisciplinaridade dispõe para si uma epistemologia cuja postura é eminentemente interdisciplinar. Ela, a Ciência da Informação, como afirmam Pinheiro, Oliveira e Simões (2020, não paginado) “[...] é um sistema de captura teórico-metodológico pautado pela diversidade de possibilidades epistemológicas que englobam pesquisas disciplinares, inter, multi, pluri e transdisciplinares.” Ou seja, essa interdisciplinaridade pode ser tomada como sendo o motor de seu projeto disciplinar: em outros termos, tanto movimentando uma certa expectativa em prol duma unidade autônoma quanto, ao mesmo tempo, como peça funcional do grande mecanismo tecnocientífico global da rede produtiva capitalista, a Ciência da Informação vive nesse ponto de tensão (SOUZA; DIAS, 2011).

Por sua vez, um elemento que poderia levantar a fervura dessa discussão sobre a epistemologia na Ciência da Informação (ainda que não a discutindo em particular), temos o lembrete que Morin nos deixa ao apontar, n’*A cabeça bem feita* (2008, p. 107) que:

[...] a história das ciências não se restringe à [história] da constituição e proliferação das disciplinas, mas abrange, ao mesmo tempo, a das rupturas entre as fronteiras disciplinares, da invasão de um problema de uma disciplina por outra, de circulação de conceitos, de formação de disciplinas híbridas que acabam tornando-se autônomas; enfim, é também a história da formação de complexos, onde diferentes disciplinas vão ser agregadas e aglutinadas.

Na mesma esteira do que fala Morin (2008) e ainda sobre o fato dessa patente interdisciplinaridade que tange a Ciência da Informação, Smit e Tálamo (2007) tratam esse ponto da epistemologia interdisciplinar da área nos termos dum “sistema aberto” (auto-organização), cuja complexidade cobriria, com efeito, movimentos extradisciplinares de evasão e transgressão dos limites disciplinares tradicionais, confrontando princípios epistemológicos cartesianos. Princípios tradicionais esses que versam que cada ciência teria, por sua vez, o domínio de um único objeto da natureza, tal como se tinha na concepção das divisões dos saberes científicos, vigente até a virada pós-estruturalista (POMBO, 2003). No mais, isso tudo aponta para um aspecto importante do caráter genético e evolutivo da Ciência da Informação em sua trajetória de dependência e independência disciplinar: a dum franco pluralismo epistemológico que lhe define (SOUZA, 2012).

Para usar um vocabulário da Teoria geral dos sistemas (BERTALANFFY, [1975] 2015), o processo que cabe a esse “sistema aberto” — tal qual Smit e Tálamo (2007) nomearam essa dinâmica disciplinar da Ciência da Informação — se realizaria, em grande medida, por meio dos *inputs*, *outputs* e estímulos de outros campos e programas científicos, profissionais, das inovações tecnológicas que, indefinidamente, se sobrepõem umas sobre e ao lado das outras, o que criaria sempre uma tensão epistêmica irresolúvel; isso na medida em que a busca teórica por uma totalidade e unidade epistêmicas não é capaz de se sustentar diante da característica genética interdisciplinar sob a qual ela mesma foi erigida: para se firmar como uma disciplina independente, a Ciência da Informação tenta se limitar a um conjunto organizado de conceitos, esquemas, funções. Porém, a lógica interna de seu próprio modo de ser, no qual as inúmeras forças heterogêneas que a compõem concorrem entre si, faz com que ela acabe por negar essa pretensa e desejada unidade lógico-epistemológica.

Um dado relevante sobre isso estaria, todavia, na própria natureza híbrida de seu objeto: “informação”. Para Kobashi e Tálamo (2003, p. 9) esta pode ser considerada como “[...] um dos elementos básicos para a inteligibilidade dos processos [que nos cercam], sejam eles naturais ou culturais”, que assumimos como a condição de possibilidade aos fenômenos existentes no mundo, servindo, no limite, quão intensamente uma espécie de peça-chave, multifacetada, que se acomoda enquanto item fundamental e funcional dentre as infinitas situações práticas, analíticas de basicamente todas as ciências em atividade. Isso, com efeito, dispõe sobre o fato de a informação ser, no fundo, uma espécie de ente fundamental da globalização, da interação sociotécnica de todo o *corpus* da ciência contemporânea; e que incide, sem restrições, sobre o processo de avanço planetário do capital sobre todos os meios de realização da vida (DAY, 1996, 2001; LYOTARD, 2009; RÜDIGER, 2013, 2014, 2015; SOUZA; DIAS, 2011).

Na medida em que a própria natureza disciplinar da Ciência da Informação (heterogênea, de múltiplas origens e sentidos), em conjunto com o perfil vertiginoso de seu objeto (“universal” e ao mesmo tempo situacional), lhe colocam em rota de colisão com o seu respectivo movimento histórico de desenvolvimento e unidade paradigmáticas — cuja massa crítica, a propósito, tangencia e impulsiona os esforços empreendidos ao longo dos anos em vista de um tal reconhecimento e lastro científicos —, esse choque a faz enfrentar um dilema teórico. Ou melhor, como Fleissner e Hofkirchner (1995) definem a questão (a partir, claro, da configuração dada por Capurro a essa situação insustentável e incontornável), isso configuraria o chamado “trilema de Capurro”. Com efeito, enquanto a atividade teórico-

epistemológica da Ciência da Informação se propõe, ao que compreendemos, a um projeto fundacionista de unidade e consistência lógico-dedutivas de seus princípios e pressupostos, por sua vez, seus próprios traços genéticos disciplinares, objetivos (da natureza e matéria dessa ciência), que definem seu nascimento e modos de ser e investigar cotidianamente, afrouxam e tentam desmanchar as tramas desse mesmo sistema. O qual se põe, por isso mesmo, em constante construção e reconstrução. Para usar uma ilustração das mais corriqueiras, seria como se o cobertor, que foi tecido ao longo de todo o dia, fosse desarranjado à noite.

Adiantando e resumindo um pouco as coisas, entendemos que a saída encontrada pela área para esse embaraço insuperável foi a de dosar esse fundacionismo patente, que anseia por uma justificação plena dos processos e práticas profissionais cotidianas (forjadas desde séculos atrás, quiçá milênios), com elementos de uma matriz epistêmica menos compromissada com essas formalidades, cujo interesse estaria, *grosso modo*, mais nos efeitos práticos de certos princípios do que num perfeito encaixe lógico de suas peças: o fundacionismo perdendo espaço ao coerentismo (BONJOUR, 2008). Há vestígios desse movimento na síntese empreendida por Capurro (2003, não paginado), a qual tenciona tais elementos numa dada direção interpretativa:

Costuma-se indicar comumente que, para além das diferenças, existem caminhos de pensamento paralelos entre a crítica de Wittgenstein aos conceitos internalistas que culmina em sua crítica à ‘linguagem privada’, e a crítica de Heidegger à epistemologia, que parte da separação entre um sujeito cognoscente encapsulado e um mundo exterior que ele tenta contatar. [Mais ainda], a hermenêutica do existir humano, como mostra Heidegger em [*Ser e tempo*] parte da premissa de que não necessitamos buscar uma ponte entre o sujeito e o objeto localizado em um ‘mundo exterior’, visto que existir significa estar já sempre ‘fora’ e socialmente envolvido em uma rede de relações e significados que Heidegger chama de ‘mundo’. Sua famosa fórmula ‘ser-no-mundo’ torna explícita justamente essa situação fática do ‘estar ali’ (*Dasein*) do existir humano. [...] tal envolvimento é para Heidegger originariamente também um ‘estar [aí]’ em uma relação social primordialmente prática (*Sorge*) com os outros (*Mitsein*) e com as coisas. Daí que a epistemologia heideggeriana, assim como a do Wittgenstein tardio, com seus conceitos de ‘jogos de linguagem’ como ‘formas de vida’ [...], sejam, por assim dizer, *antiepistemologias*, ou *pragmatologias*, no sentido de que fundam o conhecimento teórico num pré-conhecimento prático tácito. Essas correntes epistemológicas influem em nossa disciplina.

Não obstante, o interessante a ser observado nessa forma dialética dada entre fundacionismo e coerentismo na Ciência da Informação é que ela poderia, de alguma maneira, representar o próprio embate epistemológico do Séc. XX em geral, tal como o próprio Capurro (2003) assim parece indicar nesse mesmo artigo. Sendo, portanto, a área, dentro

dessas condições e situação próprias (origem multidisciplinar, configuração peculiar de seu objeto), um símbolo, uma representação *sui generis* dum fenômeno (quase) universal das ciências modernas (VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009).

Aliás, a fim de expor as vertentes que formariam o debate epistemológico ao longo de todo o Séc. XX, Capurro (2003) mostra, nesse sentido, o paralelo que se poderia traçar entre a sucessão paradigmática ocorrida na Ciência da Informação (sua categorização posta entre: físico, cognitivo e social) e as grandes disputas, divergências e convergências ocorridas nas ciências e na filosofia em meio a esse debate epistemológico centenário. Como a citação mais acima deixa exposto, esses personagens e sistemas remeteriam, por sua vez, aos binômios: Heidegger/Wittgenstein, Popper/Kuhn, Apel/Habermas etc., sendo elas esferas através das quais se realizaram as discussões sobre o que é fazer ciência desde então. Não por acaso, o ponto a se destacar acerca do dito paradigma vigente hoje (paradigma social) na área é que, ao nosso olhar, ele lidaria bem com as dificuldades impostas pelo “trilema de Capurro”. Isto, pois, “o entendimento dinâmico do paradigma social na [Ciência da Informação], o qual envolve a dimensão sociocultural da noção de informação, está enredado em uma teia hermenêutica e semiótica que aglutina vertentes simbólicas, cognitivas, contextuais e as sociais” (PINHEIRO, M. O.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; SIMÕES, M. G. M., 2020, não paginado), fazendo com que a precariedade e volatilidade dinâmica desses sistemas acabem por fortalecer e justificar o próprio plano paradigmático.

Assim, lançando mão de instrumentos e princípios teórico-metodológicos capazes de captar e categorizar elementos locais e contextuais de relevância documental (no sentido do exame das comunidades e dos sistemas discursivos que as envolvem), a Ciência da Informação empreende suas investigações e aplicações cotidianas num jogo de flexibilidade e multiplicidade epistêmicas: isto é, ao passo que modula seus princípios ao nível em que eles bem acomodem a complexidade dos jogos de linguagem, a análise discursiva que a fomenta (a fim de reconhecer, lidar e interpretar contextos simbólicos diversos), predispõe, no sentido dum esquema ou programa, enquanto uma promessa integrativa, um ponto de equilíbrio entre um fundamento rigoroso (mas sem ser rígido, invariável) e, por sua vez, os métodos dotados de sensibilidade às particularidades fenomênicas dos espaços e comunidades analisadas.

No sentido dessa promessa (ou, nos termos kuhnianos, essa “antecipação” que se faz através da presença ou assentamento dum dado paradigma numa dada ciência), os dados e resultados de experimentos e pesquisas acabam por ilustrar, de maneira refinada e concreta, aquilo que o tal paradigma antepõe como legítimo e verdadeiro, mas ainda de modo genérico

e indefinido. Essas previsões (ainda um tanto quanto abstratas do paradigma), diante da comunidade científica que lhe envolve, são reconhecidas na medida em que proporcionam os fundamentos para uma prática posterior (KUHN, 2011). Não à toa, o paradigma se antecipa ao modo de pensar do cientista, preconfigurando-o; nessa medida, ele define o objeto e o campo de fenômenos observáveis, dispondo as ferramentas para a solução dos enigmas encontrados ao longo do tempo de vigência desse mesmo paradigma.

[...] devemos reconhecer que um paradigma pode ser muito limitado, tanto no âmbito como na precisão, quando de sua primeira aparição. Os paradigmas adquirem seu *status* porque são mais bem sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves. Contudo, ser bem sucedido não significa nem ser totalmente bem sucedido com um único problema, nem notavelmente bem sucedido com um grande número [deles]. De início, o sucesso de um paradigma [...] é, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos. A ciência normal consiste na atualização dessa promessa, atualização que se obtém ampliando-se o conhecimento daqueles fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, aumentando-se a correlação entre esses fatos e as predições do paradigma e articulando-se ainda mais o próprio paradigma. (KUHN, 2011, p. 44)

Outro ponto importante diz respeito ao fato de que a atividade cotidiana dos cientistas estaria alicerçada justamente na tarefa de encontrar, inventar novas formas de resolver esses problemas a partir das peças disponibilizadas por aquele paradigma vigente, isto é, de que a atividade cotidiana do pesquisador seja, no limite, o de rearranjar os esquemas e princípios científicos em voga. Isso, com a finalidade de responder aos fenômenos que surgem como pontos a serem resolvidos por aquela área. O paradigma desafia o cientista, colocando em sua frente um problema a ser resolvido segundo peças previamente separadas.

A maioria dos cientistas, durante toda a sua carreira, ocupa-se com operações de acabamento. Elas constituem o que chamo de ciência normal. Examinado de perto, seja historicamente, seja no laboratório contemporâneo, esse empreendimento parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente in flexíveis fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma. (KUHN, 2011, pp. 44-45)

Assim, dados e resultados de experimentos acabam por ilustrar de maneira fina aquilo que o paradigma antepõe como verdade, mas ainda de modo genérico e indefinido. Isso faz

com que o desenvolvimento científico sentido no campo seja, no fim, o resultado dos inúmeros preenchimentos realizados pelas pesquisas. Elas completam, realizam aquilo que estava em potência no plano paradigmático mais abstrato.

Porém, a superação do paradigma por meio dum passo pré-revolucionário não pode ser algo inacessível, claro. O inesperado, a vida se fazendo ela mesma diante de nossos olhos, como uma surpresa, não deixa de ser parte do processo científico. Por observação histórica desses movimentos de revolução no modo de fazer ciência, aponta-se que:

Algumas vezes um problema comum, que deveria ser resolvido por meio de regras e procedimentos conhecidos, resiste ao ataque violento e reiterado dos membros mais hábeis do grupo em cuja área de competência ele ocorre. Em outras ocasiões, uma peça de equipamento, projetada e construída para fins de pesquisa normal, não funciona segundo a maneira antecipada, revelando uma anomalia que não pode ser ajustada às expectativas profissionais, não obstante esforços repetidos. Desta e de outras maneiras, a ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isto ocorre — isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica — então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. Neste ensaio, são denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. Elas [as revoluções científicas] são os complementos desintegradores da tradição à atividade da ciência normal, ligada à tradição. (KUHN, 2011, pp. 24-25)

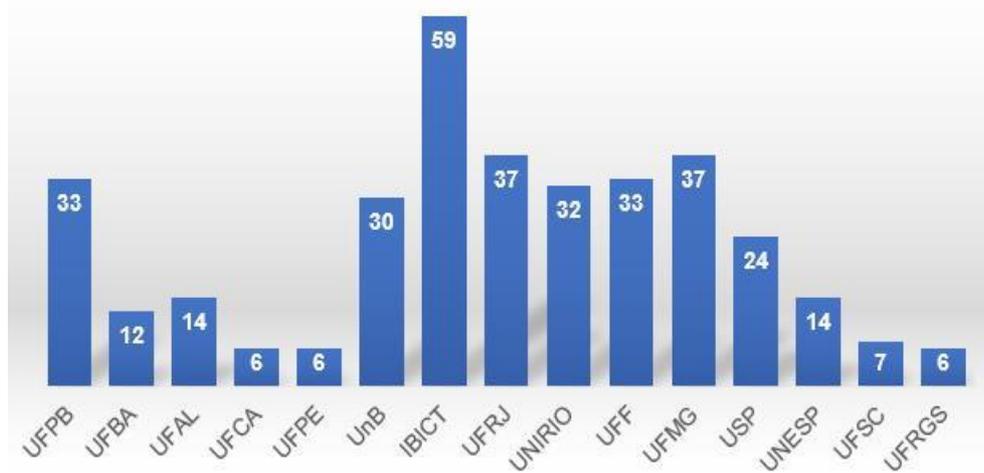
Assim, a própria intensificação da atividade científica em vista do bom acabamento do paradigma acaba fazendo com que, como uma espécie de efeito reverso, esse mesmo paradigma seja levado ao limite de sua segurança, criando um espaço ou série de possíveis fissuras em sua blindagem paradigmática.

Ao concentrar a atenção numa faixa de problemas relativamente esotéricos, o paradigma força os cientistas a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seriam inimagináveis. E a ciência normal possui um mecanismo interno que assegura o relaxamento das restrições que limitam a pesquisa, toda vez que o paradigma do qual derivam deixa de funcionar efetivamente. Nessa altura os cientistas começam a comportar-se de maneira diferente e a natureza dos problemas de pesquisa muda. No intervalo, entretanto, durante o qual o paradigma foi bem sucedido, os membros da profissão terão resolvido problemas que mal poderiam ter imaginado e cuja solução nunca teriam empreendido sem o comprometimento com o paradigma. E pelo menos parte dessas realizações sempre demonstra ser permanente. (KUHN, 2011, p. 45)

Voltando ao cenário brasileiro da epistemologia da Ciência da Informação e ao fluxo de desenvolvimento que essa área em geral acabou tendo nessas duas ou três últimas décadas (e recorrendo mais uma vez aos estudos acerca dessa produção científica e de seus autores,

mais especificamente ao artigo de Freire e Silva (2020), temos, quanto ao ENANCIB, os seguintes dados acerca da produção histórico-teórico-epistemológica.

Gráfico 1 – Representação das instituições.



Fonte: Freire e Silva (2020, p. 150)

Ainda segundo Freire e Silva (2020, p. 155), “a produtividade dos pesquisadores pode lhes proporcionar o capital científico, a autoridade científica, prestígio, reconhecimento e celebridade, bem como suas derivações. Esses são recursos científicos que,” seguem os autores, “acumulados, aumentam a notoriedade do pesquisador e/ou de seus trabalhos. Nesse sentido,” portanto, “percebe-se que quanto maior a quantidade de trabalhos do pesquisador mais próximo do grupo da elite sobre determinada temática ele estará no [...] grupo de pesquisadores que compõem o grupo de frente de pesquisa.” Nesse caso, o IBICT sendo a instituição com o maior número de participações no evento.

Quanto ao pesquisador com maior número de trabalhos publicados no GT-1 (estando isso, inclusive, em convergência com a instituição mais relevante supracitada), o professor Gustavo Saldanha é, de longe, o pesquisador com mais publicações no evento. Para tanto, tendo ele essa enorme representatividade junto ao ENANCIB, instância na qual os temas histórico-epistemológicos de maior relevância no país são postos à prova pela comunidade científica nacional da Ciência da Informação, é justificável tomá-lo como um ponto de referência quanto ao avanço e consolidação do campo teórico-paradigmático brasileiro: seus inúmeros textos sobre epistemologia, filosofia e história da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento, muitos deles tendo o pragmatismo, o humanismo medieval, o pensamento logicista pós-metafísico de Wittgenstein como seus referenciais filológicos e

filosóficos (2011, 2013, 2014, 2018), tecem um paralelo acerca do paradigma social e o pensamento ocidental moderno e pré-moderno, cujas listas de termos, glosas e demais métodos de concretização e sistematização do imaginário retórico, simbólico das culturas e das línguas, dos campos do saber e das artes, das variações regionais e locais dos termos que designavam os mais variados objetos da vida humana, criando, assim, um laço entre o que Frohmann (2004, 2008), Capurro (2003, 2016), dentre outros autores importantes, defendem sobre a perspectiva epistemológica a ser empreendido pela Ciência da Informação como método.

Nessa medida, Saldanha empreende, através dessa filosofia informacional, um fator integrativo e, ao mesmo tempo, particularizável quanto aos espaços e aspectos sociais, culturais de relevância das artes da linguagem e da retórica. O *corpus* metodológico da Ciência da Informação, levando à frente os elementos liberadores que o paradigma social nos ofereceria, acomoda bem esses ideais de comunidade, pluralidade, perspectivismo e complexidade. Por isso, além de ser exemplar à produção científica em epistemologia, filosofia da informação etc., o autor ganha espaço aqui como ponto de convergência teórica, pois parece exercer, em termos nacionais, o fator de engenhosidade necessário à montagem desses infinitos quebra-cabeças.

Aqui, enfim, juntando partes desse exame que estamos realizando, fica posicionada a questão da ciência normal como resolução de quebra-cabeças, de como o instante atual da Ciência da Informação é uma ininterrupta tentativa de achar novas formas de ter reafirmado, por meio dum contínuo fator de preenchimento e refinamento das linguagens e operações de verificação (cap. 2 d'*A estrutura das revoluções científicas*), o paradigma social e todo seu potencial investigativo e revelador de realidades: ou seja, de Frohmann a Capurro, deste para Saldanha e sua pragmática de base medievalista, vemos a consolidação da filosofia da informação.

Retomando a tese de Kuhn (2011) sobre a história das ciências, que pode ser descrita como um aparato crítico ao conceito de “desenvolvimento por acumulação” enquanto processo de descoberta e evolução científica, ela diz respeito à problematização da história das ciências (história como problema), tal como insinuamos quando dispusemos a perspectiva da *Escola dos Annales*, na obra de Marc Bloch. Ainda que a acumulação, progresso das ciências tenha perdido força justamente pela contundente exposição kuhniana, é preciso apontar um fator que aqui vem aparecendo: acerca dos ciclos paradigmáticos que Kuhn esboça, o autor teria grandes problemas quanto ao binômio normal-emergente, como sendo

ela uma separação ontológica entre dois estados absolutos de ser. O que nos dá ensejo ao âmbito da temporalidade e da historicidade heideggerianas. Um comentário aguçado dessa questão está em Capurro (2003, não paginado). Diz ele que:

[...] a dicotomia entre ‘ciência normal’ e ‘período revolucionário’ é demasiado esquemática se se considerar que crises, rupturas, erros, mal entendidos, equívocos, analogias, dados empíricos, conceitos, hipóteses, dúvidas, retrocessos e buscas sem saída, assim como as instituições, os instrumentos, as visões e paixões que suportam, por assim dizer, os processos cognitivos, constituem o cerne mesmo, em parte latente e em parte explícito, de todo campo científico, pois o êxito ou o predomínio de um paradigma científico está sempre em parte condicionado às estruturas sociais e aos fatores sinérgicos, incluindo eventos fora do mundo científico, cujo efeito multicausal não só é difícil de prever, como também de analisar *a posteriori*.

Aproveitando tanto o gancho deixado quanto à epistemologia social quanto da hipótese capurriana acerca das origens da CI, o vínculo entre técnica e “epistemologia social” é dado por Capurro (2003, não paginado), que deixa margem a essa interpretação a partir daqui:

Minha tese é que a Ciência da Informação nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este, por sua vez, substituído por um paradigma pragmático e social ou, para tomar um famoso conceito cunhado por Jesse Shera e sua colaboradora Margaret Egan em meados do século passado [...] e analisado em profundidade por Alvin Goldman [...], por uma ‘epistemologia social’ (*social epistemology*), mas agora de corte tecnológico digital.

Como se pode ver, o que aparentemente surge no final desse processo histórico relativamente curto (a saber, a manifestação do paradigma social) já se encontrava no início, se bem que não como paradigma da ciência da informação, mas sim de seus predecessores, em particular a biblioteconomia e a documentação.

2.2 Das fontes do pensamento paradigmático da Ciência da Informação brasileira: a passagem da filosofia da informação à questão da técnica

Num artigo de Capurro (2000), no qual se pretende discutir a possível passagem duma sociedade da informação para uma sociedade do conhecimento, seu propósito parece ser o de demonstrar que os sistemas de informação digitais e a interconexão entre sujeitos humanos e máquinas animariam o projeto de uma ciência pós-moderna. Isto é, uma ciência cujos princípios fundariam a reaproximação programática entre aqueles itens que foram separados pela história da metafísica e pelas marcas da modernidade (sujeito/objeto, fato/valor, conhecimento/ação).² Elementos que seriam, finalmente, postos numa mesma dimensão cognitiva, arrefecendo assim a contradição e a alienação que teriam demarcado a filosofia e as ciências europeias desde seus alicerces na Antiguidade greco-platônica. Quanto a isso, nada haveremos em criticar, o que, com efeito, é preciso pôr em destaque é o argumento que Capurro se vale para essa formulação de hipótese: justamente a ideia heideggeriana de armação (*Ge-Stell*). Segundo Capurro (2000, não paginado, grifos e tradução nossa):

De acordo com Heidegger, a tecnologia moderna possui duas faces: como uma *techné*, que participa da *poesis* e *traz à frente* [como verdade], mas, ao mesmo tempo, desta também como algo que se cristaliza na estrutura instrumental da *armação* (*Ge-stell*). Instrumentalidade é uma boa coisa, desde que esta não se degenera em uma visão totalitária ou unilateral da técnica. A partir desta perspectiva, o desenvolvimento da tecnologia da informação, no final da modernidade, se configura enquanto a criação de uma informação *Ge-stell* [(informação-armação)]. Enquanto que, por um lado, trazemos conhecimento linguisticamente mediado por um novo formato, por outro, transformamos a linguagem em um mero instrumento.

Nessa medida, o autor se apropria da matéria *Ge-Stell* numa outra concepção: dela no campo da linguagem, e como abertura ao pensamento não reducionista da informação apenas enquanto coisa, mas como processo pragmático (eminentemente hermenêutico). Além de todo o ganho à discussão sobre a forma de se observar informação no mundo, hoje, o que fica disso tudo é justamente a ideia de advogar contra o projeto de ciência positiva a partir de um conceito até então especificado para, efetivamente, criticá-la. Voltando para a letra do texto de Capurro (2000, não paginado). Ele nos diz o seguinte:

[...] a informação *Ge-Stell* é uma oportunidade para a modernidade se recuperar em uma das suas características constitutivas: a dimensão oculta

² Capurro (2000, não paginado) mostra um plano geral desse fim da modernidade e de seu novo modo de entendimento. A saber: “Some characteristics of the end of modernity are: (a) abandonment of the primacy of rational or scientific thought as qualitatively superior to all other types of discourse; (b) abandonment of the idea of human subjectivity as opposed to objectivity, in which intersubjectivity and contextually play only minor roles; and (c) abandonment of the (Platonic) idea of human knowledge as something separate from the knower.”

da linguagem. A informação *Ge-stell* pode se tornar uma voz para o interior da natureza polifônica do conhecimento humano – se e somente se ela estiver inter-relacionada a toda gama de suas potencialidades escondidas. Se não for deste modo, então não teremos mais do que uma sociedade da informação. A questão-chave na sociedade do conhecimento de hoje é justamente a nossa relação com o que não sabemos, e com aquilo que acreditamos saber. A efetivação disto em um ambiente digital é um dos grandes desafios do ambiente em rede hoje, onde a parcialidade do conhecimento é a força de uma estrutura descentralizada, não-totalitária e opaca [...].

Essa posição é uma reviravolta ao uso do que se tinha de armação (*Ge-Stell*) até então. Contudo, como se pôde ver na primeira citação, o caráter da instrumentalização ainda pode ser delineado como um “perigo”, onde se habita uma distância redutivista entre homem e mundo. A apropriação da armação pelo prisma da linguagem e do ciclo hermenêutico da informação, nos daria uma definição de contornos próximo daquilo que Capurro (2000) identifica como “sociedade do conhecimento”. O fato é que, essa dupla conotação da tecnologia toma corpo e se instala da seguinte maneira: temos aqui, quem sabe, as duas faces de uma mesma moeda. Em que medida viramos uma face e olhamos para a outra? A tecnologia, enquanto ontologia fundamental, é um princípio inalienável à epistemologia da CI?

O problema de pesquisa, como já indicado, se dá neste ponto. Se a resposta for positiva, seria encontrado, nos limites do discurso, no “projeto de mundo da obra” (RICOEUR, 2018), esta máxima tecnológica em nossos pais fundadores, Otlet e Bush. Para deixar claro o que se formulou até aqui, perguntamos: a tecnologia, em seu estatuto ontológico, fundamenta uma epistemologia para a Ciência da Informação? A hipótese, como mencionado no item 2, Objeto, é: a tecnologia é o fundamento ontológico que institui a pré-compreensão epistemológica da Ciência da Informação. Visto que, mesmo estando sujeito ao paradigma social de viragem pragmática, por exemplo, (CAPURRO, 2003, 2016), uma “dualidade” tecnicista ainda exerce influência sobre os nossos parâmetros de desenvolvimento. Assim, o caso é entender se a tecnologia é condição *sine qua non* à epistemologia da área.

Floridi (2002, 2010) toma uma decisão sobre a pergunta que intenta sobre a natureza da informação: “que” é informação? Pergunta esta das mais filosóficas, pois justamente interroga sobre o ente ele mesmo, a informação, e quer saber, ao menos à primeira vista, de onde o mesmo surgiria, quais seus modos de ser. O que estabeleceria a esta questão um âmbito de discussão anterior às práticas e disputas metodológicas acerca das atividades cotidianas do exercício e manejo de informação, embora delas nunca devam se afastar, pois as assegurariam. Para Floridi (2010), seria preciso tratar a questão da informação enquanto um

problema em si, desse *ente* enquanto mero *ente*, o que denotaria uma ontologia da informação.

Tal campo de debate, dessa projetada ontologia, se resumiria à pergunta ela mesma, “que é informação?” Seja qual for a resposta pretendida ao curso de seu desenvolvimento, ela não conseguirá, admoesta desde já Floridi, se resumir a uma busca precisa por um significado dicionarial ou uma definição analítica disciplinar. Isto se dá pelo fato de a informação, dados os aspectos mencionados acerca do desenvolvimento da sociedade da informação, não ser mais um objeto restrito a uma área, campo ou atividade meramente científica. O caso será, então, o de buscar um conceito tão geral e livre de particularidades, que pudesse servir de abrigo a qualquer determinação disciplinar ou regional de informação. Haveria, pergunta Floridi, uma noção fundamental de informação que, hermeneuticamente, influenciaria, inter-relacionaria e daria acesso a outras definições regionais de informação? Segundo Floridi (2010), essa noção já existe, mas acabaria sempre por cair numa dicotomia radical, em que tudo seria dado, completamente, ao objeto ou ao sujeito, modelo definido por ele como “epistemológico”. Floridi quer fugir a essas discussões, que ora jogam a questão ao observador, ora ao observado. Quanto a isso, diria ele o seguinte:

Onde deveríamos colocar a ‘informação’? O debate sobre o *locus informationes* tem sido uma tensão entre internalistas e externalistas. Algumas pessoas colocam a informação ‘dentro’ da mente (a interpretação do radiologista da chapa dos meus pulmões); outros insistem que está no mundo (o estado dos meus pulmões representado na radiografia). Esta é uma discussão sem sentido. Quando consideramos o alimento, é claro que o alimento não está nem no mundo, como meros nutrientes, nem somente como uma função do sistema digestivo do consumidor. Da mesma forma, a informação semântica em geral é uma dessas ‘coisas bidimensionais’ que não estão nem aqui nem lá, mas na interface entre nós e o ambiente, como um limiar ou limite entre os dois espaços. Eles são fenômenos relacionais. A conceituação ‘limítrofe’ da informação não é redutível à formas de externalismo (naturalização da informação) ou internalismo (informação na mente do portador), sou minimalista, se isto pode ser um rótulo. Prefiro o rótulo ligado a um anfíbio, ontologicamente. (FLORIDI, 2010, p. 42, grifo do autor)

Assim, o que Floridi defenderá foge a qualquer definição de informação que se afigure como uma teoria do conhecimento (epistemologia do sujeito-objeto), seja ela sob a égide da subjetividade e sua forma interior, seja sobre a objetividade das coisas e sua maneira em si de se doar ao observador. A este ponto-limite ao qual Floridi moverá a informação em sua noção essencial, acabando com o chamado vai e vem do sujeito e do objeto, caberá apenas espaço a uma “ontologia mínima”. Haveria informação em si mesma, porém, ela faria sentido apenas para o “meu ser” e ao conjunto de sistemas abstratos de permissões e regulações, onde níveis

de abstração fazem a vez daquilo que já se chamou de um sistema informatizado de positivação e majoração dos recursos vitais (LYOTARD, 1989; FOUCAULT, 2017).

Nós construímos nossa compreensão do mundo tomando plena vantagem das permissões com restrições (dados) oferecidas por fontes externas, em diferentes níveis de abstração. Certamente os dados apenas sugerem a escolha de nível particular de abstração, e a natureza do seu resultado, mas esta sugestão não é boleana e é inversamente proporcional ao grau de coerência entre os nossos níveis de abstração. (FLORIDI, 2010, p. 44)

A intercoerência multidimensional entre os níveis de abstração é que desenha a forma do sistema informacional global da Rede. Assim, ao que parece, Floridi pensa a informação no horizonte de uma categoria digital telemática, ao qual se tem tudo como recurso a ser disponibilizado a partir de um conjunto de limitações e facilitações cibernéticas sistemáticas, dadas por um regime de performatividade. Nesse sentido,

A coerência entre os NA [níveis de abstração] [...] pode garantir algum tipo de realismo ‘interno’ se esquecermos que a natureza dos observadores é também determinada, parcialmente, pelo dado sendo modelado. Se empírico, ou conceitual, os dados permitem somente um certo espectro de modelo, e nem todos os modelos são igualmente factíveis. (FLORIDI, 2010, p. 44)

Floridi busca, com sua filosofia, defender um expediente ainda muito “positivo” dessa camada fundacional das ciências informacionais. Com isso se quer dizer que o teor filosófico propriamente dito da pergunta pode até intentar se debruçar sobre o “que” de coisa daquilo que denominamos informação, mas todo o projeto “eminente filosofico” do autor parece pouco justificado diante do seu propósito inicial. Logo, a condução da questão volta a uma necessária resposta sistêmica, que vise satisfazer o fluxo dos níveis de abstração e a demanda ininterrupta por disponibilização de dados. Isso tanto se dá que nem o jargão metafísico consegue esconder as referências aos sistemas digitais de informação, nem as figuras de linguagem de que se vale conseguem escapar a essa visão tecnológica de mundo:

Espero que a analogia a seguir possa contribuir na compreensão. Mesmo que não seja justa a tese filosófica em curso. Imagine olhar o universo inteiro de um ponto de vista puramente químico: você é 70% água e 30% qualquer outra coisa. Agora considere um nível informacional de abstração. Você é 100% um conjunto de dados. Mais precisamente, você (como qualquer outra entidade) é um pacote discreto, auto-contido, encapsulado que contém 1) uma estrutura apropriada de dados que constitui a natureza da entidade em questão: estado do objeto, sua identidade única, seus atributos e 2) uma coleção de operações, funções ou procedimentos que são ativados por interações ou estímulos variados, nomeadamente mensagens recebidas de outros objetos ou mudanças dentro de si próprio, e que definem como o objeto responde ou reage a eles. Neste nível de abstração, objetos informacionais como tais, mais do que simplesmente sistemas vivos, em geral surgem no papel de pacientes de qualquer ação. A ética da informação é, então, somente uma evolução da ética ambiental. Seu

princípio fundamental é que algo mais elementar que a vida, o Ser entendido informacionalmente e, portanto, algo mais fundamental que prazer ou dor, nomeadamente ‘entropia’ (não o conceito físico de entropia; aqui significando, destruição de objetos informacionais, isto é, o Nada no vocabulário da antiga metafísica substancialista do Ser). (FLORIDI, 2010, p. 45-46)

Heidegger adverte sobre a ansiedade de se buscar na filosofia um imediato resultado positivo, uma caixa de ferramentas da qual se lança mão desejando uma solução prática, ou ainda com o propósito de tê-la como simples verborragia despreziosa. Diz ele o seguinte:

[...] pertence necessariamente ao caráter da opinião habitual e do pensamento ‘prático’ o fato de sempre se estimar equivocadamente a filosofia, seja sob o modo de uma superestimação, seja sob a forma de uma subestimação. [...] A filosofia é superestimada quando esperamos de seu pensamento um efeito que traga imediatamente consigo uma utilidade. A filosofia é subestimada quando não reencontramos em seus conceitos, senão ‘abstratamente’, (de maneira dispersa e diluída), aquilo que o lidar com as coisas, pautado pela experiência, já assegurara de modo palpável. (HEIDEGGER, 2017, p. 6-7)

Numa ou noutra ponta, sempre se volta ao problema sem que grandes transformações tenham sido desenhadas sobre a forma anterior de se ver o mundo em que aquela coisa visada se põe. Heidegger (2010) diria que qualquer pergunta que se faça tentando o “que” de coisa, a natureza de algo, ou seja, aquele mero perguntar pelo que significa *ser* quando o dito sobre algo que já é aí, o próprio “que” da pergunta já mereceria uma investigação filosófica prévia (que metafísica é essa e o que está pressuposto aí?). R. Day (2010, p. 177) indica, a partir da crítica hermenêutica heideggeriana, essa fragilidade do projeto ontológico de Floridi: “[...] a crítica heideggeriana abre uma análise retórica/crítica discursiva da reificação do termo informação e rejeita uma filosofia positivista da informação (por exemplo, a de Floridi), exigindo uma crítica desta filosofia da informação (positivista) em termos de seus pressupostos metafísicos.”

Toda a metafísica condensada nessa “gota de gramática” (WITTGENSTEIN, 2004, p. 287), neste “que”, já contemplaria um outro passo filosófico ainda mais originário que o anterior. Acreditar que esse passo seria dispensável em favor da consecução da tarefa interrogativa seria deixar-se aquém do valor da pergunta. Isto é, se pararia de “filosofar”, se for mesmo essa a intenção, e se voltaria a repetir o que a imperiosa discursividade positivadora dos sistemas cibernéticos já dizem dia após dia. Além disso, toda essa suspensão arrolada por Floridi a respeito da informação em sua ontologia mínima não parece se distanciar daquilo que Heidegger (2007) já apontara como sendo a essência da moderna ciência ocidental, ou seja, a pré-compreensão de que o mundo serviria à subjetividade humana

apenas como mero recurso disponível ao cálculo e ao uso. Em suma, o projeto filosófico (ontológico) floridiano parece estar à reboque do mais óbvio imperativo técnico.

Fernando Ilharco é um dos autores que assume o projeto “estabelecido” por Floridi nessa ontologia mínima. A proposta de Ilharco (2003), respondendo ao problema da filosofia da informação, seria a de aceitar a teoria de Floridi, envolvendo, além da cibernética de 2ª ordem de Bateson, onde informação é a diferença que faz a diferença, o estatuto heideggeriano do homem como ser-no-mundo. Para Heidegger (2012), as coisas ao redor serviriam de ferramentas *à-mão* para a constante reposição do humano num mundo sempre em projeto. Sobre esse fundo teórico eclético, Ilharco (2003) se disporia de uma teoria da ação nas redes digitais, baseando-se, materialmente, na estrutura telemática global e em sua capacidade informativa, tendo em vista a tomada de decisão e gestão da vida dos indivíduos e das empresas. Assim, cruzando tais elementos, se teria uma ontologia fundamental do sujeito cibernético, donde as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) serviriam de espaço de disponibilização e fluxo de motivações para a mudança de ação do humano (pessoas e instituições).

Além dessa relação heterogênea de elementos, que pouco parece respeitar as disposições de cada um dos sistemas teóricos em questão (principalmente no que se referiria à Cibernética, de Bateson, e à ontologia hermenêutica do *Dasein*, de Heidegger), outro problema que pode ser indicado na interpretação de Ilharco (2003) é a ideia de que existiriam três níveis de realidade da informação. De acordo com o autor, em um nível mais fundamental, informação seria algo simplesmente dado. A informação seria imediata, até mesmo “natural”. Nela, estariam as simples constatações dos fatos mais corriqueiros da existência (“vai chover” ou “está quente”). Num segundo nível, estariam as disposições originadas na realidade cultural, donde se verificariam as humanas formas de mundo (artificiais). Nesta instância informacional se incluiriam o espaço real dirigido pelo Estado, pela Igreja, pelas grandes empresas e suas liturgias e protocolos, que cercam hábitos regionais, nacionais, ocidentais, orientais, e que apontariam um campo de “verdades” estritamente humanas. “Informação”, nesse segundo estágio, diria respeito ao âmbito do “acontecimento humano”. E, por fim, numa terceira instância, estaria a realidade projetada pela plataforma online da *Web*. Esta, diz Ilharco (2003, p. 120), faria com que se pusesse em curso um “[...] processo de substituição da realidade pela informação tecnológica”, como se esta “se pusesse no lugar da realidade efetiva”.

O reducionismo sugerido pelos níveis de abstração da informação de Ilharco, e que parece fazer referência aos NA de Floridi (2002), toma o mundo por um modelo desde pequenas até grandes disponibilidades de dados. Tudo, nesse ínterim, parece percorrer um calculismo rudimentar ou mesmo um empirismo imediatista digno do séc. XVIII. O que reencaminha ao mesmo argumento utilizado, nesse aspecto, contra Floridi, ou seja, de que não se consegue escapar ao modelo sistêmico imposto pelo expediente cibernético da disponibilidade e performatividade das redes, caso não seja levado ao limite a ideia de uma filosofia da informação. Isto é, de que se deve, pela noção de rigor filosófico, perguntar aos próprios pressupostos que determinam as escolhas teóricas o sentido que estes dão ao projeto em vista.

A proposta de uma filosofia da informação de Frohmann (2004) não se orientaria por uma pergunta estritamente “teórica” sobre a informação (“que é informação?”, tal como na visão ontológica discutida). Frohmann aborda e enfrenta essa questão fundante partindo de uma negação e mostrando, pelas palavras de Nunberg (1996 apud FROHMANN, 2004), como uma pretensa filosofia da informação que se fiasse por uma pergunta pelo “que” de coisa da informação acabaria por cair num solipsismo teórico, na fenda da subjetividade e suas camadas tácitas, onde o documento seria mera representação esperando uma mente a fim de descobri-la como algo, quem sabe, relevante e informativo, e que nada traria, enfim, à discussão fundamental concernente às bases originárias da Ciência da Informação.

Em sua fenomenologia, Nunberg, diria Frohmann (2004), ao invés de perguntar por uma definição geral ou pela natureza da informação, questiona sobre os modos nos quais a informação se apresenta através do tempo. Isso, em grande medida, já basta para afastar qualquer predisposição a uma discussão que se encaminhasse por vias internalistas.

Sua razão [de Nunberg] para essa abordagem é que as ambiguidades, contradições e confusões inerentes ao fenômeno da informação respondem por sua força e autoridade. Ideias de informação que gozam do rigor teórico das definições e essências não são úteis para compreender o fenômeno da informação, porque ‘qualquer esforço para tentar extrair uma estrutura conceitual coerente para a noção seria não só completo, mas falso para seus fenomenologia: ‘informação’ é capaz de realizar o trabalho que faz precisamente porque confunde as fronteiras entre várias categorias de experiência geneticamente distintas’ (NUNBERG, 1996, p. 114 apud FROHMANN, 2004, p. 388, tradução nossa)

A tentativa de delimitação acaba por abrir as portas à mera especulação de conceitos, a qual se enveredaria, sugere Frohmann (2004), por um tecnicismo caótico em que se pensaria na transferência da informação, via *Web*, por pacotes de dados e todos esses cálculos pouco interessados numa dimensão histórica e social da informação.

O ensaio de Nunberg é importante para a abordagem que este trabalho leva a uma filosofia da informação, porque a pergunta ‘O que é informação?’ o que pode ser tomado como a base de tal filosofia, pertence tanto ao nosso atual fenômeno de informação quanto a ideia de quantificação. A informação se apresenta como um tipo particular de coisa; nossa impressão é de um tipo de substância. Como a gramática da ‘substância’ e seus cognatos licenciam explorações conceituais do que, precisamente, as propriedades do material em questão podem ser, ele legitima a pergunta ‘O que é informação?’ Enquanto a impressão de informação-come-substância leva a imaginação popular à busca de antídotos para os efeitos psíquicos deletérios de ser esmagada por grande parte da matéria em questão, ela direciona a imaginação teórica e filosófica para enigmas colocados pela informação imaginada como um tipo teórico coerente. isto é, o tipo de coisa sobre qual conhecimento geral teórico pode ser obtido. (Uma vez que a substância se apresenta, a busca pela essência não fica muito atrás) (FROHMANN, 2004, p. 388, tradução nossa)

Enfim, o que estaria por trás dessa concepção teórica de informação seria apenas uma “hiper-abstração” de categorias encontradas nos diversos suportes de documentos aí presentes desde sempre (quantificações de espaço, memória a partir das dimensões do jornal, do livro, do CD de gravação) (NUNBERG, 1996 apud FROHMANN, 2004). Outro problema trazido por essa dimensão “meramente” teórica da informação é aquilo que Capurro (2016) dizia ser as marcas e vestígios deixados por uma teoria platônica dualista da verdade, na qual informação seria uma representação estocada em códigos, que partiria do mundo ideal (contemplado pela mente) de alguém e se reordenaria, faria sentido apenas na mente de outrem. Disso se tiraria a ideia de que o documento seria apenas um canal de comunicação entre mentes.

O intuito da discussão de Frohmann é o campo da linguagem. Nele, a corrente teórica da informação teria em Santo Agostinho seu defensor, que pensaria ser a linguagem deflagrada por um espírito que conhece os termos, em verdade, já *a priori*. Mas, como o caso de Frohmann seria o de combater tal posição, surgem as palavras de Wittgenstein (1958 apud FROHMANN, 2004), a partir das quais se teria arcabouço para desbancar a concepção internalista agostiniana (neoplatônica) acerca da linguagem e seu pressuposto acerca da verdade atemporal e abstrata (que dá abertura à metafísica).

Qualquer estatuto de verdade sobre o sentido das palavras não seria dado pelo espírito ou pela mente calculadora judicativa, mas pelos jogos de linguagem, que ocorrem em condições de pluralidade e contextualização histórica, diz Frohmann (2004) com base em Wittgenstein. Isso é suficiente para dar ensejo à sua proposta de um filosofante pensar sobre a informação. Para Frohmann não existira esse ser metafísico fora do tempo e do espaço que é chamado de “informação”. O que pode haver, por sua vez, é uma capacidade informativa dos

documentos, a depender do que se poderia ver acerca da relevância destes nas práticas exercidas no âmbito dos jogos de linguagem das instituições. Tudo estaria dependurado nas “alças” das movimentações sócio-protocolares das instituições e de seus regimentos administrativos, seus enunciados e dispositivos, para usar as palavras de Foucault (2017).

O exemplo que Frohmann (2004) se vale para explorar essa proposição é um fenômeno histórico do qual pouco se poderia duvidar ante sua imensa força de transformação da realidade: a Revolução Científica. O que parece ser apenas um instrumento de argumentação também surge como uma crítica indireta a Floridi (2002), pois, toda aquela ética cibernética autorregulativa, que se fazia performaticamente através dos níveis de abstração e visava um incremento de toda a cadeia de indivíduos da Rede telemática, agora pode ser vista e demonstrada tão-somente a partir dos jogos de linguagem que expressariam os momentos paradigmáticos da ciência da época (medieval para moderna) e sua respectiva mudança. Fato este que apontaria que os elementos de ruptura e reordenação dos protocolos linguísticos e científicos eram informativos o suficiente para indicarem a passagem duma física aristotélica para uma ciência experimental e tecnologicamente orientada. Porém, mesmo que:

As principais implicações [sejam] que o estudo de práticas com documentos deve produzir um conjunto de conceitos mais promissor para pensar filosoficamente sobre informação do que estudos centrados em uma meditação teórica e filosófica da natureza da informação, a razão para essa conclusão é que uma abordagem wittgensteiniana sugeriria que práticas e documentos – nos quais entendemos inscrições, enunciados ocasionados e a grande variedade de registros que circulam em uma miríade de formatos – são conceitos mais fundamentais que a informação. [Assim posto,] a atenção às práticas com documentos revelaria como os documentos específicos, em determinados momentos e lugares e em áreas específicas do terreno social e cultural, se tornam informativos. (FROHMANN, 2004, p. 404-405, tradução nossa)

Isso leva ao núcleo da proposta frohmanniana de uma filosofia da informação. Esta, com efeito, pauta-se na coadunação entre os jogos de linguagem do segundo Wittgenstein e a análise genealógica foucaultiana do discurso. A defesa de uma filosofia da informação está desatrelada dos traços metafísicos da tradição (onde não se pergunta, de forma alguma, pelo *ser* de algum *ente* e suas propriedades, mas sim se quer entender as estratégias e formas de circulação de discursos, enunciados informativos), já que tais referências teóricas (Wittgenstein II e Foucault) propõem, justamente, esse mesmo distanciamento da tradição platônica e representacionista. Postura essa que pode ser entendida como sendo “filosófica”, pois dialogaria, indiretamente, com uma filosofia contemporânea dita pós-metafísica e pós-

estruturalista. Ou seja, as hipóteses filosóficas de Floridi e Frohmann divergiram bem aqui: o que uma assume, a outra se preocuparia em afastar e isolar.

Por outro lado, parece haver consonância entre Frohmann quanto Floridi no fato de que cada um deles tenta postular uma série de considerações acerca do objeto informacional, mas acabam por se desviar da questão “filosófica” ao se absterem de perguntar acerca dos pressupostos que sustentariam suas postulações. Floridi, ao que parece, acaba sendo absorvido pelo imperativo tecnológico, entendo, de antemão, informação como *ente* disponível e Frohmann, por sua vez, acabaria por remeter a origem de sua filosofia da informação ao interior das assumpções da Documentação. Vejamos melhor esse caso.

Duas coisas podem ser observadas a partir disto: a) é necessário continuar a pergunta e a investigação sobre os pressupostos teóricos os mais originários, já que aquele ideal de uma filosofia da informação como âmbito primordial de reconhecimento duma objetividade da matéria informação acabaria sendo arrefecido pelo uso de pressupostos já dados pela prática documental tradicional; b) as ideias de Frohmann, quanto ao caso derradeiro de uma documentação fundamental, ainda fazem jus ao que Smit (2012) dispõe sobre o objeto da Ciência da Informação: documento seria algo que está circundado por instituições e seria esta a limitação de atuação da área informacional. O que se mostraria, com efeito, como um desfalque ao debate “filosófico”, pois a visão ontológica de Floridi assume um amplo espectro de aplicações ao seu conceito de informação, pensando no todo da Rede. Por outro lado, recorrer à Documentação e ao seu conceito de documento inibem uma discussão claramente fundamental e filosófica à filosofia da informação.

As propostas de ambos os “ramos” dessa filosofia da informação (seja ela floridiana ou frohmanniana, tal como as adotamos exemplarmente como duas categorias ou vertentes) parecem radicalizar a busca pelos pressupostos objetivos de uma “apreensão da informação”. Com efeito, tanto o quadro ontológico de referência quanto a perspectiva epistemológica documental abrem, todavia, um campo de estudos sobre itens que parecem estar ainda subentendidos à programas já em circulação. Isso configuraria mais um compromisso de ratificação de compreensões previamente dispostas acerca do objeto, e menos uma tarefa filosófica (radical) de se escancarar referências ainda ocultas – embora operantes – ao corpo teórico da Ciência da Informação.

Tanto em um sentido floridiano (da força teórica cibernética que a tudo molda a partir de uma sistemática subjacente do ritual da disponibilidade do ente), bem como do ponto de vista duma filosofia frohmanniana (representante de uma Documentação revigorada pelo

lastro pragmaticista), deflagra-se um esforço que, a rigor, não parece se desatrelar dos seus pressupostos mais positivadores.

Considerando a ideia heideggeriana de que a tecnologia moderna se comportaria a partir do registro da subjetividade (causa eficiente), donde se veria o mundo como ente à-mão (matéria disponível), se poderia entender como, em Floridi, esta se dá num modo-de-ser existencial no qual se cumpre um juízo pré-determinado da informação como recurso (hermenêutica cibernética do ser do ente como “informacional”); por outro lado, a crítica frohmanniana a um sistema metafísico parece ser até mais eficaz que a própria amplitude filosófica que a ela se segue, pois esta última já se daria desde o paradigma não-representacionista (o qual, aliás, Frohmann é um grande responsável).

Enquanto postura crítica, a hipótese de Frohmann parece mais servir como contrapartida da ontologia da informação, asseverando o projeto pragmaticista, do que realmente como um novo programa de pesquisa. Como essa hipótese se resumiria à retomada dos pressupostos documentalistas e à virada pragmática da área, a atitude filosófica acabaria se configurando como um projeto de manutenção de princípios, e não necessariamente de uma deflagração de causas ainda ocultas: Frohmann estaria realizando aquilo que Kuhn (2011) aponta sobre o desafio que a “ciência normal” tem em montar o quebra-cabeças paradigmático a partir de novas disposições dessas mesmas peças, reafirmando, assim, o quadro epistemológico em voga por meio de “operações de acabamento” e refinamento da teoria (paradigma social).

No mais, o que é pensado como questão eminentemente “filosófica” por Floridi e Frohmann parece se configurar mais como defesa de um dado modo positivo de encarar o objeto informacional do que uma radical suspensão dos interditos teórico-científicos a fim de sua deflagração. Com efeito, isso não diverge das metas gerais da pesquisa teórica, pois há a suposição da dimensão aplicada dessa filosofia e de suas descobertas. Porém, tal operação de determinação do objeto parece se dirigir ao confronto entre uma escola anglo-americana e a tradição franco-documentalista, que, em grande medida, se enveredou pelo humanismo-pragmaticista em razão de sua crítica ao modelo representacionista.

Diz-se, com frequência, que as discussões filosóficas têm pouca, ou nenhuma, consequência prática. Embora certo que as teorias filosóficas não aspirem a resolver imediatamente nem problemas práticos nem problemas científicos, ambos repousam *nolens volens* sobre uma pré-compreensão de seus objetos. O dualismo mesmo entre *teoria* e *praxis* é produto de um argumento implícito que o impede de ver sua própria falha. Essa é uma das grandes lições da discussão epistemológica do século XX. A análise aqui apresentada deixa ver, para além de seus limites e simplificações, que os

pressupostos epistemológicos implícitos ou explícitos da nossa disciplina apresentam conseqüências relevantes para a concepção de sistemas de informação, para o uso de tais sistemas e para a própria pesquisa científica. (CAPURRO, 2003, não paginado)

Por fim, a filosofia não é uma mera caixa de ferramentas cuja função seria a de emprestar ao uso teórico verdades inquestionáveis. Aliás, a desmesura quanto à apropriação esporádica ou pontual da filosofia está no fato de que, ao manipulá-la ou deixá-la de lado, se hiper ou subestimasse a filosofia: ou ela nada pode dizer além de ideias imaterializáveis, ou seu exame descortina completamente o ser das coisas, mesmo que num breve olhar (HEIDEGGER, 2017). Ela, antes, deve falar para dar abertura ao problema da matéria informacional. Existe, portanto, a necessidade de estabelecer o grau de profundidade dessa pré-compreensão ontológica da tecnologia sobre uma filosofia da informação, bem como também se deve analisar as assunções de uma filosofia de base documentalista e pragmática. O que torna tais filosofias uma nova tarefa filosófica — não um alívio epistemológico definitivo. É preciso, pois, se demorar no entendimento do que seja essa “filosofia” para que ela possa, em seu mostrar-se, emprestar-nos sua potência analítica.

Se fizermos um balanço parcial do exame realizado até aqui, podemos dispor os seguintes aspectos e ganhos: por a pesquisa ser de natureza teórico-exploratória, a mesma se realiza a partir de uma revisão bibliográfica. O que exige, pela própria constituição de seu objeto, um levantamento e uma revisão de literatura referente às grandes dimensões das quais ela lança seu olhar investigativo. Em vista de seus fins, se impõem tanto: i) a compreensão do estado da arte da pesquisa teórica e histórica da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento (primeira metade da Parte 2 da tese); ii) bem como o entendimento sobre a dimensão dos ganhos, possibilidades, contrastes e limitações do método hermenêutico junto aos procedimentos lógico-dedutivos tradicionais de formulação de conceitos, dentro da atividade teórica na Ciência da Informação (segunda metade da Parte 2); iii) e, por fim, a constituição ou passagem da problemática dos referenciais teóricos da Ciência da Informação acima angariados para a filosofia heideggeriana da tecnologia em relação (Parte 3 da tese, que se pauta pelos resultados da Parte 2). Itens estes que, a bem dizer, sustentam os dois primeiros objetivos específicos da pesquisa (Partes 2 e 3).

Com efeito, a coordenação desse triplo estudo se colocou em direção à análise dos materiais bibliográficos de Otlet e Bush (meta importante da Parte 2). Ou seja, essas etapas tiveram, enfim, que dar ensejo à interpretação do *corpus* bibliográfico de Otlet e Bush. Pois, precisamente, nesse esforço bipartite, que tem na Parte 2 seus alicerces, estão as condições de

possibilidade para a interpretação da discussão epistemológica da CI a partir de um arcabouço filosófico específico.

Nesse sentido, retomando o primeiro ponto acima em destaque (compreensão do estado da arte da pesquisa teórica e histórica da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento), este se pôs como etapa imprescindível na medida em que nos apresenta vários elementos paradigmáticos que, contemporaneamente, guiaríamos as concepções teórico-epistemológicas em voga na área da Ciência da Informação. Isso tornou possível identificar um dado perfil de interesse da pesquisa teórica (especialmente em sua recepção e desenvolvimento nacionais). Com isso em mãos, foi possível analisar o curso dessas linhas de pensamento até suas influências estrangeiras mais notáveis (por ex., Floridi, Frohmann, Brier, Hjørland e Capurro). Em suma, a exploração bibliográfica — isto é, o levantamento e revisão de literatura (nacional e internacional) quanto à dimensão epistemológica da área — nos deu subsídio para desenhar o que parece estar em jogo nessa dimensão da pesquisa teórica em CI, viabilizando, assim, como seu resultado, um mapa categorial que descreve as individualizações, conexões e divergências gerais que tomam corpo nessa esfera teórico-investigativa da área.

Tal “mapa”, que contempla perfis e notas características da pesquisa teórica no Brasil e no exterior, com efeito, apontaria para o fato de que suas fontes de conceitos, previsões, pré-compreensões e questões se originariam nos problemas e soluções elaborados por um ponto originário além-mar. Mas, para além disso, essas mesmas soluções (que possuiriam um tal “denominador comum” na dicotomia representacionais/não representacionista) seriam, então, formuladas a partir de leituras filosóficas contemporâneas (Heidegger, Bergson, Peirce e Wittgenstein). O que nos dispõe uma série de pré-condições que influiriam sobre o plano teórico da Ciência da Informação.

Grosso modo, aliás, ao focalizar o ambiente numa dada “tradição de pesquisa” — num caso em especial, a escola de Ciência da Informação do IBICT/UFRJ, que possui nomes como o de Aldo Barreto, Tefko Saracevic, Maria Nélida Gonzalez de Gómez, Gustavo Saldanha, entre outros — seria possível destacar não somente um conjunto de linhas características que compõem esse centro de formação teórica em relação ao âmbito nacional geral da área, mas, também, seria viável identificar aspectos particulares que essa “escola” possui quanto ao problema da técnica. Situação que a tornaria um objeto quase exemplar: nesse sentido, suas disputas teórico-discursivas englobariam o tema numa tal fundamentação de base ora representacionista, ora não-representacionista; disputa na qual o problema da técnica se inseriria na medida em que tal escolha ou direcionamento rumariam para uma ontologia

digital dos objetos informacionais ou, por sua vez, para uma compreensão dos fluxos e estratégias dos grupos e ambientes informacionais. Isto é, categorias fundamentais ao ambiente da pesquisa teórica em Ciência da Informação. Sendo que, em ambas, é possível notar, enquanto um valor implícito, a presença da técnica.

Por seu turno, quanto à tarefa de caracterização hermenêutica do objeto da pesquisa — isto é, o tópico quanto ao entendimento sobre a dimensão dos ganhos, possibilidades do método hermenêutico junto aos procedimentos lógico-dedutivos tradicionais de formulação de conceitos, dentro da atividade teórica na Ciência da Informação —, esta se coloca justamente no que respeita a compreensão desse “movimento de passagem” ou “reverberação” mais ou menos implícita de certos conceitos, problemas, projetos ou escolas filosóficas em jogo, as quais acabariam por se infiltrar no curso paradigmático da Ciência da Informação enquanto um dado *valor*. Tal passo hermenêutico se apropria, nesse sentido, da revisão bibliográfica então realizada (sobre o estado da arte da dimensão teórica em Ciência da Informação) para ensejar uma interpretação que consiga dispor do problema da técnica a partir dum debate que não necessariamente o tenha como questão tematizada, mas que ainda assim o pressuponha. E isso pôde ser identificado, com efeito, nos aspectos que envolvem a disputa sobre o pretense teor representacionista ou não-representacionista que fundamentaria ou não a objetividade científica da área.

2.3 Da concretude do tempo e da história como dimensão hermenêutica

Em uma sociedade tão informatizada quanto esta que vivemos, não deveria surtir estranheza o fato de que inúmeras decisões estejam orientadas em vista de um dinamismo performático numa planta telemática digital de dimensões globais (CASTELLS, 1999; LYOTARD, 2009; HAN, 2017). Seria justamente essa planta informatizada que formataria o mundo e fundaria a dinâmica material e cultural daquilo que é chamado de “sociedade da informação”. A criação programática de necessidades, a atualização das expectativas e ações de indivíduos e instituições ocorreria a partir da Rede e seu *background* de dados disponíveis a todo instante: delimitam-se condutas ao que gráficos e projeções indicariam como apropriado num dado cenário (ILHARCO, 2003; DI FELICE, 2009; HAN, 2017). Tal como as grandes corporações orientam suas estratégias, as pessoas, a partir dos aplicativos que deixam à mão tantas outras informações, definem um plano de ação a partir dessa mesma tecnologia. A realidade material, nessa medida, nos é dada por *bots*, motores de busca e algoritmos. O mundo seria então governado, por assim dizer, expressando o problema em termos biopolíticos, por tecnologias administrativas positivadoras da vida (FOUCAULT, 2017).

Ciberneticamente dirigida, a vida seria tida como atividade performática no sentido da eficácia e do desempenho das atividades humanas (WIENER, 1968; HAN, 2017). Na gestão diária da vida já não se poderia mais prescindir da *Web*, dado seu enfoque vital/gerenciador das condutas, tanto aos indivíduos quanto às organizações públicas e privadas, locais e globais (ILHARCO, 2003; CAPURRO, 2009). O sistema telemático e sua função estratégica em torno da eficiência, da competitividade (enfim, da performatividade como expressão do poder) se tornaria uma linha geral de comando às atividades públicas, domésticas e empresariais (DI FELICE, 2009; HAN, 2017). Não há obstáculos à presença incessante desse dispositivo (o sistema telemático como um todo), que a tudo angariaria como fonte e fluxo de dados em prol de uma maximização e majoração dos meios produtivos e de seus efeitos para o capital (HEIDEGGER, 2007; LYOTARD, 2009; HAN, 2017).

Em meio a essa sociedade da informação (termo, aliás, que cada vez mais tem caído em desuso), impõe-se um particular expediente quanto àquilo que se diz ser o próprio “saber” sobre os objetos, bem como os protocolos de ação e condução a partir desse mesmo saber (LYOTARD, 2009; CAPURRO, 2009). Nesse regime dos sistemas telemáticos, a ciência e as técnicas de ponta ensejam a fragmentação dos modelos de construção, transmissão e legitimação dos saberes. Efeito decorrente da incidência das ciências *high-tech* sobre o campo

discursivo geral a partir da assimilação das linguagens e suas formas expressivas e comunicativas de descoberta e análise de dados (cibernética, inteligência artificial, protocolos de comunicação homem-máquina, automatismo, estoque e transferência de pacotes de dados); o que coaduna com a queda relativa que sofreram as narrativas histórico-científicas e filosóficas de então (LYOTARD, 2009).

O ideal de progresso e superação – que, a bem dizer, o espírito hegeliano pautava – sofre ruptura a partir dos efeitos da performatividade dos sistemas eletrônicos de telecomunicação. Suas pretensões democráticas e dialógicas respondiam ao movimento geopolítico nacionalista, que dera vasão à Segunda Guerra, a fim de salvar o mundo da destruição nuclear, formando uma aldeia global comunicativa das trocas de informação (vide o que Wiener (1968) propunha, nesse sentido). Aqui, um enorme avanço no sentido das técnicas e das tecnologias é sentido (BRETON, 1993; SARACEVIC, 1996), e essa mudança de curso, que começaria no pós-guerra e que colocaria em questão o valor (impacto) das instituições de pesquisa e seus métodos tradicionais utilizados nas pesquisas científicas, se volta aos meios e não aos fins determinados da sociedade moderna (LYOTARD, 2009). Essa “gestão vital”, fundada pelo *modus operandi* dos sistemas globais de informação, se manifesta por meio da reconfiguração discursiva e programática do controle cibernético.

Este seria o pano de fundo no qual a informação sairia do patamar restrito (analítico) de mero objeto de uma ciência (informação como objeto *da* Ciência da Informação, por exemplo) e passaria a vigorar, então, como um elemento presente e verificável em todas as áreas e em todos os sistemas humanos (DAY, 1996). A informação torna-se, no conjunto desse movimento, o fenômeno sensível capaz de exibir e transformar a realidade, em razão das técnicas e meios empreendidos acerca do princípio gerencial da vida.

A mudança de *status* da informação – de objeto científico estrito a fenômeno central da atividade social e científica em geral – indicaria o papel essencial da informação na configuração e nos rumos da sociedade contemporânea (DAY, 1996; POMBO, 2003; LYOTARD, 2009). Aspecto que identifica a expansão da informação para fora de uma área disciplinar e sua consecutiva absorção ao *fatum* diário da atividade tecnocientífica em geral (informação como objeto que vira princípio morfogenético de formatação das áreas e sistemas gerenciais).

A Ciência da Informação, aliás, seria um caso exemplar ao curso da suspensão e reacomodação daquelas diretrizes tradicionais da “objetividade teórica” e “autonomia objetiva”, que a ciência conservara tão estritamente até pouco tempo (DAY, 1996; POMBO,

2003; CAPURRO, 2009; LYOTARD, 2009). Quando se pensa na teoria como não sendo mais um ato especulativo garantido pelo distanciamento perante o objeto — isto é, a distância formal e material entre sujeito e objeto do conhecimento, bem como do método, que não seriam mais garantidores nem da exclusividade objetiva (este ou aquele objeto sendo *desta* ciência e apenas dela) e nem de um critério autônomo e universal de verdade (LYOTARD, 2009) —, se abriria um quadro de opções no qual tal fórmula tradicional se veria em processo de redefinição. O desenvolvimento teórico, que se veria em uma teoria separatista do conhecimento (que distancia sujeito e objeto) bem como em um perfil metodológico que pensaria ser tanto uma doutrina prescritiva de validade universal quanto fiduciária ao encontro e tratamento de objetos únicos e exclusivos, deveriam lidar com um conhecimento, agora, que não se separaria dos sujeitos que conhecem (reaproximação do duplo nome sujeito-objeto); e, por seu turno, com métodos descritivos que não se precipitariam a uma universalidade absoluta, nem deixariam de lado contextos sociais de criação dos saberes (DAY, 1996; CAPURRO, 2009).

Isso nos encaminharia àquilo que deve ser percebido nas entrelinhas da reacomodação dos elementos daquela tripla partição clássica nas ciências: isto é, objeto, método e teoria seriam formatados ou corporificados, daí em diante, enquanto instantes de um fluxo de informação e construção social do conhecimento, na medida em que dariam a esses caracteres fundamentais (“objeto”, “método” e “teoria”) sua devida formatação (ou corpo) enquanto “constructos de informação”. Como diria Day (1996, p. 322, tradução nossa), o “[...] conhecimento e a teoria são formas conceituais que se desenvolvem a partir do fluxo informacional.” Ou seja, não só o objeto da CI, mas, a própria ciência informacional seria atraída para o centro de gravidade da ciência pós-moderna.

O que se tem a partir daí seria o fato de a informação não mais constituir (ou se pretender a...) *um* objeto em si de uma ciência particular, mas, algo a que todas as ciências devem se ater para realizar, fazer ciência. Estas configurar-se-iam como constructos de informação em fluxo, valendo-se do encontro de sistemas de informação, que alimentariam e chancelariam as hipóteses e experimentos das mais variadas disciplinas. A ciência feita aí se põe como uma atividade de cercamento, cuja massa crítica de dados, *grosso modo*, pressiona a realidade com diversos resultados e métricas angariadas com tal finalidade revelatória. A informação, assim, se consolidaria como parte dos métodos empreendidos nas ciências, pois seria ela um elemento pensado para além, por exemplo, da Ciência da Informação; algo que

afetaria a ciência e a tecnologia como um todo, uma condição de possibilidade geral para o entendimento de inúmeros campos observáveis.

Nesse sentido, se vê aqui o reposicionamento de forças que ocorre ao ajuste de curso da ciência e dos elementos componentes de seu horizonte teórico-metodológico. Dada a emergência da sociedade contemporânea, a informação assume um papel central nas ciências, sendo tanto um objeto compartilhado, bem como um princípio de objetividade para o interior de cada ciência, disciplina ou campo profissional específico. Ou seja, a informação pode ser dita como uma face própria do aparato crítico da ciência pós-moderna. Todo ente (coisa objetável) seria visto como algo que contém informação. Informação seria, portanto, aquilo em que se está pressuposto o ser de todo ente tomado como objeto de investigação.

Nessa medida, tal quadro é paradigmático tanto ao modelo filosófico ontológico quanto ao epistemológico tratados abaixo. Isto é, ou se pensará que a coisa “informação” é um fluxo a ser gerido e aproveitável, donde se entenderia informação como algo próprio de uma dimensão digital fundamental, dando, assim, autonomia ontológica à ideia de gestão performativa (cibernética) da vida, que reconduziria a uma condição tecnicista do objeto, ou; por outro lado, se entenderá que a informatividade (*informativeness*) dos documentos viria a depender da identificação de um conjunto e dos tipos de práticas documentais ali envolvidas, (exercitadas nos circuitos de atividades das instituições), de onde se encontrariam, então, outras questões investigativas a partir daí. Ou seja, ensejando um retorno a uma fundamentação disciplinar pautada numa noção de “documento”, o que faria do empenho filosófico da área uma tarefa recursiva.

Um traço mais ou menos aparente até aqui, mas que precisa ser tornado óbvio, é a referência que se tem à categoria de tempo, quando conjugada com a ideia de verdade; de que elas estão uma com a outra. A historicidade presente tanto em Dilthey (2010) quanto em Heidegger (2012), e que mais precisamente se desenvolveu em Gadamer (2015), no que toca seu solo mais inferior e sedimentado da hermenêutica, entende que o ser se faz temporalizando-se, e que cria, num dado momento de ocasionar, um instante de consciência histórica sobre algum objeto – uma janela de oportunidade para a verdade (DILTHEY, 1972; RICOEUR, 1990; GADAMER, 2015)

Esta consciência histórica, no limite, diz respeito ao universo do compreender (*Verstehen*); e compreender no sentido de retomar o espírito da coisa em mente. Diria Dilthey (2010), em resumo, que, a natureza se explica (ciências naturais), enquanto que o mundo humano se compreende (ciências humanas). Essa divisão que coloca o homem numa condição

de entendimento diverso em relação à natureza, consecutivamente, traz um traço histórico ao ser humano e seu universo que não aquele do mundo físico.

É fato público que a ciência moderna do século XVII tem seu núcleo de desenvolvimento localizado nas ciências da natureza. Deve-se, todavia, a esse desenvolvimento o crescente domínio da natureza, salienta Gadamer (2010). Conseqüentemente, espera-se também, diria o autor, que a ciência do homem e da sociedade ofereça o mesmo domínio do universo humano-histórico. Aliás, espera-se das ciências do espírito até mais, uma vez que o domínio da natureza pela ciência ao invés “[...] de diminuir o mal-estar na cultura acabou aumentando-o. Os métodos das ciências da natureza”, afirma Gadamer (2010, p. 52), “não apreendem tudo que é digno de se saber, ou seja, os fins últimos aos quais deve estar subordinado todo domínio dos recursos da natureza e do homem.”

O caráter histórico que Dilthey, afirma Palmer (2015, p. 122), atribui ao homem, tem dois aspectos importantes: a) diferentemente das ciências objetivas, o entendimento do homem sobre sua existência e verdade se dá sobre um caminho indireto – ele “[...] tem que sofrer um desvio hermenêutico através de expressões fixas que datam do passado. Dependente da história, é essencial e necessariamente histórico.”; b) para tanto, no caso, “a natureza humana não é uma essência fixa [...] O que há-de-ser aguarda ainda as suas decisões históricas. [Ele, o homem,] não é tanto o timoneiro de um navio já pronto [mas, sobretudo,] o arquitecto do próprio navio.”

Isto é, tal escola hermenêutica nos libera a pensar que todo momento histórico é dotado de uma relatividade ao que toca sua interpretação e rigor de conhecimento; que a verdade sobre algo está vinculada ao ser dissolvido em líquido temporal e um dado “arranjo” que é feito pelos interpretes. E, que para dentro das ciências do espírito, o acompanhamento de uma interpretação coloca-se em vista da trama histórica (GADAMER, 2003, 2015). Em suma, diríamos, a composição acerca da história, num dado momento, faz surgir uma janela para o ser.

Isto não nos autoriza, porém, a um exame desprovido de quaisquer princípios científicos. A questão, contudo, é se fiar por uma característica das ciências humanas (*Geisteswissenschaften*) a que Heidegger (2012) iria denominar de *kairós*: um fenômeno histórico visto em sua particularidade humana, em sua unicidade histórica, complementar mais tarde Gadamer (2003). Assim, embora em franco contraste ou debate com o racionalismo crítico de Popper, Habermas e Apel, diria Capurro (2003, não paginado):

[...] pode-se constatar que [...] a hermenêutica e o racionalismo crítico, [...] afirmam, acima de suas diferenças, o caráter fundamentalmente interpretativo do conhecimento, sendo a hermenêutica a que atribui maior ênfase à relação entre conhecimento e ação, ou entre epistemologia e ética.

Se “a ‘*essência*’ do *Dasein* reside em sua existência” (HEIDEGGER, 2012, p. 139), então é a partir desse âmbito — do seu mero ser-aí sendo, por assim dizer — que se deve explorar o seu comportamento quanto ao ser, o que nos coloca diante de seu âmbito mais imediato e cotidiano existir, espaço esse que dispõe o caráter fenomênico positivo da sua mediana cotidianidade. Como se pode supor, isso não configurar-se-ia como um desvio de objetivo ou uma redução das pretensões analíticas da pesquisa, pois, “o que é onticamente no modo da mediania”, afirma Heidegger, “pode ser muito bem ontologicamente apreendido em suas estruturas muito bem determinadas, as quais não são estruturalmente diferentes das determinações ontológicas de um ser *próprio* do *Dasein*.” Do mero existir, então, se tornará viável encontrar a sua existencialidade, e disso se seguirá a compreensão ontológica do ente exemplar. Não à toa, “todas as explicações que surgem da analítica do *Dasein* são conquistadas em referência e a partir da sua estrutura-de-existência.” (HEIDEGGER, 2012, p. 145).

Precisamente, no ponto-de-partida da análise, o *Dasein* não deve ser interpretado pelo que um determinado modo de existir tem de diferente, mas ser posto a descoberto no seu ser indiferente de pronto e no mais das vezes. Essa indiferenciação da cotidianidade do *Dasein* não é um nada, mas é um caráter fenomênico positivo desse ente. Todo existir, como ele é, parte desse modo-de-ser e a ele retorna. A essa indiferença quotidiana do *Dasein* recebe o nome de *mediania*. (HEIDEGGER, 2012, p. 143).

Teremos de nos haver, então, com essa indiferente cotidianidade mediana do *Dasein* enquanto ponto de partida à análise. Nessa esteira, ao nos debruçarmos sobre essa mera existência diária, vemos que ela expõe algo que ao *Dasein* é “[...] essencialmente inerente: o ser em um mundo. O entendimento-do-ser inerente ao *Dasein* concerne, pois, de modo igualmente originário, ao entendimento de algo como ‘mundo’ e ao entendimento do ser do ente que é acessível no interior do mundo.” (HEIDEGGER, 2012, pp. 61-63). Não por acaso, o ser-no-mundo (nessa cotidianidade mediana) se dá como o seu modo-de-ser mais próximo, que apreende e apresenta, fenomenicamente, a constituição-fundamental do *Dasein*.³

Ora, se desmembrássemos a expressão “*ser-no-mundo*” nos momentos que a tornam esse âmbito unitário do comportamento mediano, veríamos em seu interior o *ser-em* e o *ser-junto*. “Ser-em”, nada mais quer dizer do que o simples *habitar* — um morar, um demorar-se em... que conota uma tal familiaridade deste ou daquele modo de ser quanto ao mundo.

³ A bem dizer: “‘fenômeno’, em sentido fenomenológico, foi formalmente determinado como o que se mostra como ser e estrutura-de-ser.” (HEIDEGGER, 2012, p. 197).

Assim, “‘ser’, como infinitivo de ‘eu sou’, como existenciário, [aponta para o] morar junto a... ser familiarizado com...” (HEIDEGGER, 2012, p. 173), que, por sua vez, indica a relação íntima entre ser e o mundo — no sentido de existir, sendo, *habitando* esse mundo. Algo assim como um “estar em casa” se revela no ser-em.

Na presença do *Dasein*, no seu ser-em como ocupar-se das coisas, os entes que o cercam acabam se dispondo numa dada conjuntura doméstica, num “sistema” cuja utilizabilidade (essencialmente um estar à-mão das coisas) lhe serve como um meio para fins. Nisso, não só o *Dasein* os põe juntos numa certa relação e remissão a fins, mas também ele se dispõe *junto a* esses entes instrumentais (utilizáveis).⁴ Situação na qual o *Dasein*, de algum modo, como que se integra com o que vem-de-encontro-no-interior-do-mundo.⁵ Ele os habita, se abriga e se recobre com eles, de alguma maneira. Ao se pôr em direção ao mundo, o *Dasein* arranja o vir-de-encontro dos demais entes, compondo-se com eles num tal “estar junto” deles. Existencialmente, “ser junto a”, portanto, descreveria o *Dasein* num tal “absorver-se no mundo” (HEIDEGGER, 2012, p. 173). Podemos tirar daí, com efeito, o conceito preliminar de sua inerente *factualidade*, que contém em si “[...] o ser-no-mundo de um ente ‘do interior-do-mundo’, de tal modo que esse ente pode se entender como preso em seu ‘destino’ ao ser do ente que-vem-de-encontro no interior de seu próprio mundo.” (HEIDEGGER, 2012, p. 177). Assim, o humano se põe em ordem com essa cadeia sistêmica dos entes, comumente denominada de “mundo”. A multiplicidade de tais modos do ser-em pode ser mostrada no:

[...] ter de se haver com algo, produzir algo, cultivar algo e cuidar de algo, empregar algo, abandonar algo ou deixar que algo se perca, empreender, levar a cabo, averiguar, interrogar, considerar, discutir, determinar. Esses modos do ser-em têm o modo-de-ser do ocupar-se de algo [...] A expressão pode também significar obter algo. [...] Além disso, é empregada no modo característico: estou ocupado com [...] ‘Ocupar-se’ significa aqui algo como rezear” (HEIDEGGER, 2012, p. 179).

⁴ Heidegger denominará “[...] *instrumento* o ente que-vem-de-encontro-no-interior-do-mundo no ocupar-se. No trato pode se encontrar o instrumento para escrever, para costurar, para trabalhar [ferramenta], para viajar [veículo], para medir.” E o termo “sistema” é então sugerido em função do fato de que “[...] um instrumento nunca ‘é’ isolado. Ao ser do instrumento pertence sempre cada vez um todo-instrumental, no qual esse instrumento pode ser o que ele é. Instrumento é por essência ‘algo para...’. Os diversos modos do ‘para algo’ [...] constituem uma totalidade-instrumental. Na estrutura do ‘para algo’ reside uma *remissão* de algo a algo.” (HEIDEGGER, 2012, p. 211).

⁵ O propósito de toda essa conjunção firmada pela totalidade-instrumental é a *obra*, termo que o autor alemão se vale para indicar a finalidade dos *utilizáveis* em sua conjunção prática. A obra, como a cabana, o berço, o celeiro, se põe ao *Dasein* em razão de sua falta de determinidade de ser. Ele se vale dos entes nessa medida para preencher um tal nada que lhe é característico. “Com a obra [...] não vem-de-encontro somente o ente que é utilizável, mas também o ente do modo-de-ser do homem [...]” (HEIDEGGER, 2012, p. 217).

Sobrepostos como ser-em-um-mundo, o “ser-em” e o “ser junto” comportam, enfim, a determinação-de-ser do *Dasein* como aquele que se ocupa de mundo. E, como indica a passagem citada acima, em todas essas modulações e variações cabíveis ao *ocupar-se*, seria possível notar o seu “receamento” pelo mundo, que se expressa no sentido duma apreensão diante de... perante os entes. Um distanciamento incômodo que traça a estadia factual mediana da existência. Próximo, familiarizado, mas sempre a um passo de..., o *Dasein* inquieta-se, na forma da ocupação com essas coisas utilizáveis, a fim de superar essa “distância” existencial que lhe afeta.⁶

Por sua vez, no que se refere à determinação mediana do *Dasein* perante os demais homens e mulheres do mundo (que é outra forma do *ocupar-se*, inclusive), ela se dá como um *ser-com* os outros: a bem dizer, de pronto, coexistindo com essa massa indeterminada de outras pessoas, o *Dasein*, desde já, se lança numa forma de *sujeição* aos outros; dissipando-se em a-gente (*das Man*), o *Dasein* cumpre a agenda dum absorver-se no mundo, mas agora no mundo dos homens. A indiferenciação diante das coisas atende ao mesmo apelo que essa indiferenciação junto aos outros.

Esse ser-um-com-o-outro dissolve por completo o *Dasein* próprio, no modo-de-ser ‘dos outros’, e isso de tal maneira que os outros desaparecem mais e mais em sua diferenciação e expressividade. Nessa ausência de surpresa e de identificação, a-gente desenvolve sua verdadeira ditadura. [...] A-gente, que não é ninguém determinado e que todos são, não como uma soma; porém, prescreve o modo-de-ser da cotidianidade. (HEIDEGGER, 2012, p. 365)

Isso nos mostra o que cabe essencialmente ao modo-de-ser do *Dasein* enquanto a-gente: o que está em jogo ao ser do a-gente é a mediania, sua capacidade impositiva de nivelamento e apagamento.⁷ “Por isso, a-gente se mantém factualmente na mediania do que vai indo, do que é considerado válido ou não, daquilo a que a-gente concede ou nega êxito”, funcionando como esse mecanismo de absorção e, também, regulação. “Essa mediania, na prefiguração do que se pode ou é permitido ousar, vigia toda exceção que possa sobrevir.” Ou seja, “toda precedência é silenciosamente nivelada. Tudo o que seja original é desbastado em

⁶ Essa nota característica se deve à diferença ontológica que o *Dasein* retém em contraste com os demais entes. Tal noção de distância se refere ao fato de que só o homem existe, ao passo que os demais entes apenas são. (HEIDEGGER, 2012).

⁷ Nunes (2012, p. 98) consegue sintetizar bem o fato da impropriedade em relação ao a-gente. Diz ele: “Não sendo ninguém como *gente*, é a esse ninguém (*das Niemand*), com a aparência de um ente-à-vista, que o *Dasein* se entrega no recíproco relacionamento com os outros (*Untereinandersein*). Em sua existência diária, a *ipseidade* do homem, o seu *quem*, assume a aparência objetificada de um *ens reatissimum* que paira acima de todos, detendo o poder-ser de cada qual. Sem que desapareça, poder-ser de cada qual subsiste numa forma imprópria (*uneingentlich*), contra o qual o *si-mesmo* próprio é sempre capaz de recuperar-se.”

algo de há muito conhecido. Tudo o que foi conquistado na luta passa a ser manuseado”, isto é, posto de acordo com a manutenção dessa normalidade. Assim, “todo segredo perde sua força. A preocupação da mediania desvenda uma nova tendência essencial do *Dasein* por nós denominada o *nivelamento* de todas as possibilidades-de-ser.” (HEIDEGGER, 2012, p. 365)

E é importante destacar esse nivelar que toma de assalto as possibilidades-de-ser, pois nela vemos que a realidade factual se esforça para dirimir as chances de que alguma possibilidade, enquanto uma nova possibilidade de ser mais próprio, se instale, sobrepujando assim a marcha da normalidade indeterminada que empurra o *Dasein* num dado sentido e sob dadas chances e expectativas. A saber, no ocupar-se e no ser-com afirma-se um modo fundamental de ser do *Dasein* em sua cotidianidade imprópria, o qual se dá como *decair*: o *Dasein*, de pronto e no mais das vezes, é *junto* ao ‘mundo’ da ocupação. Esse absorver-se junto a... tem usualmente o caráter do estar-perdido na publicidade do a-gente. O *Dasein*, como poder-ser-si-mesmo próprio, já sempre desertou de si mesmo, decaindo no mundo. O ser do “decair no mundo” significa ser-absorvido no ser-um-com-o-outro, na medida em que este é absorvido pelo falatório, curiosidade e pela ambiguidade.

A questão se coloca da seguinte maneira: é “[...] como factual ser-no-mundo que o *Dasein*, como suscetível de decair, já decaiu [...]” (HEIDEGGER, 2012, p. 495). O que significa que o próprio *Dasein*, na proximidade de sua relação com os outros, “[...] prepara para si mesmo a constante tentativa de decair. O ser-no-mundo é em si mesmo *tentador*.” (HEIDEGGER, 2012, p. 497). Disso se vê a gênese de sua impropriedade⁸ (de não ser si próprio): decaído, seja na ocupação de seus projetos (com os *utilizáveis*) ou bem-acomodado no seio da coletividade (ser com-os-outros), o *Dasein* assume sua impropriedade num “[...] assinalado ser-no-mundo completamente tomado pelo ‘mundo’ e [...] com os outros em a-gente.” (HEIDEGGER, 2012, p. 493). Nessa forma de se lidar com a existência diária, o *Dasein* vislumbra um refúgio, encontrando ali a promessa duma tal *tranquilidade* na qual tudo estaria se realizando na “melhor ordem possível”. (HEIDEGGER, 2012)

Porém, isso se mostra como uma mera promessa de felicidade, por assim dizer. A *tranquilidade* — que motiva o *Dasein* em nome do aconchego d’a-gente e do empreendimento para com as coisas —, na verdade, se realiza num fazer sem fim de tarefas (cujo fio condutor é a imediata curiosidade), e num caótico e ambíguo falatório do discurso

⁸ A bem dizer, “os dois *modi-de-ser* da *propriedade* e da *impropriedade* [...] fundam-se em que o *Dasein* é em geral determinado pelo ser-cada-vez-meu. Mas a impropriedade [...] não significa algo como ser ‘menor’ ou um grau-de-ser ‘inferior’. Ao contrário, a impropriedade pode determinar o *Dasein* segundo sua mais completa concretização em suas ocupações, atividade, interesses [...]” HEIDEGGER, 2012, p. 141-143.

público. Em resumo, “essa tranquilidade no ser impróprio não leva [...] à inércia a à inatividade, mas é impelida a uma desenfreada ‘atividade’. O ser decaído no ‘mundo’ não traz agora algo assim como o repouso” (HEIDEGGER, 2012), faz, enfim, justamente o seu efeito contrário.

[...] o tudo-ter-visto e o tudo-ter-entendido formam a pretensão de que a abertura do *Dasein* assim disponível e predominante poderia garantir-lhe a segurança, a autenticidade e a plenitude de todas as possibilidades de seu ser. A certeza-de-si-mesmo e o caráter decidido de a-gente difundem uma crescente indiferença quanto ao modo próprio de [compreender] no encontrar-se. (HEIDEGGER, 2012, p. 497).

O que se nutre com essa “certeza” diante das coisas é o estreitamento quanto aos modos mais próprios do compreender, os quais se modulariam pela encontrabilidade (*Befindlichkeit*) dos estados-de-ânimo. A indiferente “segurança” observada nesse imergir em meio ao ente e nesse tal sentir-se parte d’a-gente, no caso, deflagram a sensação de um nada que precisa ser preenchido. Esse comportar-se impróprio expõe a abertura do *Dasein* como o seu mais usual modo de ser na cotidianidade: o *encobrir-se*. Um encobrir-se que, fazendo justiça ao *nivelamento* do a-gente, tende a degradar qualquer possibilidade mais própria de compreender o mundo.

A bem dizer, ao transcender em direção ao mundo, comprometendo-se com o que lhe é *dado* no decair, o homem assume essa relação a partir de um outro modo de articulação fundamental (o discurso), o qual, por sua vez, anuncia a assimilação dessa realidade dada (o absorver-se no mundo dos outros). Consistindo, assim, numa forma de abertura, é por meio de uma tal articulação discursiva dessa natureza (anônima e coletiva) que se consolida, então, a fala do a-gente como *projeto* e limitação de possibilidade ao próprio *Dasein*. Ora, sendo ele o discurso do a-gente, suas “[...] possibilidades manifestam uma essencial tendência-de-ser da cotidianidade.” (HEIDEGGER, 2012, p. 471). Nesse registro, o discurso da mediania ratifica o fator de permanência do ser do *Dasein* na forma do encobrimento. Enfim, algo importante a se apreender aqui diz respeito ao fato de que, “se a carga afetiva indica a imersão, [...] o discurso [...] indica a projeção, na medida em que, [enquanto] modo possível de nós mesmos, projetar é interpretar-nos, a nós, aos outros e ao mundo” (NUNES, 2016, p. 17-18). Com efeito, esse abrir-se ao mundo põe à luz o modo-de-ser da realidade na qual o *Dasein* desde já está decaído, ficando impedido de acessar o conjunto de suas possibilidades mais próprias. Todo poder-ser, nesse caso, acompanha o curso do preocupar-se de mundo e as possibilidades endossadas pelo a-gente.

Contudo, a exploração da cotidianidade mediana precisa capturar o fenômeno dessa existência, isto é, a totalidade apreensível desse ser que está “logo aí”. Visto em sua essência, o fenômeno ontológico-existenciário da existência cotidiana do *Dasein* se entrega pela *preocupação*, a qual determina-se pelo “[...] ser-adiantado-em-relação-a-si-no-já-ser-em... - sendo-já-junto-a...” (HEIDEGGER, 2012, p. 547). Daí se vê que a situação fática (cotidiana) do existir “[...] designa a iniludível carga afetiva pela qual, [...] sempre sentindo desse ou daquele modo, o homem [...] existe imerso no ente. Sob esse aspecto constitutivo da conduta humana, o imergir, que nos põe em relação aos entes de outra espécie”, sejam eles os *utilizáveis* à nossa disposição ou os entes *à-vista*, mediados por esses entes que ficam *à-mão*, “[...] tem a sua contraparte no *projetar*, que nos permite transcender os entes na direção do mundo.” Assim, ser-no-mundo é algo “[...] concomitante e imediatamente parte do circuito da convivência e, portanto, ser com os outros, entre o imergir no meio do ente e o projetar que o transcende.” (NUNES, 2016, p. 18). Por isso, sendo ele um existente, seja em qual modo de comportamento for, “[...] como modificação do completo ser-no-mundo, o *Dasein* já é sempre preocupação.” (HEIDEGGER, 2012, p. 547). Não por acaso, “o ‘ser-no-mundo’ tem o cunho da conformidade-a-ser da ‘preocupação’.” (HEIDEGGER, 2012, p. 553). Ela consegue, numa visada, capturar a estrutura desse ser, complexo e indivisível em partes, no fenômeno sempre posto do preocupar-se, o que acaba por determinar uma primeira apreensão do objeto assinalado como um perder-se no mundo.

Ora, se desmembrássemos a expressão “*ser-no-mundo*” nos momentos que a tornam esse âmbito unitário do comportamento mediano, veríamos em seu interior o *ser-em* e o *ser-junto*. “Ser-em”, nada mais quer dizer do que o simples *habitar* — um morar, um demorar-se em... que conota uma tal familiaridade deste ou daquele modo de ser quanto ao mundo. Assim, “‘ser’, como infinitivo de ‘eu sou’, como existenciário, [aponta ao] morar junto a... ser familiarizado com...” (HEIDEGGER, 2012, p. 173), que, por sua vez, indica a relação íntima entre o ser — no sentido de existir, *sendo* e *habitando* — e o próprio mundo. Algo assim como um “estar em casa” se revela no ser-em.

Na presença do *Dasein*, no seu ser-em como ocupar-se das coisas, os entes que o cercam acabam se dispondo numa dada conjuntura doméstica, num “sistema” cuja utilizabilidade (essencialmente um *estar à-mão* das coisas) lhe serve como um meio para fins. Nisso, não só o *Dasein* os põe juntos numa certa relação e remissão a fins, mas também ele se

dispõe *junto a* esses entes instrumentais (*utilizáveis*).⁹ Situação na qual o *Dasein*, de algum modo, como que se integra com o que vem-de-encontro-no-interior-do-mundo.¹⁰ Ele os habita, se abriga e se recobre com eles, de alguma maneira. Ao se pôr em direção ao mundo, o *Dasein* arranja o vir-de-encontro dos demais entes, compondo-se com eles num tal “estar junto” deles. Existencialmente, “ser junto a”, portanto, descreveria o *Dasein* num tal “absorver-se no mundo”. Podemos tirar daí, com efeito, o conceito preliminar de sua inerente *factualidade*, que contém em si “[...] o ser-no-mundo de um ente ‘do interior-do-mundo’, de tal modo que esse ente pode se entender como preso em seu ‘destino’ ao ser do ente que-vem-de-encontro no interior de seu próprio mundo.” (HEIDEGGER, 2012, p. 177). Assim, o humano se põe em ordem com essa cadeia sistêmica dos entes, comumente denominada de “mundo”.

A multiplicidade de tais modos do ser-em pode ser mostrada [no]: ter de se haver com algo, produzir algo, cultivar algo e cuidar de algo, empregar algo, abandonar algo ou deixar que algo se perca, empreender, levar a cabo, averiguar, interrogar, considerar, discutir, determinar... Esses modos do ser-em têm o modo-de-ser do *ocupar-se* [...] A expressão pode também significar obter algo. [...] Além disso, é empregada no modo característico: estou ocupado com [...] ‘Ocupar-se’ significa aqui algo como recear [hesitar]. (HEIDEGGER, 2012, p. 179).

Sobrepostos como ser-em-um-mundo, o “ser-em” e o “ser junto” comportam, enfim, a determinação-de-ser do *Dasein* como aquele que *se ocupa de mundo*. E, como indica a passagem citada acima, em todas essas modulações e variações cabíveis ao *ocupar-se*, seria possível notar o seu “receamento” pelo mundo, que se expressa no sentido duma apreensão diante de... perante os entes. Um distanciamento incômodo que traça a estadia factual mediana da existência. Próximo, familiarizado, mas sempre a um passo de..., o *Dasein* inquieta-se, na forma da ocupação com essas coisas utilizáveis, a fim de superar essa “distância” existencial que lhe afeta.¹¹

⁹ Heidegger denominará “[...] *instrumento* o ente que-vem-de-encontro-no-interior-do-mundo no ocupar-se. No trato pode se encontrar o instrumento para escrever, para costurar, para trabalhar [ferramenta], para viajar [veículo], para medir.” E o termo “sistema” é então sugerido em função do fato de que “[...] um instrumento nunca ‘é’ isolado. Ao ser do instrumento pertence sempre cada vez um todo-instrumental, no qual esse instrumento pode ser o que ele é. Instrumento é por essência ‘algo para...’. Os diversos modos do ‘para algo’ [...] constituem uma totalidade-instrumental. Na estrutura do ‘para algo’ reside uma *remissão* de algo a algo.” (HEIDEGGER, 2012, p. 211).

¹⁰ O propósito de toda essa conjunção firmada pela totalidade-instrumental é a *obra*, termo que o autor alemão se vale para indicar a finalidade dos *utilizáveis* em sua conjunção prática. A obra, como a cabana, o berço, o celeiro, se põe ao *Dasein* em razão de sua falta de determinidade de ser. Ele se vale dos entes nessa medida para preencher um tal nada que lhe é característico. “Com a obra [...] não vem-de-encontro somente o ente que é utilizável, mas também o ente do modo-de-ser do homem [...]” (HEIDEGGER, 2012, p. 217).

¹¹ Essa nota característica se deve à diferença ontológica que o *Dasein* retém em contraste com os demais entes.

Por sua vez, no que se refere à determinação mediana do *Dasein* perante os demais homens e mulheres do mundo (que é outra forma do *ocupar-se*, inclusive), ela se dá como um *ser-com* os outros: a bem dizer, de pronto, coexistindo com essa massa indeterminada de outras pessoas, o *Dasein*, desde já, se lança numa forma de *sujeição* aos outros; dissipando-se em *a-gente* (*das Man*), o *Dasein* cumpre a agenda dum absorver-se no mundo, mas agora no mundo dos homens. A indiferenciação diante das coisas atende ao mesmo apelo que essa indiferenciação junto aos outros.

Esse ser-um-com-o-outro dissolve por completo o *Dasein* próprio, no modo-de-ser ‘dos outros’, e isso de tal maneira que os outros desaparecem mais e mais em sua diferenciação e expressividade. Nessa ausência de surpresa e de identificação, a-gente desenvolve sua verdadeira ditadura. [...] A-gente, que não é ninguém determinado e que todos são, não como uma soma; porém, prescreve o modo-de-ser da cotidianidade. (HEIDEGGER, 2012, p. 365)

Isso nos mostra o que cabe essencialmente ao modo-de-ser do *Dasein* enquanto a-gente: o que está em jogo ao ser do a-gente é a mediania, sua capacidade impositiva de nivelamento e apagamento.¹² “Por isso, a-gente se mantém factualmente na mediania do que vai indo, do que é considerado válido ou não, daquilo a que a-gente concede ou nega êxito”, funcionando como esse mecanismo de absorção e, também, regulação. “Essa mediania, na prefiguração do que se pode ou é permitido ousar, vigia toda exceção que possa sobrevir.” Ou seja, “toda precedência é silenciosamente nivelada. Tudo o que seja original é desbastado em algo de há muito conhecido. Tudo o que foi conquistado na luta passa a ser manuseado”, isto é, posto de acordo com a manutenção dessa normalidade. Assim, “todo segredo perde sua força. A preocupação da mediania desvenda uma nova tendência essencial do *Dasein* por nós denominada o *nivelamento* de todas as possibilidades-de-ser.” (HEIDEGGER, 2012, p. 365). É importante destacar esse nivelar que toma de assalto as possibilidades-de-ser, pois nela vemos que a realidade factual se esforça para dirimir as chances de que alguma possibilidade, enquanto uma nova possibilidade de ser mais próprio, se instale, sobrepujando assim a marcha da normalidade indeterminada que empurra o *Dasein* num dado sentido e sob dadas chances e expectativas.

Tal noção de distância se refere ao fato de que só o homem *existe*, ao passo que os demais entes apenas são. (HEIDEGGER, 2012)

¹² Nunes (2012, p. 98). consegue sintetizar bem o fato da impropriedade em relação ao a-gente. Diz ele: “Não sendo ninguém como *a-gente*, é a esse ninguém (*das Niemand*), com a aparência de um ente-à-vista, que o *Dasein* se entrega no recíproco relacionamento com os outros (*Untereinandersein*). Em sua existência diária, a *ipseidade* do homem, o seu *quem*, assume a aparência objetificada de um *ens reatissimum* que paira acima de todos, detendo o poder-ser de cada qual. Sem que desapareça, poder-ser de cada qual subsiste numa forma imprópria (*uneingentlich*), contra o qual o *si-mesmo* próprio é sempre capaz de recuperar-se.”

A saber, no ocupar-se e no ser-com afirma-se um modo fundamental de ser do *Dasein* em sua cotidianidade imprópria, o qual se dá como *decair*:

o *Dasein*, de pronto e no mais das vezes, é *junto* ao ‘mundo’ da ocupação. Esse absorver-se junto a... tem usualmente o caráter do estar-perdido na publicidade do a-gente. O *Dasein*, como poder-ser-si-mesmo próprio, já sempre desertou de si mesmo, decaindo no ‘mundo’. O ser do decair no ‘mundo’ significa ser-absorvido no ser-um-com-o-outro, na medida em que este é absorvido pelo falatório, curiosidade e ambiguidade. (HEIDEGGER, 2012, p. 493).

A questão se coloca da seguinte maneira: é “[...] como factual ser-no-mundo que o *Dasein*, como suscetível de decair, já decaiu [...]” (HEIDEGGER, 2012, p. 495). O que significa que o próprio *Dasein*, na proximidade de sua relação com os outros, “[...] prepara para si mesmo a constante tentativa de decair. O ser-no-mundo é em si mesmo *tentador*.” (HEIDEGGER, 2012, p. 497). Disso se vê a gênese de sua impropriedade¹³ (de não ser si próprio): decaído, seja na ocupação de seus projetos (com os *utilizáveis*) ou bem-acomodado no seio da coletividade (ser com-os-outros), o *Dasein* assume sua impropriedade num “[...] assinalado ser-no-mundo completamente tomado pelo ‘mundo’ e [...] com os outros em a-gente.” (HEIDEGGER, 2012, p. 493). Nessa forma de se lidar com a existência diária, o *Dasein* vislumbra um refúgio, encontrando ali a promessa duma tal *tranquilidade* na qual tudo estaria se realizando, digamos, “na melhor ordem possível”.

Porém, isso se mostra como uma mera promessa de felicidade, por assim dizer. A *tranquilidade* — que motiva o *Dasein* em nome do aconchego d’a-gente e do empreendimento para com as coisas —, na verdade, se realiza num fazer sem fim de tarefas (cujo fio condutor é a imediata curiosidade), e num caótico e ambíguo falatório do discurso público (HEIDEGGER, 2012). Em resumo, “essa tranquilidade no ser impróprio não leva [...] à inércia a à inatividade, mas é impelida a uma desenfreada ‘atividade’. O ser decaído no ‘mundo’ não traz agora algo assim como o repouso” (HEIDEGGER, 2012, p. 497), faz, enfim, justamente o seu efeito contrário.

[...] o tudo-ter-visto e o tudo-ter-entendido formam a pretensão de que a abertura do *Dasein* assim disponível e predominante poderia garantir-lhe a segurança, a autenticidade e a plenitude de todas as possibilidades de seu ser. A certeza-de-si-mesmo e o caráter decidido de a-gente difundem uma crescente indiferença quanto ao modo próprio de [compreender] no encontrar-se. (HEIDEGGER, 2012, p. 497).

¹³ A bem dizer, “os dois *modi-de-ser* da *propriedade* e da *impropriedade* [...] fundam-se em que o *Dasein* é em geral determinado pelo ser-cada-vez-meu. Mas a impropriedade [...] não significa algo como ser ‘menor’ ou um grau-de-ser ‘inferior’. Ao contrário, a impropriedade pode determinar o *Dasein* segundo sua mais completa concretização em suas ocupações, atividade, interesses [...]” (HEIDEGGER, 2012, p. 141-143).

O que se nutre com essa “certeza” diante das coisas é o estreitamento quanto aos modos mais próprios do compreender, os quais se modulariam pela encontrabilidade (*Befindlichkeit*) dos estados-de-ânimo. A indiferente “segurança” observada nesse imergir em meio ao ente e nesse tal sentir-se parte d’a-gente, no caso, deflagram a sensação de um nada que precisa ser preenchido. Esse comportar-se impróprio expõe a abertura do *Dasein* como o seu mais usual modo de ser na cotidianidade: o *encobrir-se*. Um encobrir-se que, fazendo justiça ao *nivelamento* do a-gente, tende a degradar qualquer possibilidade mais própria de compreender o mundo.

A bem dizer, ao transcender em direção ao mundo, comprometendo-se com o que lhe é *dado* no decair, o homem assume essa relação a partir de um outro modo de articulação fundamental (o discurso), o qual, por sua vez, anuncia a assimilação dessa realidade dada (o absorver-se no mundo dos outros). Consistindo, assim, numa forma de abertura, é por meio de uma tal articulação discursiva dessa natureza (anônima e coletiva) que se consolida, então, a fala do a-gente como *projeto* e limitação de possibilidade ao próprio *Dasein*. Ora, sendo ele o discurso do a-gente, suas “[...] possibilidades manifestam uma essencial tendência-de-ser da cotidianidade.” (HEIDEGGER, 2012, p. 471). Nesse registro, o discurso da mediania ratifica o fator de permanência do ser do *Dasein* na forma do encobrimento. Enfim, algo importante a se apreender aqui diz respeito ao fato de que, “se a carga afetiva indica a imersão, [...] o discurso [...] indica a projeção, na medida em que, [enquanto] modo possível de nós mesmos, projetar é interpretar-nos, a nós, aos outros e ao mundo.” (NUNES, 2016, pp. 17-18).

Com efeito, esse abrir-se ao mundo põe à luz o modo-de-ser da realidade na qual o *Dasein* desde já está decaído, ficando impedido de acessar o conjunto de suas possibilidades mais próprias. Todo poder-ser, nesse caso, acompanha o curso do preocupar-se de mundo e as possibilidades endossadas pelo a-gente. Todavia, a exploração da cotidianidade mediana precisa capturar o fenômeno dessa existência, isto é, a totalidade apreensível desse ser que está “logo aí”. Visto em sua essência, o fenômeno ontológico-existenciário da existência cotidiana do *Dasein* se entrega pela *preocupação*, a qual determina-se pelo “[...] ser-adiantado-em-relação-a-si-no-já-ser-em... -sendo-já-junto-a...” (HEIDEGGER, 2012, p. 547).

Daí se vê que a situação fática (cotidiana) do existir “[...] designa a iniludível carga afetiva pela qual, [...] sempre sentindo desse ou daquele modo, o homem [...] existe imerso no ente. Sob esse aspecto constitutivo da conduta humana, o imergir, que nos põe em relação aos entes de outra espécie”, sejam eles os utilizáveis à nossa disposição ou os entes à-vista, mediados por esses entes que ficam *à-mão*, “[...] tem a sua contraparte no *projetar*, que nos

permite transcender os entes na direção do mundo.” Assim, ser-no-mundo é algo “[...] concomitante e imediatamente parte do circuito da convivência e, portanto, ser com os outros, entre o imergir no meio do ente e o projetar que o transcende.” (NUNES, 2016, p. 18). Por isso, sendo ele um existente, seja em qual modo de comportamento for, “[...] como modificação do completo ser-no-mundo, o *Dasein* já é sempre preocupação.” (HEIDEGGER, 2012, p. 547). Não por acaso, “o ‘ser-no-mundo’ tem o cunho da conformidade-a-ser da ‘preocupação’.” (HEIDEGGER, 2012, p. 553). Ela, *die Sorge*, consegue, numa visada, capturar a estrutura desse ser, complexo e indivisível em partes, no fenômeno sempre posto do preocupar-se, o que acaba por determinar uma primeira apreensão que o tratado faz do objeto assinalado, o ente *Dasein*, como um perder-se no mundo.

Isso nos dá abertura para afirmar, por ex., que a troca de pré-compreensões existente entre a forma de ser do capital, estabelecido sobre uma plataforma global, cibernética, telemática, e as notas características do que viria a ser informação, acabem se confundido. Essa confusão, a propósito, ainda que seja entendida, pelas diretrizes epistemológicas, como um erro, pode ser vista, dentro dos saberes hermenêuticos, como sendo um ponto de partida para o ciclo de descobrimento das coisas. Bem como se faz possível, através disso tudo, pensar na historicidade precária e elementar que nos envolve de pronto (nós, que somos seres-no-mundo), e que nos faz proceder no mundo, nas mais diversas atividades incessantes do ocupar-se da vida, orientados por essas percepções do ter tudo à mão e ter-tudo-já-compreendido. Na ocupação, com efeito, o valor positivo (irrefletido) da ação é deixada aí de antemão como algo indiscutível, fazendo com que questões dessa natureza filosófica acabem sendo soterradas pelo imperativo do “ter que fazer algo”.

PARTE 3

Da técnica enquanto questão que transcende limites disciplinares, ou, a peça do quebra-cabeças teórico: breve exposição acerca da filosofia heideggeriana da técnica

O ponto aqui é tratar, ainda que de maneira diminuta, da filosofia heideggeriana da tecnologia (ou da técnica) e do debate que nela ocorre. Isso, pois, é imperativo dar sentido à descoberta da questão da técnica (revelada no item anterior da tese) como força que, de algum modo, movimenta o campo teórico na CI, ou seja, a querela dos pressupostos não-representacionistas do paradigma social quanto à informação, que, em seus meandros, acabou por revelar a influência da questão da técnica como um de seus mecanismos operadores.

De pronto, com efeito, sendo ela uma revisão de literatura quanto aos estudos acerca da técnica e da tecnologia dentro da filosofia de M. Heidegger, o fato é que se levará em conta, como seu ponto de partida, justamente as leituras, análises e categorizações preliminares da revisão de literatura das obras selecionadas em torno desse tema, dentro da filosofia heideggeriana (bibliografia primária), mas, também, atentar-se para as divisões esquemáticas realizadas por obras consagradas ao campo da filosofia da técnica/da tecnologia (história da ciência e da filosofia da tecnologia: Borges-Duarte, Cupani, Loparic, Mitcham, Ducassé, Martins, Rüdiger... como bibliografia secundária e de suporte). Isso traz consigo o material necessário para não apenas descobrir uma conexão entre o problema da representação/não-representação na CI e a questão da técnica (coisa já angariada pela Parte 2), mas para entender, quanto à materialidade das ideias e estratégias teóricas envolvidas, quais os possíveis vínculos que envolveriam o plano científico-fundacional da CI ao âmbito da pré-compreensão posto pelo regime da “ideologia” da técnica.

Para tanto, esse percurso se divide nas seguintes tarefas:

- i) Apresentar, brevemente, o estado da arte da pesquisa em filosofia heideggeriana da tecnologia, esquadrejando-o por meio de suas noções mais centrais e pertinente ao caso analisado na tese (CI);
- ii) Analisar as ideias centrais dessa respectiva vertente da filosofia da tecnologia em relação à disputa teórica da CI quanto ao problema da representação (paradigma da subjetividade).

Método de trabalho:

- i) Revisão de literatura acerca da filosofia da técnica/da tecnologia;
- ii) Análise dos autores e leituras mais representativas à filosofia da técnica;
- iii) Análise e comparação/aproximação entre o quadro referencial coligido na Parte 2 e o que for elaborado ao longo da Parte 3.

3.1 Do progresso da informação enquanto ser de todo e qualquer ente

“[...] ninguém pode ouvir nas coisas [...] mais do que já sabe. Para aquilo a que não se tem acesso por vivência não se tem ouvido. Pensemos então em um caso extremo: que um livro fale de puras vivências que estão inteiramente fora da possibilidade de uma vivência frequente, ou mesmo apenas rara – que seja uma *primeira* linguagem para uma nova série de experiências. Neste caso, simplesmente nada é ouvido, com a ilusão acústica de que, onde nada é ouvido, *também nada há...*”

Nietzsche, F. Por que escrevo livros tão bons, *Ecce homo*

No que se segue, tocaremos uma matéria tematizada que, à primeira vista, nem ao menos aparece em nosso horizonte epistemológico atual de preocupações; pelo contrário, ao invés disso, esta surge sempre na medida em que a empreendemos como um mero “instrumento para...”, como imediata “solução para...”, figurando sempre como item subordinado a teorias, mas nunca enquanto questão a ser levada à diante em suas possíveis consequências teóricas últimas – desta, por sua vez, tomada como uma *causa* ou princípio mobilizador à Ciência da Informação (CI).

Nesse sentido, o que está em jogo aqui é, todavia, a tecnologia enquanto uma questão epistemológica fundamental ao interior da CI; que, por seu turno, inclui problemas de expressão envolvidos nessa relação quase perversa (de ser algo tão invisível quanto operante). No que se segue, portanto, tudo aqui será tratado com o intuito de trazer à luz isto que se recolhe precipitadamente à qualquer claridade – isto seja, a tecnologia enquanto um possível fundamento ao pensamento epistemoprático da CI.

Por um momento, então, pensemos nesta “ilusão acústica” (mencionada em epígrafe) e a levemos adiante em sua imagem-síntese: quando a CI se precipita à beira dum poço e solta neste uma pedra, espera, com isso, a partir de suas vivências cotidianas, o som dum objeto maciço atravessando a resistência da água, gerando um ruído cristalino e oscilante sendo refletido nas paredes tubulares do poço. Porém, se nada é ouvido, se não há *feedback*, pense-se que nada há ali. A CI (assim como seria natural às áreas estabelecidas do conhecimento científico positivo) se debruça sobre objetos e ambientes que trazem consigo, segundo sua expectativa, esse “retorno acústico”. Sem essa resposta sonora, não se investe energia no que poderia haver de potencial ali, pois falta certa sensação de reciprocidade, falta afecção para a presença de certos objetos, conceitos, metáforas, esquemas e relações subjacentes. Nessa medida, só se constrói onde sobremaneira já se habita, diria Heidegger (2006): assim, é preciso estar disposto (ou melhor, predisposto) a perceber que naquele poço há algo antes mesmo de a pedra ser arremessada; sem isso, sobra apenas silêncio. Portanto, é imperativo

não só que haja algo ali, mas, também, que o ouvido seja sensível ao ponto de perceber este algo, finalmente.

Em suma, há fatores que delimitam a visão e a sensibilidade que uma área de conhecimento, uma época histórica tem sobre o ente (HEIDEGGER apud HABERMAS, 2002). Isto é, há um arranjo conceitual, teórico do entendimento (posto ao nível da pré-compreensão) que nos direciona à uma paisagem dos objetos. Mas, em que medida isto nos deve surtir interesse? Resposta: na medida em que devemos nos perguntar o seguinte: será que algo nos afeta fundamentalmente sem nem mesmo sabermos disso? O que esta pré-compreensão condiciona ao nosso entendimento epistemológico geral? Quando não percebido, há um modo de acesso a isto que subsiste? Ademais, voltar a atenção para aquilo que nos move, mesmo que isto não esteja posto na imediatez da sensação, é ter uma preocupação rigorosa com nossos pressupostos e interditos operantes. Por sua vez, é possível “treinar o ouvido”, “afinar a sensibilidade” por meio de um método adequado ao caso (tal como podemos ouvir sons discretos, caso nos desliguemos de algumas atividades e nos concentremos em outras).

Hoje, por sua vez, nada se ouve sobre uma hipotética relação causal entre tecnologia e epistemologia, na Ciência da Informação. Seria esta relação uma mera proposição descabida, superada, ou tão-somente uma questão apercebida? O intuito aqui é mostrar a atualidade e a importância desta questão. Das coisas percebidas ao redor, nossa percepção ou apercepção dos objetos (do que seria *informação*, por ex.) já se dá enquanto uma compreensão pré-formulada (*histórica*), sendo esta interpretação gerada por uma concepção anterior e, muitas vezes, inaudita (HEIDEGGER, 2012; GADAMER, 2015). É preciso assumir esta tarefa como item importante de nossos deveres epistemológicos, pois, nessa medida, impõe-se uma vigilância epistêmica a fim de entender nossos pressupostos e as origens destes (o que nos faz perceber ou não essa resposta acústica, por sua vez). Fato este que nos encaminharia a um *sentido histórico-epistemológico* próprio da área e de nossas metas futuras. Em suma, ver a estrutura e gênese de nossos pressupostos pode nos fazer encarar o projeto, o *destino* inscrito que temos e tecemos para a nossa área de conhecimento, a Ciência da Informação no caso (HEIDEGGER, 2012).

Ademais, ao passo que falaremos a seguir dum assunto difícil e bastante nebuloso, quase impercetível hoje em dia, pretendemos mostrar como este “vazio”, esse potencial “vácuo”, na verdade, contém uma infinita ‘*matéria escura*’ (real); e que, por trás desse

silêncio, há uma voz a ser ouvida. Enfim, que existe uma tal *reciprocidade*, uma *presença* da questão, e que isto se detém num problema hermenêutico geral para a CI.

Assim, precisamos estar suscetíveis a essas frequências discretas nas quais vibra a questão geral sobre a tecnologia, pois é ela que nos encaminhará a um problema epistémico geral à Ciência da Informação. É preciso, para tanto, ter um método para superar essa surdez ou incapacidade de percepção para a presença da tecnologia enquanto um possível fundamento. Como podemos ver um fenômeno que se esconde? É necessário que o objeto passe, no limite, por uma terapia fenomenológica, donde possa surgir uma compreensão capaz de capturá-lo nas suas formas próprias de manifestação (HEIDEGGER, 2007). Isto atravessa, por seu turno, uma fenomenologia da tecnologia.

A propósito, embora seus dias de glória tenham sido vividos há até pouco tempo, tal matéria geral (a questão sobre a tecnologia, no caso) praticamente desapareceu da disputa diária ao campo das ciências humanas, sendo soterrada e tornada coisa quase obsoleta ao pensamento crítico atual¹⁴: esta *questão sobre a tecnologia* perdeu seu brilho, acompanhando o arrefecimento das filosofias existencialistas, da sociologia crítica da Escola de Frankfurt, dos estudos sobre a sociedade disciplinar de Foucault, e assim por diante. Por consequência, esvaneceu-se também o interesse de nossa área neste tópico em particular.

Nessa medida, a euforia gerada pela queda do Muro e à ascensão da *Web* – enquanto realização panglossiânica do sonho liberal capitalista (visto entre a década de 1990 e meados dos anos 2000) – bem acomodou o entusiasmo e a preocupação por parte de grandes estudiosos desse momento histórico, social e filosófico particular (RÜDIGER, 2013); o que, de fato, acabou estabelecendo um empreendimento teórico cuja tarefa era compreender o conjunto de consequências sociotécnicas referentes à Era digital em pujante expansão (Vide os esforços, por exemplo, de Baudrillard (1991), Capurro (2003), Lévy (2003), Castells (1999), entre outros tantos filósofos, sociólogos e cientistas políticos, ao redor do tema). Movimento crítico-explicativo este que, desacelerando aos poucos (quando tudo entrou num dado regime de normalidade), acabou por fazer com que a questão sobre a tecnologia sumisse bem diante de nossos olhos; dando a impressão perversa de que nem seria coisa mais digna de nota, ou ainda pior, que nem *existiria* realmente ali uma questão (a ilusão acústica citada na epígrafe se faz mais clara aqui).

¹⁴ Se antes tinha-se, de Heidegger a Arendt e Foucault, especial e destacado tratamento ao caso da *questão da técnica*, existindo um universo de autores debruçados sobre esse objeto de investigação, hoje, por exemplo, Byung-Chul Han parece protagonizar, solitariamente, esse quadro de investigações.

Assim, ainda que esta matéria tenha sido item recorrente às disputas ideológicas, filosóficas e sociológicas ao longo de todo século XX e início do XXI, ela tem deslizado, pouco a pouco, ao profundo abismo do esquecimento ou do desinteresse teórico. Um esquecer que se encaixa – ao que parece – mais como um apagar o problema das vistas do que um real superar a questão. Justamente sendo este um efeito decorrente de seu mais alto imperialismo epistemológico: em poucas palavras, aquilo que mais impera na realidade é efetivamente a mais invisível das causas. A Gravidade poderia ser uma analogia à altura, quem sabe.

Assim posto, o imperativo tecnológico formata nosso olhar e nossa sensibilidade ambiental ao passo que não somos capazes nem ao menos de perceber coisas das mais óbvias (MCLUHAN, 1979); que, por ex., a hidroelétrica passa a ser mais essencial ao mundo que o próprio rio que nela se represa (HEIDEGGER, 2007); ou, que não mais “entramos” na Internet, pois não poderíamos, praticamente, nem mais “sair” dela, dada sua presença incessante em nossas vidas. Desse modo, tudo se passa no horizonte dum *esquecimento do ser da tecnologia*, embora seu desaparecimento da paisagem teórica seja diametralmente inversa à força brutal que exerce (ELLUL, 1968).

Para que se possa, no entanto, trazer esse problema de volta ao sol do meio dia, é preciso ter um “método de expressão”; algo que o faça manifestar-se ao olhar. Com efeito, é necessário uma dose de filosofia aqui. Sem esta, acabaríamos perdendo o contato com o problema (tal como já nos habituamos a fazer), pois os pressupostos gerais duma ciência experimental, tecnocientífica parecem bastante insensíveis ao item em análise (o ouvido nu da CI parece ser “duro” ao curso desta questão). Isto se dá, pois, as ciências positivas, de modo geral (CI incluso), não possui drástica diferença ontológica para com a técnica (para G. Canguilhem [1982], por ex., se a ciência moderna e contemporânea é ciência do controle da natureza, ela não pode ser senão chamada de uma tecnociência). Assim, é preciso dar um passo de ajuste interpretativo, ventilando novos ares que deem fôlego ao empreendimento proposto. Do contrário, não sairemos do lugar, nem da ilusão acústica que nos afeta.

No mais, quanto ao *método* utilizado, o estudo abaixo segue uma procedimento teórico-exploratório, sendo, sobretudo, um estudo qualitativo sobre a *questão da tecnologia* voltada aos interesses e realidade internas da CI. Ponto que o torna, preponderantemente, uma investigação *interdisciplinar* (POMBO, 2003). Não obstante, as perspectivas hermenêuticas e fenomenológicas heideggerianas (2012, 2007) – em associação com itens e autores afins, Gadamer (2015), Ricoeur (2018), entre outras teorias dessa ordem – são exploradas como vias de acesso ao que está em jogo. Finalmente, deve-se iniciar o trajeto tomando de assalto um

item sobre o qual existe enorme discussão e turbulência teórico-prática e que nos servirá como um fio condutor: a *informação*. Todavia, não iremos tomá-la como objeto desta pesquisa, tampouco tentaremos definir seus limites. O que se fará é manuseá-la a fim de expor a questão sobre a técnica e de como isso se coadunaria com nossos princípios epistemológicos e limites disciplinares.

Diriam alguns que o “dado é um bem comum.” (TARNOFF, 2017); outras figuras mais notórias e performáticas – Mark Zuckerberg, por ex. –, falaria que já “[...] chegou a hora de definirmos um novo contrato social para a nossa geração.” (HARVARD UNIVERSITY, 2017). Olhando de maneira panorâmica, hoje, com a computação ubíqua cobrindo atividades e operações infinitas de nosso cotidiano, *informação* tornou-se o novo petróleo; e impôs, como ‘matriz energética’, uma nova modalidade produtiva ao regime de expansão do capital.¹⁵ Este recurso quase ilimitado, produzido nas redes digitais pela própria ação humana (e maquínica, preponderantemente), deixa margem a um novo modelo/ciclo produtivo de riqueza. Fato este que acaba por revelar ao menos uma faceta arquitetônica das relações econômicas da sociedade da informação. Quadro tão fantasmagórico que, como Zuckerberg (2017) sugerira em sua fala aos formandos de Harvard, em 2017, poderia instituir até mesmo um novo “contrato social”, um novo modo de convivência humana e distribuição dessa imensa riqueza gerada pelo fluxo informacional digital.

Essencialmente, e não restrito ao sentido econômico, este fenômeno sociotécnico da *Web* contém a adoção duma perspectiva *informacional* da vida humana e dos objetos que a compreendem. (Vide, por ex., a IoT ou *Internet das Coisas* [LEMO, 2013], e a *informação* como fundamento da ação moral e da decisão individual e estratégico-empresarial [WERSIG, 1993; ILHARCO, 2003; CAPURRO, 2012]). Com efeito, informativo se tornou um predicado passível de ser tributável a qualquer coisa (seja orgânico ou inorgânico, mineral, vegetal e etc.). Assim, todo ente é visto como *algo que contém* informação; ou melhor, *informação é* aquilo em que se está pressuposto o ser do ente.

Por seu turno, a exteriorização da vida humana para o plano visível das redes de comunicação (WIENER, 1968 apud BRETON, 1994) tornou nossa ação algo transparente e observável, sendo fato anunciado por meio da planta digital que sustenta essa realidade virtualizada. Nesse sentido, a agência humana pode ser vista, medida como um fluxo

¹⁵ Lembremos, com isso, de Keynes (1936) quando aproxima revolução tecnocientífica e econômica (estabelecimento do juro composto) à ampliação vertiginosa da riqueza acumulada e melhoria material da vida, ao fim do séc. XIX e início do XX. Com isso, o economista acreditava que, 75 anos depois, ou seja, hoje, teríamos uma jornada diária de trabalho de 3 horas.

quantificável: isto seja, matéria em movimento, num espaço e tempo mensuráveis matemática, eletrônica e estatisticamente, onde nos transformamos em objetos dinâmicos num plano de realidade geométrica. Ideia moderna de observação, por sua vez, que remete ao sentido científico de controle do mundo realizado pelo calculismo¹⁶ (HEIDEGGER, 2007; 2010; CANGUILHEM, 1982); coisa disponibilizada pelo senso informacional do qual tudo se parte.

Mutatis mutandis, o que é ou está sendo, no plano de nossa existência (presença dos entes), é *real* ao mesmo tempo e por causa/razão de ser *digital* (CAPURRO, 2009). Assim, hoje, a vida se estende no horizonte duma *ontologia digital* (interpretação digital do ser), e isto nos coloca eticamente em grandes dilemas e dificuldades (CAPURRO, 2000; 2003; 2009) – *quem* somos nós neste mundo digital?, *que* é isto que dizemos ser informação? (CAPURRO, 2016). Se a existência é, antes, codificável e decodificável, há diferença entre *informação* e *ser* (ontologia)? Qual é o sentido de autonomia num mundo digital do controle e da previsibilidade estatística da ação? Se, no projeto de mundo da CI, temos a emancipação humana subsidiada por informação positiva, não há uma contradição aqui entre liberdade e digitalidade da vida?

Há, por seu turno, uma tensão perpétua que cabe à Rede: por um lado, seria cegueira reacionária negar que as telecomunicações – as redes digitais presentes na *Web* – possibilitaram este aumento da liberdade, do diálogo, do acesso ao conhecimento etc. Por outro lado, cairíamos numa ingenuidade cândida se defendêssemos que, no mundo digital, não somos monitorados e direcionados ao consumo de certos produtos/serviços, ao aceite de certas posições políticas e assim por diante (RÜDIGER, 2014). Dilema, enfim, exposto na entrevista de Schneider e Silva realizada com Capurro (2015). Nesta, a propósito, o filósofo uruguaio nos dá duas questões ético-epistemológicas dessa era da informação. Sejam elas: o conflito entre liberdade e seguridade; e a questão do direito à privacidade. Itens que apontam para a abertura humana na Rede e as suas respectivas consequências mais dramáticas geradas por tal transparência vital.

No limite, essa abordagem informacional generalizada, que dá coesão ao mundo através das conexões digitais (transformando todo ente em objeto digital, informativo), elevaria informação ao nível dos elementos essenciais da vida contemporânea (ILHARCO,

¹⁶ Em Heidegger, esse termo, o “calculismo”, designa o modo como o homem da revolução científica moderna enxerga o mundo ao redor – pelos atributos matemático-geométricos duma *Física* onde apenas existem causas eficientes, matéria extensa em movimento. Espaço abstrato no qual a ontologia se refere e se reduz aos limites das ciências naturais (*Naturwissenschaften*). Cf. HEIDEGGER, 2010; 2007.

2003). Por consequência, informação vira *tudo*. Isto tanto acontece ao estado de coisas que, informação alcançou a possibilidade de ser tanto um bem comum (recurso essencial à dignidade humana), que poderia sustentar até mesmo um novo contrato social – alegorias aproximáveis ao utopismo cibernético de Wiener (1968), à *Aldeia Global* de McLuhan (1979), à *Ágora digital* de Lévy (2003) e ao *Dataísmo* ascendente de nossos dias.

Agindo de modo “ideológico”, no sentido em que Ricoeur (2018) o empregaria, a *informação* positivada daria coerência para a realidade (*função geral mediadora na integração social*), erguendo, sobre este solo, um *por vir* (um futuro) que representaria a realização plena desse modo de vida que aí já se tem em parte. *Ideologia* que vira, portanto, *utopia*, ao passo que – ao propor um novo *contrato social* no qual *informação* geraria riqueza suficiente para que todos tivéssemos uma renda mínima universal – Mark Zuckerberg parece relembrar a *terra-prometida* de Thomas Morus (2016), a ilha de Utopia.

Este passo dramático – no caso, o de adotar a noção de *informação* enquanto ser do ente, que movimenta todas as nossas energias vitais – pode ser chamado, pela chave da diferença ontológica (HEIDEGGER, 2012), de *entificação do ser*. O que significa, em suma, o fato de se elevar algo particular, histórico e temporal ao nível subsistente do próprio ser em geral (aquilo que é essência de todas as coisas) (BORNHEIM, 2001). Posto isto, o que se sucede é uma *injustiça com o ente*, com seus limites, sua história e sua existencialidade¹⁷ (HEIDEGGER, 2012).

Digno de nota, lembremos o que Capurro (CAPURRO 1978 apud 2016) e Capurro e Hjørland (2007) precisamente fizeram com o conceito de *informação*: exploraram, hermenêutica e etimologicamente, suas origens e metamorfoses, mostrando como este ente/termo (*informação*) passa por reformulações, degenerações semânticas, teóricas e etc.; saindo dum sentido antigo e medieval (do grego *idéa*, *typos*, *morphé*, que fundamentara a ontologia e a epistemologia gregas até o conceito latino medieval de *informatio* – *dar forma*), alcançando uma outra conotação moderna amparada pela ciência de então. Tais investigações, acreditamos, vão contra esta ideia de tornar *informação* um ente absoluto, subsistente e atemporal. É preciso ter em conta os perigos dessa entificação ou hipertrofia ôntica.

A *injustiça ontológica* (ou *entificação do ser*), com efeito, acaba por nos ameaçar (Ciência da Informação), já que estamos jogados no real, espaço no qual o hibridismo e as simbioses de toda natureza ocorrem sem o menor endosso ou consentimento das teorias

¹⁷ Aquilo que institui e congrega os modos-de-ser dos entes. Cf. HEIDEGGER, 2012, §4.

consolidadas. Ainda mais sendo a Ciência da Informação um universo investigativo e prático no qual a atualidade da cultura digital e informacional mais se mostram candentes.

As pesquisas de Le Coadic (2004), Barreto (2002), Brier (1996), Capurro (1978 apud 2016; 2003), Capurro e Hjørland (2007), Frohmann (2008), Saldanha (2014), etc., neste sentido que aqui “forçamos suas tintas”, desvelam o campo de batalha que é a definição do conceito de informação. Nesse sentido, a epistemologia de qualquer disciplina ou área se configura como um campo de forças em perpétua disputa. Podemos ser drenados, dado esse jogo, para o vórtice no qual informação é esquecida como ser engendrado pelo tempo.

Com efeito, o estágio atual da *sociedade da informação* cria um espaço de problematização que não atinge apenas a Sociologia, Filosofia, Economia, Antropologia, Comunicação etc., mas também a nós. Informação, então, tem tomado um sentido que foge a sua *historicidade*; afastando-se da finitude que cabe a todo ente. É preciso, levando em conta as hermenêuticas de Heidegger (2012) e Gadamer (2015), buscar sempre a finitude do finito, respeitando a *diferença ontológica* que há nos entes. E que dá ao nosso objeto de área (informação) um *ser* e um *tempo*, indicando como se constitui a entidade do ente.

A Ciência da Informação, portanto, enquanto sujeito científico posto no *front* de batalha do real (sendo tanto um alvo fácil a essa crise prático-conceitual, bem como um observador privilegiado ao fenômeno informacional da contemporaneidade), precisa defender a cada instante seu objeto/abordagem acerca do que ela entende por *informação*. Se ela é “tudo” à sociedade da informação, o que nos faz percebê-la particularmente? Precisamos defender histórica e ontologicamente nosso ente, nosso projeto de informação, para sempre dizermos a que viemos. Como podemos fazer isso? Talvez a história do séc. XX nos indique um caminho.

“Acabamos de lançar sobre o Japão a força de onde o Sol tira o seu poder. Nós conseguimos domesticar a energia fundamental do universo”, diria o presidente Truman, em 6 de agosto de 1945, ao detalhar a investida atômica ao Japão. O séc. XX tem, entre os extremos de seu curso o horror das guerras mundiais; sendo o *Ataque Nuclear* e a *Solução final* seus terríveis ápices (a *era das catástrofes* de 1914-1945 [HOBBSAWM, 1996]). Por mais distante e estranho que possa soar em nosso imaginário, este período, que precedeu à *cortina de ferro* e à queda do Muro, contém os princípios genealógicos de nossa Era da Informação: o *esforço de guerra* norte-americano, alavancando o desenvolvimento de políticas científicas e tecnológicas estatais (eis o lugar de V. Bush nisso tudo [STOKES, 2005]), fomentou o nascimento da CI a partir dessa revolução científica e tecnológica que se

seguiu à Segunda Guerra (SARACEVIC, 1996) (Nascemos em meio ao terror atômico, à falência da política, à explosão documental e ao entusiasmo tecnológico da comunicação).

Destituindo assim a relação aliado/inimigo – que caracterizara essa *sociedade imunológica* do “igual” vs “diferente”, do “dentro” vs “fora” (HAN, 2017) –, o confronto, então, localizar-se-ia apenas entre a dicotomia *informação* e *entropia*, tornando-nos novamente todos seres iguais (“cidadãos da mesma pátria”) em vista dum propósito comum: a Paz por meio do diálogo e da Razão. A tendência natural dos sistemas fechados, o fato de entrarem em colapso pelo aumento da *entropia* (Segunda Lei da Termodinâmica), impõe *comunicar* e *informar* para manter o sistema longe do caos. Assim, o cálculo da sociedade da comunicação e da informação é: quanto mais *informação* o sistema gerar e distribuir, mais se organizaria e humanizaria o humano (WIENER, 1968).

Com efeito, o pensamento cibernético tem, por fundamento, uma reorientação àquilo que seria o humana, sua essência. Como a ideia do comunicar exerce papel central aqui, diria Breton (1992) comentando a Cibernética de Wiener, ela configurará o humano enquanto um *ser comunicante*. Fato que deixa duas consequências: a) o humano é sempre considerado como *ser social* – um ser “para fora” –, já que sempre comunicar é comunicar com outro (o que redundaria numa exteriorização final do sujeito/esvaziamento da subjetividade freudiana interior, individualizada); b) a definição de “ser comunicante” nivela humanos e não humanos. Ou seja, já que comunicar informação não é, neste sentido wieneriano, algo exclusivo aos humanos, logo, computadores e máquinas também fazem parte do *corpus* social cibernético.

Nessa medida, a matriz teórica e científica deste modo de pensar as coisas (a Teoria da Informação) está orientada pela perspectiva da *Teoria Matemática da Comunicação* de Shannon e Weaver (MTC) (visíveis ao cotidiano pela materialidade e cotidianidade da Informática e das Telecomunicações); e que firma, junto com o pensamento cibernético de Wiener, um solo epistemológico básico donde partem inúmeros teoremas e pressupostos disciplinares (CAPURRO, 2003; MATERLART; MATELART, 2005). Aqui, o pensamento comunicacional vira uma pré-compreensão hermenêutica, pois estabelece algo de onde sempre se parte, um pressuposto (GADAMER, 2015; RICOEUR, 2018).

É sobre este solo que encontramos os efeitos epistemopráticos atuais deste *modo-de-pensar e agir*: eis a sociedade da informação. A origem da sociedade contemporânea da comunicação em rede, bem como o sustentáculo do *paradigma físico* da Ciência da Informação, devem sua natureza a esta configuração histórica, prática e epistemológica

(CAPURRO, 2003). Porém, num nível ainda mais profundo, está aquilo que poderia fundamentar a própria materialidade da comunicação e a formulação tanto deste sistema social quanto da ideia de sujeito que a ele se dá (ser comunicante). Ou seja, o pressuposto que suporta o pressuposto da Teoria da Informação. Eis aqui onde a tecnologia surge. Como ela se mostra não simplesmente enquanto uma gama de ferramentas a serem utilizadas, mas, como um princípio material da realidade (MCLUHAN, 1979), como um modo-de-ser organizador da sociedade ocidental moderna (HEIDEGGER, 2007; 2010); e que opera numa camada quase invisível da realidade, emergindo quase como um *pressuposto* universal de nossos tempos. Assim, pensemos, mesmo que brevemente, da tecnologia enquanto pressuposto anterior a todos os outros.

Pensar sobre uma coisa é atribuir dignidade a ela, diria Heidegger (1971). A isto se designa este capítulo; a dar dignidade à questão em curso sobre a técnica. Dignidade que, segundo Jacques Ellul (1968), é merecida, pois, nenhum fato social, humano, espiritual, tem, no mundo moderno, tanta importância quanto o fato técnico; e, que a necessidade de compreensão deste fato corre exatamente na contramão da dignidade que lhe tem sido dada pela ciência e pela filosofia. A saber:

Desde bom tempo, verifica-se que a técnica, encarnada primeiro no homem, mas, em seguida, na máquina e agora em redes de maquinismos com que, enredados, formamos um novo mundo, acabou se tornando uma força tracionadora de toda a existência. Pensá-la através de Heidegger significa explorar as hipóteses mais extremas em curso [...] e indagar de onde provém sua hegemonia e valorização, de onde vem seu imperialismo planetário, sem sucumbir em sua propaganda, mas também se temer humanista reacionário. Significa procurar onde se origina seu apelo silencioso, fascinante e perturbador aos olhos da humanidade. (RÜDIGER, 2014, p. 14)

Com efeito, sobre todos os aspectos, o que se deve dizer sobre a técnica é que ela é, e tem se tornado a cada dia mais, um *modo de ser e pensar, ao passo que desvela uma verdade*. A isto se remeterá toda a discussão, ao fim. O que resta, então, é apresentar o que isso significa e defender, contudo, sua veracidade quanto ao problema que esta dissertação diz respeito.

No que se segue, então, “questionamos a *técnica* e pretendemos com isso preparar uma livre relação para com ela. A relação é livre se [abrirmos] nossa existência (*Dasein*) à essência da técnica. Caso correspondamos à essência”, assegura Heidegger (2007, p. 375), “estaremos aptos a experimentar o técnico <*das Technische*> em sua delimitação.”

Aqui, o termo *questionar* não é posto em vão, aliás. A ele se aproxima uma “[...] estrutura mais geral que a do problema [...], visto que são múltiplos os pontos de vista a partir dos quais se pode abordar uma ideia.” (BLANC, 1984, p. 29) No texto heideggeriano, diz Silva (2007), o objetivo não é, de modo algum, tomar a técnica enquanto item de análise a fim de encontrar para ela uma definição absoluta. Ela não será, contudo, observada por Heidegger enquanto problema, mas como *questão*. E a formulação, no caso, dum pergunta sobre a técnica.

Fato este que torna a *questão* uma contraposição ao *problema*; que, por sua vez, mostra-se como um fechamento a um aspecto específico. Com efeito, a dialética que os cerca (problema/questão) cria uma ação solidária de uma com a outra, em busca da descoberta – a liberdade e fluidez da questão com a objetividade do problema. A livre relação para com ela passa por essas duas esferas. Assim, com Heidegger, a preocupação é se atentar aos resultados da questão desenvolvida por ele, e manter a atenção para que se possa lançar mão destes para se examinar o problema.

Assim, ela, a técnica, não será submetida por Heidegger a um “[...] processo de conhecimento objetivo ao cabo do qual se poderia defini-la. Em outras palavras, não se pretende chegar a qualquer resultado que forneça uma representação da técnica.” (SILVA, 2007, p. 369) (todavia, a nós é pertinente, mesmo que não como objetivo central deste trabalho, que se recolha as pistas deixadas por Heidegger a fim de se ter um objeto que flua através da discussão que se fará nos outros capítulos)

Isto é, o que está em jogo, diria ainda o comentador, não é se orientar pela ideia de *representação* na busca e substituição da coisa por uma imagem definitiva desta. Longe disso, continua Silva (2007), Heidegger, na verdade, se propõe a abordá-la de maneira negativa, analisando-a primeiramente por exclusão, retirando de sua carapaça bem-acabada aquilo que apenas a limita superficialmente – esse modo heideggeriano de compreender está no âmbito do “deixar fluir” que o autor se apropria da hermenêutica diltheyana. Isto, todavia, com a finalidade de livrá-la do peso ou lastro conceitual que nela até então fora depositado (ideia corrente de técnica). Digno de nota sobre a questão da técnica, Heidegger (2007) procede em exame àquilo que tenha como finalidade *questioná-la* em seu sentido *essencial* (*Wesen*¹⁸). Tal como aparece no texto-comentário de Silva (2007) – como em outros muitos comentários acerca da *Questão da técnica* –, Francisco Rüdiger (2014) também situa logo de antemão um

18 Essência: *Wesen* é a “essência, natureza interna ou princípio” de uma coisa. Ver Dicionário Heidegger, Jorge Zahar.

signo ao qual todo o problema em análise balizará: Heidegger, bem como se pode vir a pensar, não é um filósofo da técnica, mas um pensador que busca a essência da mesma.

A princípio, essa diferença poderia soar como mero preciosismo ou uma tola construção retórica; uma frase de efeito cujo resultado desejado fosse um olhar de espanto por parte do leitor. Porém, a proposição designa, de fato, um compromisso ao que o estudo se aterá. Isto é, ao fincar tal dispostos, diriam Silva (2007) e Rüdiger (2014), Heidegger firma um acordo em procurar na técnica, não nos seus efeitos técnicos – embora estes tenham seu lugar e valor na coisa técnica –, mas a essência dela que a tudo isto se liga: fato é, o que entendemos prontamente enquanto “técnico”, não passaria, no limite do projeto heideggeriano, de um aspecto “cinematográfico” da técnica.

Com efeito, a técnica não pode ser simplesmente algo técnico. Afinal de contas:

A técnica possui o seu ser para além da condição de ente (‘coisa’) com que, ingenuamente, se apresenta do ponto de vista cotidiano e especializado. A propriedade que a técnica confere eventualmente a certos entes, o técnico, não deve ser confundida com ela mesma, nem com o movimento que, assim, a vincula e, com tanto, intervém na formação de um mundo. (RÜDIGER, 2014, p. 23)

Ou seja, perguntando não simplesmente sobre a técnica, mas sobre seu sentido de ser; ou melhor, não sobre ela, mas sobre a essência da mesma, por mais estranha ou redundante que soe esta oração, parecendo que uma coisa seria exatamente idêntica a outra, o que o autor alemão intenciona aqui acentuar – novamente – é que o sentido de algo não se mostra necessariamente pela aparência vívida e imediata da mesma (ELLUL, 1968). Pode se revelar por outro caminho de pensar. E como exemplo desta distinção, segundo Heidegger, quando procuramos a essência da árvore, “[...] devemos estar atentos para perceber que o que domina toda árvore enquanto árvore não é propriamente uma árvore, possível de ser encontrada entre outras árvores.” (2007, p. 375) ou, para lançar mão de outro exemplo, que a essência de Sócrates não é iminentemente Sócrates, diria Tomás de Aquino (2005). Aliás, e em suma, diria Tomás de Aquino ao opúsculo *O ente e a essência* (2005), que a presença estabelecida pelo ente não significa que ali há mais ser do que na camada abstrata, metafísica do ser.

Isto nos dá espaço de manobra para pensar o seguinte: o que recobre uma coisa não necessariamente é o sentido dessa coisa; e, também, de que o signo que a limita substancialmente não é o mesmo que a apresenta. Desse modo, esse trajeto que passa pela linguagem traz consigo uma separação transversal inalienável: a ideia de que, no limite, “[...] a essência da técnica, [assim como dito acerca da essência da árvore,] também é de modo

algum algo técnico.” (HEIDEGGER, 2007, p. 376) Por isso mesmo, quando nos relacionamos com o que há de técnico na técnica, não intencionando sua substância que está para além das suas propriedades manifestas, permanecemos atados a ela sem notar o compromisso ou os limites que subsistem nesta ordem essencial. Com isso, a *questão* sobre a técnica surge da proposta de atravessar o limite superficial que a recobre; percebendo-a não somente em sua característica técnica, mas desmontando seu mecanismo interior; de vê-la como algo que supera o técnico *da* técnica.

De outra maneira, segundo Heidegger (2007, p. 376), nunca experimentaremos “[...] nossa relação para com a sua essência enquanto somente representarmos e propagarmos o que é técnico, satisfazermos-nos com a técnica ou escaparmos dela.” Se o inverso for levado a cabo, seria passível de entendimento e recusa as noções – um tanto quanto caducas já, aliás, mas ainda presentes – com as quais se atribui neutralidade à técnica, bem como o domínio antropológico dela. Assim, é importante lembrar a primeira lei de Kranzberg (apud CASTELLS, 1999, 113), a qual designa que a tecnologia não seria nem boa, nem ruim e muito menos neutra; e que atribui ao tecnológico um atravessamento total da vida e da mente. Fato que se liga ao que McLuhan (1979) apresentara trinta anos antes: que *o meio é a mensagem*.

Com efeito, o que deve ser deixado claro é que, para Heidegger, há a técnica enquanto manifestações de suas propriedades (o aspecto técnico), e, para além disso, a essência dela; algo que se mostra presente em todas as propriedades (SILVA, 2007). Essa diferença poderá ser pouco sentida num primeiro instante, mas, ao passo que a discussão se movimenta, o espaço que seria inexistente no ponto de partida, se amplia ao longo do percurso – tal como duas retas que saem da mesma marca inicial, mas que se projetam sob graus diversos, aumentando sua distância quanto mais se segue em frente.

Essa busca pela essência da técnica, portanto, não deve ser interrompida ou restringida aos aspectos identificados como *determinações antropológicas* da esfera do trabalho, do meio instrumental ou da esfera ambiental midiática (enquanto meio), pois estas últimas se localizam em discussões e questões a posteriori sobre a sua manifestação (SILVA, 2007) Guardadas essas proporções, o caminho pela essência da técnica poderá retornar pela via que dá acesso às tais determinações, se for o caso.

Grosso modo, há uma tendência habitual moderna em ver o técnico por aquilo que ele apresenta através da *coisa* técnica; que ela se manifesta como processo em que, ambigualmente, tende a excluir a ideia de reflexão em razão do seu fundo exclusivamente

executivo. Nesta era da máquina, diria Jacques Ellul (1968), o artefato mecânico tem uma face tão impressionante e evidente, que seu poder executivo é o ente mais arrebatador em atividade. Tanto que em muito se confunde a máquina com a própria técnica: erro comum em muitos estudos de inúmeros intelectuais sustentaria ainda o autor francês.

A este âmbito da técnica apenas como força de execução, caberia então discussões de ordem meramente funcionalista, por sua vez: se funciona, se não funciona, opera ou não de modo satisfatório, e etc. (RÜDIGER, 2014) Com efeito, se apenas perguntada sobre seu viés técnico-operatório, Marshall McLuhan (1979) já teria uma resposta encapsulada em um forte *slogan* capaz de clarificar esta pergunta; algo como: “se funciona é porque já está obsoleto”. E, no limite, dentro duma discussão a que aqui se pretende, seria apenas procrastinar esse contínuo esquecimento do ser que se instalou na técnica (HEIDEGGER, 2010)

Aqui, nesta camada da coisa técnica – vendo-a de modo tão superficial –, qualquer problema hipotético não diz respeito ao que se pode chamar, em sentido estrito, de uma *questão*; no universo de sua funcionalidade, as únicas perguntas que caberiam seriam em busca de maneiras mais eficientes de realizar isto ou aquilo. Ligados a elas, soluções e problemas de pesquisa inseridos em institutos de ciência e tecnologia já seriam capazes, em maior ou menor medida, de dar conta de tais assuntos.

Neste âmbito, diria Rüdiger (2014, p. 23), “quando se fala que há um problema técnico [...], este [sentido de técnica], em geral, consiste apenas em proporcionar sua solução, calcular seus processos e meios com que se pode eliminá-lo.” O ponto, no entanto, é que, vista dessa forma, questionar a técnica neste contexto se torna inconcebível, diria Heidegger (2007); sem razão de ser. Ainda mais que, no que toca a sua eficiência e funcionalidade, a técnica vulgarmente observada está nos surpreendendo de forma vertiginosa a cada dia com sua capacidade evolutiva.

É imperativo se distanciar dessas concepções para que seja bem-encaminhada a discussão. Aliás, elas precisam ser observadas enquanto sintoma de um modo de pensar. Assim, a nós cabe que, “o sujeito da técnica deve ser distinguido do sujeito que se propõe a refletir a seu respeito.” (RÜDIGER, 2014, p. 24). É por esta via que se pode fundar uma *questão* acerca da técnica. Portanto, quem coloca questões “[...] a respeito da técnica, no sentido de que tem dúvidas não sobre os meios, nem sobre os fins, mas sobre os problemas que invocam e a própria atividade que os enfrenta (o calculismo), se encontra [...] noutra registro [...]” de pensar (RÜDIGER, 2014, p. 24) Em síntese, o que Heidegger (2007) pretende com o caminho endereçado ao que identificou como essência da técnica, busca, de

fato, a condição humana dentro desse modo de ser e pensar que a técnica organiza. Isto é, em direção ao essencial da técnica moderna, o autor mostra-a acompanhada de um espelho ao fundo, onde o reflexo apresenta o homem que interage com o mundo tecnicamente disponível.

3.2 Da questão da técnica enquanto causa eficiente: modernidade e subjetividade como fontes de realidade da imagem do mundo

Vale-se da essência de algo, diria Heidegger (2007), quando se pergunta ou se diz o que aquilo é. O ser de algo designa, portanto, sua natureza intrínseca ou princípio. No entanto, segundo essa mesma antiga doutrina – remetendo à *Metafísica* de Aristóteles (Livro V), algo do *ser* está presente em suas propriedades/acidentes que o ente nos dá, diria Tomás de Aquino, em *O ente e a essência* (2005), quando o último se presta a esclarecer o que seria o ente. Assim, há grau de certeza em atribuir às suas propriedades um *status* de ser aquele ente. Em outras palavras, as propriedades que cercam uma coisa são parte dela, no entanto, não a esgotam enquanto sentido; são itens necessários, mas não suficientes.

Porém, voltando ao argumento de Tomás de Aquino (2005) em comentário ao Filósofo¹⁹, há mais ser, qualitativamente, na camada essencial do objeto do que em sua aparição, ou seja, do que em sua forma de ente. Daí decorre que a essência das coisas mais simples (as que são o fundo universal de cada coisa) seja algo mais verdadeiro que aquela demonstrada nas coisas compostas (aquilo que está nas coisas materiais, físicas e eminentes).

Guardada essa explicitação, ao passo que se diz recorrentemente sobre a técnica que ela é agenciamento de meios para a realização de fins, e que seria, também, um fazer do homem, tal como aparece em várias definições de obras acadêmicas de enorme notoriedade, há a designação daquilo que ela “seria” – isto baseado, ao que parece, eu sua camada extrínseca (no fato ou aspecto técnico da técnica). A proximidade, aliás, de ambas as premissas não é mero acaso, afirmaria Heidegger (2007). A saber, dispondo-as em modo formal de duas premissas, é possível ver uma relação próxima e condicionante:

Premissa A) Técnica é um meio para fins

Premissa B) Técnica é um fazer do homem.

Conclusão: Técnica é um fazer humano no qual se angariam certos meios em razão de fins.

¹⁹ Aqui, o termo cumpre a função de nomear Aristóteles, fonte de todo comentário tomista ao opúsculo *O ente e a essência* (2005).

A coordenação das duas premissas disponíveis nos leva a crer, em resumo, que, sustenta Heidegger (2007, p. 376), as “[...] duas determinações da técnica [são] correlacionadas. Pois estabelecer fins e para isso arranjar e empregar os meios constitui um fazer humano.” Um fazer *preponderantemente* humano, aliás, diria essa versão corrente de técnica. Além disso, concluiria também o autor, esta concepção, diante da qual ela, a técnica, é tanto um meio para fins quanto um fazer humano, pode ser indicada como determinação instrumental e antropológica da técnica (visão corrente).

A isto se dá o seguinte: enquanto noção imediata, sobretudo, ela tem seu conteúdo objetivado pelo valor do fazer e do produzir – seu valor perante a questão da causa eficiente, que, no sentido aristotélico original é o que fez a coisa. Se a coisa não é natureza original é coisa feita pelo homem, fora do conceito racional finalista, é causa final no sentido aristotélico: a intenção do construtor. Ao passo que o homem desenvolve máquinas e instrumentos visando certos processos e finalidades, há uma forte conotação real da técnica subsidiada por essa razão instrumental e antropológica da técnica.

Embora, por consequência, isso tenha seu fundo de evidência direta, o fato é que essa noção se instaura ainda num regime não essencial sobre a mesma. Com efeito, esta perspectiva de cunho antropológico-instrumental habita um nível reducionista, diria o filósofo alemão, que tende a remeter a discussão para relações que se pretendem definir as coisas entre: dominado/dominante; finalidade/medialidade, entre outros termos da mesma índole. No mais, há outro problema de fundo quanto ao limite da definição instrumental e antropológica de técnica; que mais à frente se anunciará, e que coloca em jogo todo um sistema de pensar.

Porém, por ora, é imperativo que se passe do nível da *certeza* para a camada da *verdade*. Mas qual o sentido disso? A diferença entre elas, segundo Heidegger (apud GADAMER, 2007), se coloca na distinção entre ôntico e o ontológico: entre a coisa e o ser. A certeza da modalidade interpretativa que toma a técnica pela noção instrumental, diria Heidegger, tende a se reduzir – em grau de justificativa – pelo simples fato que, para ser correto, basta que a resolução à frente reflita ou mantenha os princípios anteriormente expostos. Porém, para que algo seja verdadeiro, isso não é suficiente. O verdadeiro precisa apresentar um salto ao nível do conhecimento sobre algo.

Com efeito, para ser correta, uma proposição não necessita desocultar nada que esteja por vir, apenas confirmar logicamente as premissas. Mas, para as questões que concernem à *verdade*, “somente onde um tal desocultamento acontece dá-se o que é verdadeiro.” Por esta

razão, “[...] o que é meramente correto não é ainda o verdadeiro.” Pois, “somente o verdadeiro nos leva a uma livre relação com o que nos toca a partir de sua essência.” (HEIDEGGER, 2007, p. 376)

A isso se chega ao desígnio de que a interpretação instrumental-antropológica (visão corrente) tem, em alguma medida, um conteúdo de certeza sobre a técnica, mas não possibilita que haja uma imersão em sua essência que seja capaz de abrir, com o objeto, uma fluida relação de pensar. A saber, de acordo com isso, então, “[...] a correta determinação instrumental da técnica não nos mostra ainda sua essência.” (p. 377). *Mutatis mutandis*:

É evidente que ela se adapta ao que se tem diante dos olhos quando se fala de técnica. A determinação instrumental da técnica é mesmo tão sinistramente correta que, ademais, ainda serve para definir a técnica moderna, da qual outrora supunha-se com razão ser algo totalmente diferente e, por isso, algo de novo diante da técnica manual mais antiga. Também a central de energia com suas turbinas e geradores é um meio feito pelo homem para um fim estabelecido pelo homem. Também o avião a jato e a máquina de alta frequência são meios para fins. (HEIDEGGER, 2007, p. 376)

É por esta noção de certeza que se observa a técnica moderna, aquela que conhecemos quotidianamente como um emaranhado de *meios para consecução de fins*. Isto faz com que seja conduzida uma “ação” do homem para com ela visando-a de forma a tê-la nas mãos; tê-la nas mãos para que se execute, sob a égide do controle calculista, o que, hipoteticamente, o ser humano intencionou.

No mais, o ideário vulgar que cerca a técnica tende a buscar prioritariamente algo que seja cada vez mais eficiente, dentro da solução que a ela é designada como sua finalidade. Max Weber (1964 apud RÜDIGER, 2014, p. 22) diria que a técnica sempre se mostra a nós, neste contexto, como essa caixa de soluções ao passo que um “problema” surge, apresentando-se enquanto saída (baseado no saber prático, aplicado) os meios calculáveis para a superação da questão.

Sobre este modo de ver, há infinitas implicações. Ele fomenta uma distância indecifrável entre a técnica e o conhecimento. Segundo Heidegger (2008, p. 315), em seu posfácio ao texto *O que é metafísica?*, a ciência moderna, “enquanto um modo de objetivação calculadora do ente, [...] é uma condição estabelecida pela própria vontade de vontade, pela qual ela assegura o domínio de sua essência.” Domínio este que se faz em razão de um aperfeiçoamento da sistemática que compõe a rede tecnológica, a fim de manter sua eficiência

enquanto mecanismo global de controle da natureza. Situação na qual o homem mantém o curso de entendimento e cobertura global do mundo.

A fundamentação tradicional deste conceito, e que atribui à técnica um caráter instrumental e antropológico, é justamente o objeto de exclusão ao qual o filósofo alemão se atém de início (HEIDEGGER, 2007). Mas qual a razão de ser desse procedimento? Pois, de antemão, “isso não significa que, com esse procedimento, nos apropriaremos da essência da técnica; apenas nos colocaremos na posição em que seria possível pensá-la eventualmente para além das dimensões metafísica e epistemológica.” (SILVA, 2007, p. 369) Com efeito, a razão de ser que há por trás é a de se distanciar – e quem sabe, superar – um viés puramente *humanista* que tem envolvido a concepção de técnica, sendo possível, com isso, observá-la através de uma livre relação.

No que toca esse conceito de cunho instrumental (tradicional) a que Heidegger logo dirige fogo, a problemática se dá no campo de análise da seguinte proposição:

“A técnica é o agenciamento de meios para a consecução de certos fins.”

A ideia, então, é mostrar a limitação que cabe a esta definição, bem como as consequências que ela desencadeia. Para tanto, é preciso apontar: o princípio causal é a base metafísica para todo esse sistema no qual se pensa a técnica em tom instrumental e de acabamento eficiente. No entanto, o ponto aqui é a forma de se abordar a teoria causal e o modo como a herdamos, diria Heidegger (2007); de indicar seu viés a efeito de uma acentuação sobre a causa *eficiente* – uma das quatro citadas por Aristóteles ao livro da *Metafísica* (2008).

Antes de tudo, é de bom grado clarificar o que são as quatro causas e qual a formatação conceitual que se faz em torno delas, a fim de moldar essa definição instrumental. Em todo caso, as quatro causas descritas por Aristóteles ao livro da *Metafísica* (2008), são: causa material, formal, final e eficiente. A cada uma delas se dá um princípio que fomenta uma realização, um efeito. Como exemplo que coordena estes quatro princípios, tomemos uma estátua feita por Policeto, uma estátua de Péricles esculpida em mármore para adornar um jardim dum templo.

Cada uma das causas compreende um princípio necessário para sua existência. Assim, tomando de Lucas Angioni (2011, p. 6-7) a explicação para cada uma delas, das causas sistematizadas por Aristóteles, caberia dizer então que, respectivamente:

- Causa formal: a figura da estátua, pelos traços, volumes etc. que captam a imagem de Péricles em seu melhor semblante e em sua melhor postura, é a causa formal pela qual a estátua parece apresentá-lo vivo diante de nossos olhos. De fato, a estátua não teria o atributo em questão, se sua figura tivesse traços diferentes, ou se fosse semelhante a um sileno, ou se fosse uma representação primitiva
- Causa material: o mármore é a causa material pela qual a estátua é tão similar a Péricles que parece apresentá-lo vivo diante de nossos olhos. De fato, se a estátua fosse feita de madeira sem pintura, ou de ferro, ou de gesso, a vivacidade da figura e de sua atitude não teria o mesmo efeito.
- Causa eficiente: pode-se dizer, também, que Policeto foi a causa eficiente pela qual a estátua é tão similar a Péricles etc. Se o escultor fosse um aprendiz ordinário, certamente a estátua não teria o mesmo efeito. Além do mais, obviamente, se Policeto se recusasse a executar a encomenda, a estátua não existiria e obviamente não poderia ter o atributo em questão.
- Causa final: o propósito de prestar uma homenagem digna ao eminente político e trazer orgulho aos atenienses parece ser a causa final que explica por que a estátua deveria ser tão similar a Péricles de modo a parecer apresentá-lo vivo diante de nossos olhos. Se o propósito fosse diferente – por exemplo, denegrir ou difamar Péricles – certamente a estátua deveria ser diferente e deveria representar Péricles em semblante e postura não condizentes com sua trajetória real (como um bufão corrupto, ou um assassino sanguinário, por exemplo).

Ainda seguindo a explicação de Angioni (2011, p. 05 [grifo nosso]):

A figura, como causa *formal*, explica por que a estátua é um retrato de Péricles, e não de Sócrates (supondo que se trata de uma estátua retratando Péricles); o bronze, como causa *material*, explica por que a estátua tem certo volume, textura, peso, etc.; Policeto, o escultor que esculpiu a estátua, explica, a título de causa *eficiente*, por que a estátua é existente ou é um objeto realizado na matéria (em vez de ser mero plano abstrato na mente do escultor ou do comprador); finalmente, o embelezamento do jardim, como causa *final*, explica por que a existência da estátua pode ser considerada um bem, que devesse ser executado etc.

Porém, a mecânica e a relação dessas quatro causas é que coloca em jogo a definição em questão. Se for pensada apenas como um princípio com juízo de valor distinto um do outro, pode haver a hegemonia de alguma delas no regimento dessas quatro funções principais. É possível notar ênfase na descrição de Angioni quando o mesmo descreve a causa eficiente; de que modo ela se faz tão central na articulação de todas as outras formas de surtir efeito. Porém, essa será a viragem de Heidegger (2007) quanto ao conjunto e ao significado

da teoria causal de matriz grega, essa hegemonia descaracteriza o próprio sentido original do termo *causa*.

Na tradição da teoria causal – em relação à noção de técnica –, há, diria Heidegger (2007; HEIDEGGER apud SILVA, 2007), uma concepção corrente que identifica o técnico enquanto princípio *da* técnica; tendo uma função operatória para o que se quer saber – o que ela é, o que ela realiza? O que faz, todavia, recair sobre os ombros da causa eficiente uma parcela gigantesca do seu sentido essencial. Em outras palavras, entende-se:

[...] normalmente as quatro causas definidas por Aristóteles como possuindo um sentido *operatório*, razão pela qual a ênfase recai sempre sobre a causa eficiente, que estaria mais propriamente ligada à efetuação ou produção de efeitos. Assim se constrói uma determinação instrumental da causalidade. (SILVA, 2007, p. 369)

Segundo a explicação de Heidegger (2007), e os apontamentos de Silva (2007) à respeito, o modelo tradicional dessa concepção causal operatória vê a técnica, bem como sua essência, enquanto aquilo que ela produz objetivamente. Ou seja, por esta perspectiva, uma hidroelétrica, por exemplo, tem seu ordenamento técnico baseado simplesmente na energia elétrica que a mesma gera em seu ciclo de turbinas. Ou melhor, por esta via, o ordenamento técnico se coloca como a própria razão de ser da técnica. Fato este que acaba por forçar a balança a favor da causa eficiente. Inúmeros são os textos, aliás, em que ela pode ser identificada com este plano de fundo da causa eficiente. No universo das ciências humanas, a recorrência dessa definição parece uma constante, tendo espaço, usualmente, a discussão em torno do impacto socioeconômico que se faz pelo sentido *operatório* de técnica: daquilo que ela pode realizar, sendo meios para fins.

A saída heideggeriana a esta concepção instrumental de causalidade, diria Silva (2007), se colocaria na ordem da ideia grega originária de causa. Sendo mais adequada uma visão que as entendesse (as quatro causas) como uma forma de comprometimento mútuo para a realização de alguma coisa. Movimento que tiraria o protagonismo que fora instanciado à causa eficiente. Contudo, o que seria essa via de comprometimento? (Mais abaixo isto será esclarecido.) Assim, as quatro causas deveriam ser vistas, diria Heidegger (2007), como princípios comprometidos com a produção de alguma coisa; havendo enquadramento entre o caso formal, material, final e eficiente para uma determinada realização.

Se valendo da explicação de Heidegger, bem como do suporte interpretativo de Silva (2007), a ideia é mostrar um compromisso, por exemplo, que há entre a matéria com a qual um objeto é feito, e sua produção; por conseguinte, quando se fala de uma causa final, se quer

dizer que há uma “[...] espécie de compromisso entre a produção da coisa e a finalidade a que deverá servir. Com isso, superasse a ideia de que se trata apenas de *fazer* algo, *a partir de alguma coisa*, para um *certo fim*.” (SILVA, 2007, p. 369).

Ao se tornar a efetiva realização algo distante do modo comum de *meios para fins*, entendendo-a enquanto evento proporcionado por um dado comprometimento, se finca no solo a noção de uma autoprodução (*poiesis*): na natureza, apenas na ordem da *poiesis* se pode pensar este movimento como algo que não seja necessariamente um fazer técnico, porém, ambos os fazeres, o natural e o artificial técnico, se encontram na *poiesis*. Ambos são um trazer à frente, diria Heidegger (2007).

Com efeito, este agenciamento, por sua vez, se faz presente na relação agora evidente e necessária, entre *poiesis*, *techné*, *episteme* e *verdade*, no sentido de desocultamento – *aletheia*. No sentido de algo que vêm a ser ou a aparecer; não diferenciando a técnica de qualquer outra forma de saber realizável. Por assim dizer, explica ainda o comentário de Silva (2007, p. 370):

Na articulação das quatro causas, algo se mostra na sua matéria, na sua produção e na sua finalidade. Algo se *desabriga* desvelando-se no seu modo de ser. E aquilo que tendíamos a entender como operação revela-se um *deixar acontecer*, o *ocasionamento* ou o que vem a aparecer.

Assim, compõe Heidegger (2007) o seguinte:

- a) a *poiesis* “natural” é aquela que diz respeito ao produzido não-técnico: como o florescer de uma flor ou o brotar de uma semente;
- b) a *techné*, por sua vez, é o produzir no sentido em que intervém a técnica, quando um artesão se põe a moldar um vaso;
- c) e a *episteme* é o conhecimento desta produção – “natural” ou técnica – que pode distanciar-se rumo a outros níveis de compreensão sobre aquilo.

Nos três casos acima mencionados, há o princípio de desocultamento que cobre a verdade disponível em qualquer um desses modos de *aletheia*. De toda forma, assim fica aproximada a noção de *técnica* e *verdade*; sendo a técnica um mecanismo de desocultamento. Mas a que esta manobra se deve? Com efeito, como explica Silva (2007, p. 370), esse desvio hermenêutico era necessário para:

[...] liberar a interrogação da concepção de técnica como ajustamento de meios e fins, isto é, da perspectiva puramente instrumental, para trazer à reflexão a relação entre produção e desocultamento, entre

poiesis e alethéia. Era preciso também vislumbrar uma relação entre técnica e verdade em que esta não permanecesse aprisionada no âmbito semântico delimitado pela verificação (da *veritas*) e pela ‘exatidão da representação’.

Aqui se alcança um patamar importante: se, de alguma forma, a representação que se tem da técnica diz respeito a ela enquanto processo/meio, e que a sua neutralidade deriva daí – já que seria papel da habilidosa mente humana conceber sua tarefa-finalidade, e a ela sobraria apenas a função de aplicação –, por que ainda assim a teoria causal clássica entra em *looping* quando se coloca ao lado uma da outra a definição de causa final e causa eficiente? Vide as definições de Heidegger (2007, p. 377) acerca dos termos *meio* e *efeito*:

- a) Um meio é algo pelo qual algo é efetuado e, assim, alcançado.
- b) Causa é aquilo que tem como consequência um efeito.

Se um meio ou processo, assim como uma causa, são funções que se encontram no princípio até a intermediária de uma ação, sendo o fim apenas o resultado previsto pelo homem, a técnica, na visão corrente, não deveria se encaminhar ao cabo dessa trajetória. Porém, e aqui entra em xeque a teoria causal que abarca toda perspectiva por ela desenhada, dentre as quatro causas descritas por Aristóteles (2008), fim também aparece enquanto princípio: não somente aquilo mediante o qual uma outra coisa é efetuada é uma causa. Também a finalidade a que se destina (causa *finalis*), a partir de que o meio se determina, vale como causa.

Se tomada pelo caso no qual a ideia de causalidade (teoria causal corrente) se faz como algo que surte efeito, será fácil cair no modelo operatório comum de eficiência, de um motivo que dá um resultado. A saber:

[...] temos o costume de representar as causas como o que opera efeito. Efetuar significa então: visar resultados, efeitos. A *causa efficiens*, uma das quatro causas, determina de modo exemplar toda causalidade. Isto vai tão longe que em geral nem mais se considera a causa *finalis*, a finalidade, como causalidade. *Causa, casus*, pertence ao verbo *cadere*, cair, e significa aquilo que efetua, que faz com que algo surja dessa ou daquela maneira no resultado. (HEIDEGGER, 2007, p. 377)

Este primado da causa eficiente, no qual uma força matricial desencadeia a efetiva realização de alguma coisa, investe a favor do que se pensa da técnica enquanto meios

articulados para conceber certos fins; fins estes que servem ao que o homem objetiva. Assim, esta, a *causa efficiens*, é determinada, como redefinido por Heidegger (2007), enquanto princípio exemplar em que se cumpre toda forma de causalidade. Portanto, é nessa tradição à respeito da causalidade que opera o mecanismo da instrumentalidade. Com efeito, “[...] onde fins são perseguidos, meios são empregados e onde domina o instrumental, ali impera causalidade <Ursächlichkeit>, a causalidade <Kausalität>”²⁰.

Sobre o plano conhecido das quatro causas explícitas na *Metafísica* aristotélica, a tônica da doutrina é dada pela interpretação corrente da teoria causal como que subsidiando a ideia instrumental de técnica. Isto é, “[barra-se] o caminho para o sentido inicial do que mais tarde se denominou causalidade [enquanto] não conseguimos visualizar o que é propriamente o instrumental, que reside no que é causal.” (HEIDEGGER, 2007, p. 379). No entanto, a proposta heideggeriana é a de remontar a ideia de causalidade pelo sentido matricial grego do termo. A saber, sobre essa diferença:

[...] no âmbito do pensar grego e para este pensar, tudo o que as épocas posteriores procuram [neles] sob a representação e o título de ‘causalidade’ pura e simplesmente não tem nada em comum com reagir e efetuar. O que [os alemães denominam como] causa <Ursache>, os romanos *causa*, significa para os gregos αἴτιον, *o que compromete uma outra coisa*. As quatro causas são os modos de comprometimento relacionados entre si. (HEIDEGGER, 2007, p. 378 [grifo nosso])

No limite, diante da interpretação etimológica do filósofo acerca da palavra grega para *causa*, as quatro causas em questão seriam, portanto, modos de comprometer para que algo apareça:

Eles deixam algo surgir na pre-sença <An-wesen>, liberam algo e com isso situam num completo surgir. O comprometimento tem o traço fundamental desse deixar situar <An-lassen> no surgir. O comprometimento é um ocasionamento <Ver-an-lassen> no sentido de um tal deixar situar. (HEIDEGGER, 2007, p. 379)

Este comprometimento com aquilo que aparece põe em risco a supremacia que a interpretação convencional assegurou por tanto tempo. Com efeito, a ideia de causa-

²⁰ Aqui, foi mantida a nota feita pelo tradutor, Marco Aurélio Werle, acerca da diferença grega e latina para o termo *causalidade*, pois ela dá contraste hermenêutico ao dispositivo heideggeriano que identifica nela o princípio do *comprometimento* (matriz grega do termo), e, da funcionalidade operatória latina da palavra (teoria causal corrente). “A repetição de Heidegger é intencional e visa ressaltar o significado do termo alemão que, numa tradução mais livre, designa o seguinte: ‘o caráter de coisa originária/primeira’. Por outro lado, ressalta o sentido histórico do termo ‘causa’, marcado pela língua latina e, principalmente, pelo modo de pensar de tradição latina, não-grega.”

comprometimento – na forma apresentada pelo autor alemão –, manifesta, a qualquer contemporâneo, um fenômeno de estranhamento: tendemos, usualmente, a antever o comprometimento pelo viés moral, como falta, ou o interpretamos como um tipo de atuar, argumentaria o autor.

Em qualquer um dos casos, se cai num desvio ao que Heidegger desenha (em tons gregos) com esse termo. O surgir que se dá no ocasionamento do comprometer exclui a noção processual que soa ao fundo. “A partir da perspectiva do que os gregos experimentaram no comprometimento, na αἰτία, damos agora à palavra ‘ocasionar’ um amplo sentido, a ponto de esta palavra denominar a essência da causalidade pensada de modo grego.” (HEIDEGGER, 2007, p. 379)

A questão deste situar (dado pelo ocasionar) está no âmbito da presença, na medida em que, para o universo grego, o ocasionamento é o motor inerte que opera entre as quatro causas, *comprometendo*. Desse modo, portanto, o ocasionar se transporta para o nível mais alto da causalidade grega, sendo sua própria essência, segundo dissera Heidegger logo acima. Isto, finalmente, repercutirá na ideia de *techné* mais à frente.

Por mais que pareça simples, a partir de uma razão etimológica (procedimento hermenêutico), a alteração proposta pelo autor alemão em relação à matriz helenística de causalidade, as consequências posteriores são drásticas; aquilo que se inicia como algo aparentemente menor, toma, daqui pra frente, grande proporção; pois inflaciona na medida em que a teoria causal convencional (instrumentalidade) é substituída pela do ocasionamento dado por meio do comprometer, em sentido matricial grego.

Todavia, retomando o raciocínio, o ocasionar de cada uma das quatro causas impulsiona a presença da coisa. Sobre este *aparecer*, o autor remete ao texto platônico do *Banquete* (PLATÃO 205b apud HEIDEGGER 2007) para sustentar que, digamos em paráfrase, o produzir se dá, em todos os casos, quando a não-presença se transborda em presença, ao passo que o ocasionar o impulsiona a ser.

O ponto aqui é entender esse produzir em vista do ocasionar que se abre à presença diante das causas. Via de regra, o produzir é visto por um viés técnico-operatório, enquanto que, por outro lado – aquilo visto como natural ou “não-artificial” – não é associado a esse modo de aparecer. Dessa forma, o produzir seria artificial e, o que se ocasiona no mundo natural, por sua vez, não o seria. Porém, a forma pela qual o pensamento de Heidegger caminha, como já se viu acima, não é pertinente tal separação a esses modos de realizar.

Tanto a máquina que produz arame quanto a flor que se abre à polinização, bem como o artesão que esculpe a forma humana em uma pedra de mármore, são forma de produzir; compartilham a mesma natureza do ocasionar. A única diferença que há entre eles é que a irrupção do produzir pode se fazer por si mesmo, no caso da flor, ou, por outro lado, no caso da estátua em pedra, por algo técnico. Assim, diria Heidegger (2007, p. 379), “os modos de ocasionar, as quatro causas, atuam, desse modo, no seio do produzir. Por meio dele surge, cada vez, em seu aparecer, tanto o que cresce na natureza quanto o que é feito pelo artesão e pela arte.” Em suma, e isto é importante, o ocasionar interessa à presença “[...] do que a cada vez aparece no produzir. O produzir leva do ocultamento para o descobrimento. O trazer à frente somente se dá na medida em que algo oculto chega ao desocultamento. Este surgir repousa e vibra naquilo que denominamos o desabrigar <Entbergen>. (HEIDEGGER, 2007, p. 379-380).

3.3 Da informação como recurso que põe junto a armação da técnica

Em síntese, este trazer à frente, à presença, se dá na medida em que algo oculto chega ao desocultamento. Este desabrigar que demonstra um modo de ser, para a cultura grega, se denomina *aletheia* – ἀλήθεια. Fato que nos leva a entender que, em última instância, no desabrigar se funda todo o produzir; e, da mesma maneira, se descortina a verdade.

Assim, a esse desocultar se ligam as quatro causas (modos de ocasionar) – a causalidade sendo o engendramento dessas quatro maneiras de ocasionar – que as atravessa, articulando-as. Há, então, um modo de ser que organiza a causalidade, num sentido forte de compromisso, em torno do desabrigar tecnicamente disponível do ser-aí (*Dasein*). A este âmbito pertencem fim e meio, pertence o instrumental. Finalmente, com este traço forte, limita Heidegger (2007, p. 380), é imperativo pensar que:

A técnica não é, portanto, meramente um meio. É um modo de desabrigar. Se atentarmos para isso, abrir-se-á para nós um âmbito totalmente diferente para a essência da técnica. Trata-se do âmbito do desabrigamento, isto é, da verdade.

Ao mundo do produzir tecnicamente, no caso, há o vínculo corrente entre a técnica e o termo grego *techné* (τέχνη). Aliás é deste que deriva parte do que conhecemos como a separação vulgar entre conhecimento e técnica. Tal distinção, a propósito, entre *techné* e *episteme*, diria Rüdiger (2014), para os modernos e contemporâneos, em muito pode soar como algo que separa o fazer do pensar; estando assim, de modo superficial, no saber

teorético da epistemologia o pensar crítico (filosófico) e, no campo da técnica o saber puramente executivo (ciência e tecnologia) – vide o que se falou no início do capítulo sobre a distinção entre teórico e prático, conhecimento e técnica. Em suma, técnica como sendo algo do domínio do não-pensar, e que se restringe ao reproduzir maquínico. Sendo este uma extensão ao pensamento instrumental-antropológico a que Heidegger objetiva sua crítica.

Para tanto, essa distinção da técnica como procedimento, deve-se dizer, é um estado degenerativo – no sentido de se restringir sua amplitude semântica – que se deu através dos séculos, diria Heidegger (2007) – quando a concepção inicial grega é substituída pela ideia latina. Por um lado, a τέχνη não é somente o nome para o fazer e poder manual, mas também para as artes superiores e belas artes. Cobre o artesão que faz a carroça e o escultor consagrado. A [ela] pertence [o] produzir, à *poiesis* (ποίησις); é algo poético [...].” Ela é algo que escapa ao limite do trabalho artesanal; seu perímetro abrange, portanto, aspectos humanos da reflexão e da sensibilidade do espírito (HEIDEGGER, 2007, p. 380)

Tanto é que, segundo Heidegger (2007, p. 380), para o universo grego, *techné* e *episteme* (ἐπιστήμη) são termos quase irmãos. “[Ambos] são nomes que designam conhecer em sentido amplo. Significam ter um bom conhecimento de algo, ter uma boa compreensão de algo. O conhecer dá explicação e, enquanto tal, é um desabrigar.” Esse juízo de valor atual que separa as duas coisas de maneira hierárquica, é, nesse sentido, apenas uma diferença horizontal, para os gregos. O que isso instaura, todavia, é que a determinação puramente instrumental de técnica, de meios para fins, deixa de fora aquilo que de mais importante contém a técnica no âmbito clássico da palavra; a de que ela “[...] é um modo de desabrigar. A técnica se essencializa no âmbito onde acontece o desabrigar e o desocultamento, onde acontece a ἀλήθεια” – [*aletheia*] (HEIDEGGER, 2007, p. 381). Em suma, onde se manifesta a *verdade* das coisas.

Finalmente, o percurso até aqui trilhado nos dá a impressão de uma técnica – ainda que até o momento em sentido clássico do termo, apenas – desenhada com uma nova abertura ao pensar. Com efeito, na busca por um entendimento matricial grego do significante, ao retroceder e refazê-lo aqui sua conotação primordial, alcança-se a possibilidade de abordá-la por outro lado, tornando viável dialogar com algo que fuja de considerações dicotômicas – boa, má, e etc. Portanto, “não se trata propriamente de julgar a técnica, mas sim de compreendê-la em sua essência como modo de desvelamento.” (SILVA, 2007, p. 372)

No mais, a discussão se iniciara pela questão sobre a técnica, mas a que encontramos em nosso instante histórico contemporâneo; sobre a técnica moderna, especificamente. Afinal

de contas, caberiam as mesmas justificativas tanto ao modo artesanal técnico quanto ao mundo maquínico moderno da técnica? Pelo simples fato de serem elas arcaicas ou contemporâneas, todas se mostram como um modo de ser que leva à verdade; que desoculta dizendo o que são.

De todo modo, há ainda a preocupação de se manter, mesmo com o desvio articulado por Heidegger (da técnica entendida pela matriz grega de causa), um diálogo próximo ao da realidade técnica moderna (já com sua acepção moderna), em razão da ciência experimental, e, da questão sobre a técnica moderna (Século XX). Apenas um reajuste hermenêutico em relação ao conceito causal grego não acerta as contas sobre a questão a que se debruçou o filósofo alemão. Embora este “acerto de coordenadas” mude, daqui em diante, todo o resto do percurso.

Em retrospectiva, a *techné* grega, para Heidegger (2007) e sua interpretação particular, deve ser vista como *poiesis*; como ocasionamento que revela; que traz à luz e à frente. Sendo assim, algo a ver com a verdade. O caminho hermenêutico que retoma a concepção originária de *causa* traz outra composição ao desígnio da teoria causal. A perspectiva cotidiana moderna que dá a ela, à técnica, o caráter operatório instrumental se dissolve.

É necessário que esse caminho refeito chegue até aí e siga em frente, alcançando o âmbito que a técnica encontrara depois de Galileu, do *cogito* cartesiano e da ciência moderna, até o contemporâneo da grande indústria e da engenharia genética. Enfim, depois do maquinicismo e da configuração calculista do mundo, diria Rüdiger (2014). Sem isso, a questão sobre a técnica teria se dissipado no ar e perdido sua característica de atualidade: não faria muito sentido perguntar sobre a técnica, hoje, se a resposta grega fosse suficiente para bem-entender sua condição. O fato de a técnica ser um simulacro do ser, diria Platão (1996) acentua que dela tudo provém com a marca de *verdade*. Se Michelangelo retira do bloco de pedra a figura do Rei Davi, isto se refere a achar o que há ali de verdadeiro na matéria; diz respeito, como dissera o próprio escultor renascentista, ao artista retirar apenas o excesso de material que recobria a “real” forma da estátua. A figura já está ali, só faltava revelá-la ao mundo. Nesse sentido, seja qual for a instância histórica da técnica, seja ela grega, romana ou moderna, ela será um modo de se descobrir a verdade. Repito: de se ocasionar uma verdade, de apresentar o real. Todavia, cumprindo o juízo histórico que a tanto se aludiu, há de se perceber um abismo entre a realidade grega do mundo antigo e o universo moderno e contemporâneo em que vivemos. Há uma separação entre a técnica manual e a técnica moderna das máquinas de força.

Quanto à técnica moderna, já de saída é preciso destacar sua diferença entre ela e a técnica artesanal grega. Mesmo que ambas sejam modos de se ocasionar a verdade, a *poiesis* que se instala na *techné* grega, o de trazer à frente no ocasionar, não se manifesta de tal maneira na técnica moderna. Nesta última, “o desabrigar imperante [...] é um desafiar [...] que estabelece, para a natureza, a exigência de fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal.” (HEIDEGGER, 2007, p. 381)

Mesmo a técnica moderna sendo um modo de desabrigar, diria Heidegger (2007), porém, é um desabrigar que não se faz simplesmente em um trazer à frente. Esse sentido de *desafiar* toma a técnica moderna por uma postura diferente. O fato de a técnica estar num outro estado de coisas a partir da modernidade até o contemporâneo, se deve, assim entende-se, a sua mudança da *intensidade* para o caminho da provocação. Como se ela se superaquecesse tanto que sua própria fisionomia se alterasse. Parafraseando McLuhan (1979), seria como um meio que sofre tanta alteração por uma dada situação que seu superaquecimento faz criar uma fissão, obrigando a pular de um estado para o outro. Ou seja, o que decorre daí não é uma simples mudança de grau, mas da própria natureza da técnica. Fato este que implicará numa outra forma de verdade, diga-se que a técnica ocasiona desvelando.

A ideia de se ter essa forma de desabrigamento da natureza à disposição como *modus operandi* a fim de sanar sua necessidade energética, tem a *subsistência* que a sustenta na ordem daquilo que Heidegger (2007), afirma também Silva (2007) sobre a questão, denomina por *armação*. Isto é, ela, a *armação*, está para aquilo que compõe toda esta cadeia de disponibilidade. Nas palavras do próprio autor acerca dessa ideia de “unidade” da técnica moderna:

Denominamos aquilo que originariamente ajunta, a partir de que se desdobram os modos, segundo os quais nos sentimos desse ou daquele modo, como sendo a alma. Denominamos agora aquela invocação desafiadora que reúne o homem a requerer o que se descobre enquanto a subsistência de *armação* <Ge-stell>. (HEIDEGGER, 2007, p. 384)

O termo, alerta o próprio filósofo alemão, causa grande estranhamento pelo uso incomum que ele impõe à sua utilização nesta conotação específica. Com efeito, é por ele que Heidegger (2007) pretende demonstrar onde [...] acontece o ‘descobrimento’ pelo qual o homem é *provocado* a desabrigar o ente de um modo peculiar que corresponde [...] à consideração da natureza como um reservatório de energias que ele pode utilizar.” (SILVA, 2007, p. 372). No mais, digno de nota é a noção de ajuntamento da *armação* enquanto “alma”

da técnica moderna. O uso do termo diz a que veio, pois, seria algo mais essencial a um objeto do que aquilo que designamos como sendo sua alma? Como sendo aquilo que anima todo o objeto? A saber:

Toda estrutura possui uma ‘armação’ pela qual ela permanece, precisamente enquanto essa armação está para além de todos os elementos da estrutura. A armação, portanto, reúne os elementos e, de alguma forma, sustenta-os sem se confundir com qualquer um deles – atravessando-os a todos, se assim se pode dizer. (SILVA, 2007, p. 372)

Assim sendo, é ela, a armação, que mantém unida ao *modus operandi* dessa técnica moderna o princípio de sua realização como efetivo destino da vida humana para sua preservação na face terrestre. Assim, a dita *armação* é aquilo que estabiliza tal modelo enquanto projeto histórico técnico de uma dada época ou momento. Dois aspectos importantes sobre a *armação*, segundo Silva, identificam que a:

Armação refere-se ao modo próprio de desocultar que corresponde à essência da técnica moderna. E armação refere-se também a algo que nada tem de técnico. Isso quer dizer que, se examinássemos a técnica em todos os seus elementos e eventualmente viéssemos a conhecer todos eles, ainda assim a essência da técnica permaneceria oculta. Pois conhecer a técnica como trabalho, instrumento ou meio equivale a visar as *determinações antropológicas* que nela estão contidas, mas que não revelam sua essência. (2007, p. 372)

No mais, é importante dizer que esta disponibilidade não se faz apenas ao ente que vem da coisa técnica, mas, também, ao homem, enquanto mecanismo cumpridor do desígnio desse ente (a técnica moderna). A armação, portanto, atravessa a essência da técnica moderna. “A ‘armação’ seria, assim [...] a própria disponibilidade, ou a reunião ‘originária’ dos elementos disponíveis, pela qual os entes se apresentam para o homem através da representação calculante da ciência.” Disso deriva, segundo o comentador, “[...] a impressão de que a técnica moderna seria ciência aplicada.” (SILVA, 2007, p. 372) Em tom enfático sobre este conceito heideggeriano, F. Rüdiger afirmaria que:

A armação estabelece uma nova relação com o ser, bloqueando o acesso à sua proveniência essencial e originária como revelação (*aletheia*). O próprio da armação é [...] a exigência de que todos os entes se convertam em recursos. O aparecimento da armação está ligado ao surgimento da ação fundamental e essencial que ordena. (2014, p. 29)

A armação, segundo se entendeu, possui uma condição etérea no seu atravessamento de todos os elementos compositivos da técnica moderna. Ela está em tudo, embora não seja nada. Apenas aparece no vínculo operatório de deixá-la enquanto uma composição ou unidade. Fato que dá para esta unidade uma presença tão constante no mundo humano, que mal se pode percebê-la, tal qual a gravidade.

Por mais que o homem esteja vinculado ao ordenamento provocador, ele não se situa numa posição de controle em relação à ela. Ao passo que a técnica toma característica de instrumento e se liga a outros dispositivos, combinando uma fisiologia (a armação), a técnica vai retirando do ser humano um protagonismo. Na era digital dos dispositivos autômatos, capturamos e desenvolvemos certos comandos que são base para outros ulteriores, que, por sua vez, não serão colocados em exame. Fato que cria uma retroalimentação de circuitos que tendem a se distanciar do monitoramento e decisões restritivamente humanas.

A isto não se quer discorrer em discurso inflamado, nem reacionário ou entusiasmado, apenas compreender que a disponibilização, bem como o futuro humano, não depende de ações estritamente diretas e conscientes. E, que estamos dispostos nessa instalação complexa.

O aprontamento e o emprego de instrumentos, aparelhos e máquinas, o que é propriamente aprontado e empregado por elas e as necessidades e os fins a que servem, tudo isso pertence ao ser da técnica. O todo destas instalações é a técnica. Ela mesma é uma instalação; expressa em latim, um *instrumentum*. (HEIDEGGER, 2007, p. 376)

Com efeito, a ideia de técnico, enquanto utensílio, tem, em Heidegger (*apud* RÜDIGER, 2014, p. 25) não uma conclusão, mas uma abertura ao pensar. Quando, por exemplo, se instala o raciocínio de que o instrumento é objeto dado pela mão humana, ou que a mão é subjugada pela ferramenta, se ignora a relação dialógica a que tanto M. McLuhan (!979) tanto se debruçou para entender. E, além de tudo, se cai numa dicotomia infernal que nada constrói.

O tópico aberto pelo ideado de “utensílio” remonta ao valor de uso e disponibilidade de um objeto (ferramenta). De fato, a visão isolada de um objeto técnico pode reduzir seu real impacto; ainda mais no mundo moderno dos instrumentos e dispositivos. Se colocarmos em exame uma escavadeira, e indagarmos apenas em relação ao uso objetivo que este empreende no solo de uma mina, não seria possível identificar nenhum grande ganho à discussão.

Ao cabo, a ideia de um utensílio não se restringe apenas ao que ele produz, embora isso tenha seu lugar na equação, mas sim ao valor de disponibilidade ao trabalho, bem como a coordenação que essa disponibilidade estabelece com outros instrumentos e mecanismos,

formando um horizonte de possibilidades em série que erguem um habitar cotidiano. A saber:

A serventia é a essência das várias formas de utensílios, remete ao que está pronto para se usar (instrumentos), manusear (ferramenta), operar (máquina). Os utensílios são fabricados [para] possuir uma prontidão para o seu uso por parte do homem. O significado disso é que os utensílios só são tais através de conexões com outros entes e que, portanto, remetem a totalidades: são formadores de mundo, na medida em que interagem com o ser humano e os seres humanos são tais interagindo com eles em meio àquela totalidade. (RÜDIGER, 2014, p. 25)

A estrutura sociotécnica, embora necessária, não responde à relação com a técnica em sentido que fuja ao limite da investigação factual da máquina ou do aparelho. A tecnologia, o complexo formado pela rede de instrumentos, se automatiza ao passo que é atribuída a ela o dever de realizar certos fins. É a armação que dá à técnica o caráter de tecnologia. A saber:

De acordo com [Heidegger], tecnologia é o título que podemos conferir ao ente em sua totalidade quando é perpassado pela essência da técnica, mas não qualquer uma: trata-se, sobretudo, da essência que, via a técnica, se expõe e se aperfeiçoa como armação de um certo tempo e seu mundo (era atômica, era espacial, era da informação, era da máquina) (HEIDEGGER apud RÜDIGER, 2014, p. 29)

O ponto é que tais fins são processos acumulativos que tendem, segundo Rüdiger (2014), a se instaurarem enquanto horizonte do possível. Os agenciamentos dessas propostas articulam-se numa esfera de coerência, onde, mesmo com a ação humana, tende a tomar proporções de estabilidade ao longo do tempo.

Essa independência torna o homem elemento no sistema, não necessariamente o articulador supremo dele. “O processo depende de algo que, embora se ligue ao homem, escapa à sua capacidade de decisão e possibilidade de soberania.” Sendo assim, “o homem não seria o sujeito da técnica, mas aquele a quem a essência escondida da técnica interpela de uma forma que tende a ser cada vez menos humana.” (RÜDIGER, 2014, p. 29)

Para todos os efeitos, “[...] a disponibilidade do ente como ‘forma’ geral da técnica pode incidir na relação entre o homem e a técnica, fazendo-o incluir-se inteiramente entre os entes disponíveis – perdendo assim a sua diferença.” (SILVA, 2007, p. 372-373) Assim, deve-se atentar para o seguinte: “o homem se encaixa socialmente em um sistema de aparelhos que, em vez de controlados, antes lhe definem a perspectiva de existência.” (VIOULAC, 2007, p. 140-160 *apud* RÜDIGER, 2014, p. 26)

Em resumo, [...] a existência está se tornando uma vasta estrutura sociotécnica em que subjaz uma ordem maquinística de corte cibernético, cuja coerência e racionalidade, onde lograda”, diria Francisco Rüdiger, “[...] depende do ajustamento mais ou menos funcional e regulamentado de milhões de propostas, escolhas e decisões elaboradas com base nas informações que circulam nos seus sistemas de informação [...]” (2014, p. 26)

Finalmente, antes de iniciar outra seção, é imperativo sintetizar estes últimos passos, pois eles cumprem um item relevante à investigação. A técnica, enquanto *trazer à frente*, a partir da *intensidade*, cumpriu apenas como desvelar para o mundo pré-moderno, como foi visto (HEIDEGGER, 2007). Mesmo sendo ela, a *techné*, um modo de ser, restringe-se a desocultar uma verdade historicamente delimitada. Delimitada, aliás, pelo mundo escolástico, pra usar um termo didático; e que não atravessa o mundo natural calculado pela ciência moderna.

Neste último, o que cabe é a modalidade do provocar que tende a tornar disponível (em subsistência) todos os entes pelo signo de *recurso*. É, porquanto, a *armação* que mantém esta complexa configuração ou instalação rodando. À armação, todavia, compete o título provisório de alma da técnica moderna, sendo sua essência, àquilo que a ela tudo se liga e se integra. Toda e qualquer derivação daqui em diante está mais próxima da camada exterior da técnica, das determinações antropológicas da mesma, pois já se encontrou sua *anima*, que é a essência presente e recorrente em todas as suas manifestações (AQUINO, 2005).

A questão sobre a modernidade, sendo atravessada pela técnica científica, cumpre esta formulação, se acompanharmos os passos de Heidegger (2007): a essência da técnica moderna, a *armação*, é responsável por um gestar objetivo ao homem quanto a sua relação (sujeito/objeto) para com o mundo. Ela mantém o ciclo infinito de extração, processamento, distribuição e uso dos recursos.

É neste cercado que, de Heidegger em diante (Frankfurt e muitos pós-modernos), se concentrarão críticas brutais ao projeto de ciência moderna e positiva – lembremos daquilo que foi dito por Hannah Arendt (2010) e Heidegger (2007, 2010) logo nas primeiras páginas, bem como o manifesto de Boaventura de S. Santos a uma nova ciência (2005). Seria este projeto positivista, finalmente, o corpo onde se marcaram ideias, como: conhecimento científico como o único capaz de perceber a “verdade”; independência entre sujeito do conhecimento e fato conhecido; oposição entre o campo subjetivo humano e o campo objetivo; entre outras coisas (SANTOS, 2005).

Mutatis mutandis, a *armação* fomentaria uma série de condições à ideia de objeto científico enquanto *coisa*. Tenhamos isto em mente. Essas proposições – objeto enquanto coisa, e da *armação* enquanto aglutinante ao dinamismo de extração, processamento, distribuição e utilização, bem como o uso frequente do termo *recurso* para designar os entes disponíveis – nos remeteu a alguns termos e disposições à Ciência da Informação.

A isto dizem respeito tanto o texto de H. Borko (1968), *Information Science: What is it?*, no qual o autor defende a atividade científica da CI. Aquela, no caso, de entender o fenômeno de criação, processamento, distribuição e uso da informação; o artigo de Buckland (1991), no qual a ideia de informação enquanto objeto científico se mantém e ganha renovação epistemológica e prática; e, no fim, a semelhança ou a recorrência do termo “recurso” ao conceito de “recursos informacionais”.

O efeito disso tudo é a formulação de uma pergunta/proposição tal qual se dá a seguir: haveria algum fundo de verdade em estabelecer informação enquanto um ente predicado da essência da técnica (ou seja, da *armação*)? Algo ainda tributário ao substancial que comanda a tecnologia? Se a essência é aquilo que engenhosamente age nas sombras e se esconde ao olhar cotidiano, isto – esta pergunta – poderia ser levada em conta.

Até aqui ficamos assim: informação poderia se configurar, hipoteticamente e em espera de análise e verificação, como uma expressão atual do poder essencial da tecnologia científica. Porém, em um artigo recente de Rafael Capurro (2014), o pesquisador argumenta a favor do ciberespaço (um ambiente tecnológico por excelência), por sua capacidade de suportar o chamado “ciclo hermenêutico” (*modus operandi* do ser humano alocado num mundo concreto e que se vê reformulando e agindo – a partir da intersubjetividade – a todo momento).

Em suma, assim entendemos, o propósito é demonstrar que os sistemas de informação digitais, e a interconexão entre sujeitos humanos e máquinas, animaria o projeto de ciência pós-moderna. Isto é, a reaproximação daqueles itens que foram separados pela história da metafísica e pela modernidade – sujeito/objeto, fato/valor, conhecimento/ação, e etc²¹. Quanto a isso, nada haverá em criticar, o que colocaremos em destaque é o argumento que Capurro se

²¹ Capurro (2014, não paginado) mostra um plano geral desse fim da modernidade e de seu novo modo de entendimento. A saber: “Some characteristics of the end of modernity are: (a) abandonment of the primacy of rational or scientific thought as qualitatively superior to all other types of discourse; (b) abandonment of the idea of human subjectivity as opposed to objectivity, in which intersubjectivity and contextually play only minor roles; and (c) abandonment of the (Platonic) idea of human knowledge as something separate from the knower.”

vale para esta formulação: justamente a ideia de Heidegger de armação (*Ge-Stell*). Segundo Capurro (2014, não paginado, grifos e tradução nossa):

De acordo com Heidegger, a tecnologia moderna possui duas faces: como uma *techné* que participa da *poesis* e *traz à frente* [como verdade], mas, ao mesmo tempo, ela também se cristaliza na estrutura instrumental da armação (*Ge-stell*). Instrumentalidade é uma boa coisa, desde que esta não se degenere em uma visão totalitária ou unilateral da técnica. A partir desta perspectiva, o desenvolvimento da tecnologia da informação, no final da modernidade, se configura enquanto a criação de uma informação *Ge-stell* [(informação-armação)]. Enquanto que, por um lado, trazemos conhecimento linguisticamente mediado por um novo formato, por outro, transformamos a linguagem em um mero instrumento.

Com efeito, o autor se apropria da matéria (*Ge-Stell*) numa outra concepção: dela no campo da linguagem, e como abertura ao pensamento não reducionista da informação apenas enquanto *coisa*, mas pela via desta como processo linguístico (iminentemente hermenêutico). Além de todo o ganho à discussão sobre a forma de se observar informação no mundo, hoje, o que fica é justamente a ideia de advogar contra o projeto de ciência positiva a partir de um conceito até então especificado para criticá-la. Voltando para a letra do texto de Capurro (2014, não paginado), ele ainda nos diz o seguinte:

[...] a informação *Ge-Stell* é uma oportunidade para a modernidade se recuperar em uma das suas características constitutivas: a dimensão oculta da linguagem. A informação *Ge-stell* pode se tornar uma voz para o dentro da natureza polifônica do conhecimento humano – se e somente se ela estiver inter-relacionada a toda gama de suas potencialidades escondidas. Se não for deste modo, então não teremos mais do que uma sociedade da informação. A questão-chave na sociedade do conhecimento de hoje é justamente a nossa relação com o que não sabemos, e com aquilo que acreditamos saber. A efetivação disto em um ambiente digital é um dos grandes desafios do ambiente em rede hoje, onde a parcialidade do conhecimento é a força de uma estrutura descentralizada, não-totalitária e opaca a qual chamamos de Internet.

Esta proposição é uma reviravolta ao uso do que se tinha de “armação” (*Ge-Stell*) até então. Contudo, como se pôde ver na primeira citação, o caráter da instrumentalização ainda pode ser delineado como um “perigo”, onde se habita uma distância redutivista entre homem e mundo. A apropriação da armação pelo prisma da linguagem e do ciclo hermenêutico da informação, nos daria uma definição de contornos próxima aquilo que Capurro (2014) identifica como sociedade do conhecimento.

O fato é, essa dupla conotação da tecnologia toma corpo e se instala da seguinte maneira: temos aqui, quem sabe, as duas faces de uma mesma moeda. Seria realmente isso? Em que medida saímos de uma face e olhamos para a outra? A resposta para esta questão, na verdade, não cabe a esta pesquisa, no entanto, os extremos que definem essa polaridade de

sentido para a tecnologia ainda são suportados por uma base mais profunda (a essência da tecnologia). Assim, o que fica disso tudo diz respeito a uma ideia de tecnologia sendo colocada essencialmente no sentido da armação: embora seus acidentes digam isso por um binômio (perigo/salvação) – o perigo do caminho cego da disponibilidade técnica de todos os entes, bem como a redenção que a possibilidade da linguagem nos abre ao ser – este assim ou assado que está disposto na substância que define a técnica moderna (a tecnologia) é condição existencial do próprio ser tecnológico.

Por toda parte, este descobrimento que surge do requerer desafiador “[...] é requerido, para ficar posto imediatamente [à] disposição, para novamente ser passível de encomenda para uma encomenda ulterior. O que assim é invocado”, diria Heidegger (2007, p. 383), “[...] tem sua própria posição.” O filósofo alemão nomeia essa posição de subsistência. A palavra, dentro do sistema tomista, se confunde com a própria ideia de substância. Ou seja, se assemelha ao que denominaríamos de essência.

A propósito, a palavra significa aqui algo bem mais essencial do que somente “previsão” ou disponível previamente. “A palavra “subsistência” eleva-se agora à categoria de um título. Ela significa nada menos do que o modo pelo qual tudo o que é tocado pelo desabrigar desafiante se essencializa.” Esse essencializar da subsistência se forma na medida em que nem mesmo poderia ser tomado como objeto; não poderia ser circundado, pois se dissolve em todas as camadas da rede tecnológica. Ela se apresenta em todos os seus instantes e camadas.

A forma peculiar pela qual o ente se torna presente no índice da disponibilidade, desenha uma seta que aponta, por sua vez, para um destino, como já mencionado. Como exemplo de um ente que se torna disponível pela subsistência, podemos apontar para o da floresta enquanto recurso energético (biomassa), madeireiro ou farmacêutico. A proposição de “disposição” que se atém ao ente dada por essa subsistência diz que a técnica concebe o mundo como uma fonte energética de onde o homem tecnicamente retira sua força vital para se manter, de modo contínuo e ininterrupto. Assim, pensemos nisso no âmbito científico: se o homem, ao pesquisar e observar o mundo, persegue a “[...] natureza enquanto uma região de seu representar, então ele já é convocado por um modo de desabrigamento que o desafia a ir ao encontro da natureza enquanto um objeto de pesquisa, até que também o objeto desapareça na ausência de objeto da subsistência.” (HIEDEGGER, 2007, p. 384).

Fazendo um balanço acerca de tudo que foi exposto acima, é importante apontar que expressão filosófica “modo de ser” designa um compromisso inalienável entre todos os entes

e a técnica, pois ela é uma maneira do ser de se manifestar, de encontrar a verdade nas coisas: assim, ela torna disponíveis esses entes a partir de sua presença. A reiteração desta resolução, dela como modo de ser, se deve ao peso que ela tem. Afinal de contas, sua operatividade aponta para o que uma coisa é (HEIDEGGER, 2007).

A ideia de a técnica ser um simulacro do ser acentua que dela tudo provém com a marca de verdade, revelação, desocultamento. Se Michelangelo retira do bloco de pedra a figura do Rei Davi, isto se refere a achar o que há ali de verdadeiro na matéria; diz respeito, como dissera o próprio escultor renascentista, ao artista retirar apenas o excesso de rocha que recobria a “real” forma da estátua. A figura já está ali, só faltava revelá-la ao mundo, pôr a figura à vista. Com efeito, isto pois se constrói onde já se habita: esta é a profundidade da metafísica. *Mutatis mutandis*, seja qual for a instância histórica da técnica, seja ela grega (*techné*), romana ou moderna, ela será um modo de se descobrir a verdade. Ou seja, de se ocasionar uma verdade, de apresentar o real. Diria Capurro (2011) acerca disso que:

As tecnologias da comunicação, como a tecnologia em geral, não são neutras, isto é, não são um mero instrumento de que se serve um sujeito, individual ou coletivo, para agir no mundo, mas elas transformam a natureza mesma da relação entre o sujeito e o mundo e, por conseguinte, a própria auto-compreensão do agente moral humano.

Todavia, cumprindo o juízo histórico que a tanto se aludiu, há de se perceber um abismo entre a realidade grega do mundo antigo e o universo moderno e contemporâneo em que vivemos. Há, claramente, uma separação entre a técnica manual e a técnica moderna das máquinas de força (HEIDEGGER, 2007). A reformulação hermenêutica de Heidegger quanto aos modelos preestabelecidos pela tradição latina nos oferece essa percepção histórico-conceitual. Quanto à técnica moderna, por sua vez, é preciso destacar suas diferenças para a arte arcaica: mesmo que ambas sejam modos de se ocasionar a verdade (de trazer à frente), há uma mudança *sui generis* para a técnica moderna. Nesta última, “o desabrigar imperante [...] é um desafiar [...] que estabelece, para a natureza, a exigência de fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal.” (HEIDEGGER, 2007, p. 381)

Nesse sentido, mesmo a técnica moderna sendo um desabrigar, contudo, é um tal desabrigar que não se faz simplesmente em um pôr à luz, num mostrar aquilo que se revela por meio duma arte ou técnica qualquer. Esse sentido de desabrigar como desafiar torna a técnica moderna uma outra coisa. O fato dela estar num outro *estado de coisas*, a partir da modernidade até o contemporâneo, se deve, assim entendemos, à mudança da intensidade, na

medida em que ela passa a lidar com a natureza nos termos duma *provocação*. Como se ela se superaquecesse tanto num trazer à frente, que sua própria fisionomia assim se alterasse. Parafraseando McLuhan (1979), seria como se um meio sofresse tanto estímulo por uma dada situação, que seu superaquecimento fizesse criar nele uma fissão, obrigando sua essência a pular de um estado para o outro. Ou seja, o que decorre daí não é uma simples mudança de grau, mas da própria natureza da técnica, fato esse que implicará numa outra forma de verdade, digamos, que a técnica ocasiona desvelando. Todavia, o que de fato seria a intensidade a qual a técnica se refere? E, a que se referiria à provocação?

No caso da intensidade (técnica antiga), ela se faz exercendo pressão sobre um movimento que seria alcançado, de certa maneira, nos limites da própria natureza e de suas operações. Tal como ocorre quando árvores, plantas e animais espalham sementes na terra, a sementeira intensifica essa forma de desvelar. Dentro da técnica antiga (pré-moderna), o desocultar se dava num formato ainda de espera. O camponês que semeava e cuidava do solo se mantinha no aguardo enquanto a natureza provia o resto; tratando das reações necessárias aos brotos e sementes para gerar seu crescimento. O que a técnica lhe proporcionava era uma alteração na intensidade daquilo que o próprio mundo lhe disponibilizava. Se podia ganhar, na agricultura, por exemplo, mais que a coleta nos campos silvestres lhe dispunha. Porém, a energia que se podia retirar da natureza andava em paralelo com o seu aproveitamento. Por isso, mesmo sendo um moinho uma ferramenta, ela não conseguiria ainda superar seu fazer objetivo de moer grãos, quando o vento ou a roda d'água sessam de girar. A técnica moderna não assume esse papel. Para o homem científico, todo o projetar para dentro do cultivo de alimentos não aceita a interrupção, a perda, a baixa produtividade.

No segundo caso, o da provocação, o da técnica moderna de cunho científico experimental, esta não espera nada, nem mesmo a boa vontade da natureza. Ela a provoca para conseguir seus resultados, tal como Kant a descreve na *Crítica da razão pura* (2015): torcendo-a até que seja cumprida sua meta energética. Assim, diria Silva (2007, p.371), “[...] para o homem moderno, que requer das coisas a satisfação de suas necessidades naturais e instituídas, desocultar é tirar proveito: desabrigar a partir do critério da utilização.” Por essa razão, diria ainda o comentador, o rio é a representação da pressão da água nas turbinas e a árvore é a representação industrial da madeira e do combustível como biomassa.

Trata-se ainda de um modo de desocultar que já não se ordena pela *poiesis* (termo grego que designa o aparecer natural), no sentido de trazer ao mundo, mas por aquilo que é requerido pela transformação técnica (HEIDEGGER, 2007). Lançando mão ainda do exemplo

da agricultura, no recém passado século XX, se viu a “revolução verde” transformar o trabalho e o rendimento no campo. O camponês que não conseguia desafiar o solo da plantação, agora é substituído pela agroindústria munida da engenharia genética. Com isso:

[...] a preparação do campo entrou na esteira de um tipo de preparação diferente, um [pôr] a natureza no sentido do desafio. O campo é agora uma indústria de alimentação motorizada. O ar é posto para o fornecimento de nitrogênio, o solo para o fornecimento de minérios, o minério, por exemplo, para o fornecimento de urânio, este para a produção de energia atômica, que pode ser associada ao emprego pacífico ou à destruição. (HEIDEGGER, 2007, p.381-382)

Esta condição humana do desocultamento calculista se dá por meio de uma visão de mundo; uma forma de se colocar no espaço e entendê-lo. Modo este, especificamente, que, quanto à sua condição metafísica da civilização ocidental moderna, se pretende ao domínio total do planeta, bem como dos recursos que ele deve oferecer ao homem, diz Heidegger (2002, 2010). O que se acomoda na expressão do homem engajado na vontade de ter poder de poder.

Pelo prisma heideggeriano, o percurso acerca da técnica nos possibilita perceber a perspectiva que a metafísica, ou melhor, um autor em específico, tem sobre ela; sobre a técnica moderna, especificamente, em seu sentido essencial. A ela, a técnica moderna, caberia, então, uma mudança em passo dialético com o tempo histórico da modernidade. A ideia de técnica enquanto modo de ser, em sentido forte do termo, nos abre ao entendimento de que ela se posiciona como índice ontológico para as coisas. Os entes aparecem por causa dela. Para além dessa noção de técnica como verdade, há a percepção dela enquanto rede de instrumentos. A inter-relação e coordenação desses instrumentos formam uma rede operatória que sustenta o modo de ser e pensar da técnica moderna; dela como “desocultamento provocador”.

Além disso, ela, a tecnologia emerge no mundo moderno enquanto aqui que dá liga à realidade cotidiana; que molda nossa expectativa de vida e etc. Segundo Santos e Vidotti (2009, p. 1), ademais:

a tecnologia inclui a totalidade da nossa cultura material, e não apenas ferramentas e máquinas. A cultura material reflete o modo de pensar e os valores de cada cultura e de cada sociedade. Ela é a formadora do ambiente concreto da sociedade, pois se refere a todo segmento do universo físico socialmente apropriado.

Toda essa abertura ao pensar acerca da técnica/tecnologia, aliás, se fez possível pelo viés hermenêutico e ontológico. A ideia de se perfurar a camada externa do conceito de questão e de

se formular uma pergunta, diria Gadamer (2015), vai contra o sentido natural de se restringir ao senso comum e ao fechamento do inquérito filosófico. Lembrando o trecho que encerra o comentário de Silva (2007, p. 374) ao ensaio heideggeriano d'*A questão da técnica*, que nos aponta o seguinte: “para reencontrarmos a experiência daquilo que nos constitui é necessário despojar-nos das mediações construídas ao longo do processo de subjetivação dos fundamentos e de objetivação científica e técnica da realidade.”

Sobre todos os aspectos, o percurso trilhado até então nos demonstrou uma resposta sonora ao caso da tecnologia como possível item de discussão epistemológica ao interior da Ciência da Informação, indicando-nos a pertinência da empresa que vinculou tecnologia à epistemologia na área. *Mutatis mutandis*, trazer essa tal questão enquanto um problema orientado pela hermenêutica filosófica de Martin Heidegger tornou viável observá-la, com efeito, não somente como ferramenta técnica (como simples “meio para”), mas como um princípio mobilizador ontológico para a configuração teórica da paisagem objetiva da área. Somente a diferença ontológica entre ser e ente, entre essência e presença é que torna possível ver a tecnologia não apenas como uma coisa ou aparato meramente técnico, mas como uma força criadora.

Ao levarmos à cabo a ideia heideggeriana de que a tecnologia moderna se comporta, ontológica e metafisicamente, como uma causa eficiente (modulada pelo esquema da subjetividade que dá sentido a ela), podemos ver como ela se dá num modo-de-ser existencial, cumprindo um juízo de ser pré-determinado. Assim, configurando uma hermenêutica do olhar cientificista, a tecnologia determina o ser do ente informacional. O que faz da tecnologia (ou melhor, da informação) não uma simples ferramenta, mas uma maneira de enxergar o mundo e interagir com ele (ideia de recurso). Posto isso, temos a tecnologia surgindo como um real problema a ser tratado.

Conclusão

Se, agora, depois desse longo e exaustivo — para não dizer, entediante — percurso trilhado, recuperássemos uma das epígrafes que, então, abriram a Introdução desta tese, o que teríamos em mãos seria a sensação de uma estranha inflexão: “‘Informação é o novo petróleo.’ Ora, mas isso já não resumiria, de alguma forma, toda a tese?” A ideia, no geral, seria justamente essa, a de mostrar como essa trama temporal e conceitual põe à luz a própria forma com que a civilização ocidental tecnológica se fia já há tempos: digamos, entre presente e passado, entre a força do capital global empenhado na busca de maior liquidez e novos mercados gerativos de mais capital, que se coaduna com uma característica paradigmática latente das ciências desde o esforço de guerra; quiçá, desde a Escola de Chicago. Em síntese, de que a informação seja ela um ente universal para a plena realização dos modos de ser da ciência contemporânea e da vida humana, isso está temporalmente posto. Essa máxima, aliás, de que informação é tida como *o* recurso por excelência, apesar de parecer ociosa e obsoleta, torna concreta toda essa conjunção temporal em questão: Dataísmo e Epistemologia social estariam imbricados num mesmo *frame*. O passado de Bush e Otlet está, nessa medida, em acirrado contato com a atualidade do pensamento de Capurro, Saldanha, González de Gómez, Hjørland etc.; e, para dizer bem a verdade, por sua vez, até mesmo a forma opaca, frágil e megalomaniaca com que grandes empresários do Vale do Silício imaginam, projetam o futuro é também reverente a isso tudo.

Não por acaso, a repercussão dessa resolução temporal (a compreensão desse “ser-sido” que ainda *é* e que se joga à frente como projeto, como repetição duma forma de ser) é sentida, todavia, no interior da maneira como se dá o mero *ser* cientista da informação. Isto apenas quer indicar que a estrutura que põe junto e mantém em funcionamento o ofício científico da Ciência da Informação é forjada, sobretudo, pelas tessituras das temporalidades na forma de sua complexa historicidade. É misturando presente, passado, futuro, tornando-os futuro presentificado, futuro passado etc. é que as coisas se dão como dão. Em outras palavras (talvez mais claras que essas anteriores, esperamos), a exposição das fontes existencialistas (heideggerianas) duma filosofia contemporânea, tanto pós-metafísica quanto não-representacionista, tentou mostrar, mesmo diante de inúmeros deslizos e obscuridades de nossa escrita, que o problema da temporalidade para o “fazer ciência” está fincado, no fim das contas, nas concepções paradigmáticas que ainda temos do próprio tempo e da história.

Sobre isso, por ex., a separação esquemática entre ciência normal e revolucionária atenderia, sobremaneira, aos requisitos lógico-ontológicos duma cisão entre ser e não-ser, que remete ao estatuto metafísico do tempo espacializante. Ou seja, quando uma coisa dá lugar a

outra, quando o passado cede espaço ao presente e, conseqüentemente, este ao futuro, pensamos tudo a partir duma noção restritiva de tempo. A bem dizer, a contínua presença eficiente — ainda que obscura — dos paradigmas físico e cognitivo na atual conjuntura paradigmática da Ciência da Informação (paradigma social) demonstra, por seu turno, como essas concepções mais tradicionais (especializantes) de temporalidade e historicidade acabam ainda sendo nocivas à compreensão e ao esclarecimento de muitos aspectos de nossos fenômenos e processo de desenvolvimento epistemológicos.

Nesse sentido, ajustar os parâmetros do exame a partir dum redimensionamento das referências históricas e temporais — isto é, ter sempre à mão a percepção de que o passado efetivamente ainda é, e que o futuro, todavia, é a forma inicial de qualquer atividade mais imediata que seja, pois lida com fatores de expectativa e recompensa da vida —, nos torna capacitados a notar as constâncias, os enfraquecimentos, os potenciais ressurgimentos, os sutis rearranjos de valores há muito desconsiderados ao interior dos cálculos teóricos, epistemológicos da CI.

Aliás, essa incessante recursividade existente entre os valores, preconcepções e conceitos que acompanham a nossa atividade teórico-científica, que se nutrem mutuamente com elementos muitas vezes obscuros ao olhar investigativo, nos abre novas portas para a própria pesquisa teórica. Remexer esses velhos baús pode fazer surgir sempre uma nova interpretação a partir do infinito rearranjo das leituras acerca de nossas tradições. Como asseverava Dilthey em seus cursos de hermenêutica, há uma infinita busca estabelecida entre a leitura duma tradição e os herdeiros que a recebem. Essa dialética entre obra e leitura contextual, no limite, é importante para o próprio estatuto, preservação e reavaliação dessa mesma tradição.

No mais, ao longo da Parte 2, o intuito foi, como dissemos já ao ponto da exaustão, tentar tirar da positividade cotidiana da atividade epistemológica da CI e das trilhas abertas pelas interpretações e esforços dos seus respectivos pesquisadores, uma espécie de “gancho”, um ponto de acesso a essa dimensão (hoje, inaudita e tida até mesmo como ociosa e superada) da técnica ao interior de nossas pré-concepções teóricas. Nos valendo duma analogia dos processos químicos, isto é, ao extrair, decantar do debate e do discurso paradigmático da área essa conexão entre uma coisa e outra, acabamos por descobrir o caminho de uma certa “antropologia” da atividade científica da CI. A forma como essa entidade científica, o pesquisador, lida com os problemas impostos pelos fenômenos, a maneira como lança mão

das tradições, enfim, como se constitui o seu expediente investigativo diante da inevitável elaboração teórica, tudo isso surge como espólio do estudo.

Ainda que se tenha apenas iniciado um percurso de conhecimento acerca tanto da técnica quanto do estudo da hermenêutica e da fenomenologia, o fato é que aqui pesa sempre a noção de saber e de conhecimento enquanto um caminho. Caminho esse que, agora, colhendo estes tesouros de viagem, se vê em processo de reconstrução; isto é, que com o saber conseguido até aqui, se vê menos distante e se está mais apto a discutir acerca da mesma matéria, mas em outro nível de profundidade.

E, finalmente, por falar em profundidade, distância, o que nos vêm nesse momento é o pressentimento de que a questão da técnica, dentro da Ciência da Informação, no que toca sua relação com o próprio estatuto da informação enquanto objeto/não-objeto dessa área (filosofia da informação), alcança um ponto simbólico: com isso, queremos dizer que informação, diante desses meandres da conjunção formada pela onipresença e onipotência da técnica como forma imperativa da subjetividade ocidental moderna, não passaria, enfim, numa metáfora desse domínio. Algo que está aí, mas que, no limite, escapa ao olhar e ao filtro lógico da atividade epistemológica meramente ensimesmada em suas preocupações positivadoras. Para encontrá-la (ou, quem sabe, inventá-la, mesmo justificar sua presença/existência dessa metáfora) não seja necessário aos doutos da CI lançarem-se ao mar em busca duma metateoria, na qual se faça consigo mesmo aquilo que, em geral, realizamos junto aos mais variados universos linguísticos, culturais, científicos.

REFERÊNCIAS

- ANGIONI, L. As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles, *Anais de filosofia clássica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 2011.
- ARAÚJO, C. A. A. As correntes teóricas da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 3, p.192-204, set.-dez., 2009.
- ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S.; FREITAS, J. L. Configuração epistemológica da Ciência da Informação na literatura periódica brasileira por meio de análise de citações (1972-2008). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 1, p. 18-43, jan./abr. 2010.
- AZEVEDO, A. W. Perspectivas da produção científica sobre epistemologia da Ciência da Informação no âmbito do ENANCIB. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 6, n. 3, p. 66-80, 2019.
- AZEVEDO, A. W. A construção da Ciência da Informação na pós-modernidade: dialética histórica. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v6, n. 2, p. 71-82, jan./jun. 2009.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BARRETO, A. de A. A condição da informação. *São Paulo em perspectiva*: São Paulo, v. 16, n. 3, p.67-74, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13563.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- BARRETO, A. de A. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-34. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf> Acesso em: 28 dez. 2020.
- BERTALANFFY, L. von. *Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Trad. de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, [1975] 2015.
- BLANC, M. de F. *Introdução à Ontologia*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2011.
- BLOCH, M. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch; prefácio Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BONJOUR, L. A dialética do fundacionismo e coerentismo. In: GRECO, J.; SOSA, E. (Orgs.). *Compêndio de epistemologia*. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- BORGES-DUARTE, I. Gestell e gestalt. Fenomenologia da configuração técnica do mundo em Heidegger. In: FENOMENOLOGIA E CIÊNCIA. IV CONGRESSO INTERNACIONAL

DA AFFEN. Évora: Associação Portuguesa de Filosofia Fenomenológica, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/12764> Acesso em: 18 de abril 2024.

BORKO, H. Information Science: What is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BORNHEIM, G. *Metafísica e finitude*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRETON, P. *A utopia da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BROOKES, B. C. The foundations of Information Science. *Journal of Information Science*, Amsterdam, v. 2, n. 3/4, p. 125-133, 1980.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BUCKLAND, M. K. What is a “document”? *Journal of the American Society for Information Science* (1986-1998), v.48, n.9, pp. 804-809, 1997.

BUSH, V. *Science, the endless frontier: a report to the President on a program for postwar scientific research* by Vannevar Bush, director. 1945.

BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, n. 1, jul. 1945a.

CANGUILHEM, G. Descartes e a técnica. *Trans/formação*, São Paulo, n.5, p.111-122, 1982. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010131731982000100010&script=sci_arttext&tlng=pt
Acesso em: 30 jan. 2021.

CAPURRO, R. *Hermeneutics and the phenomenon of information*. 2000. Disponível em: <http://www.capurro.de/ny86.htm> Acesso em: 28 dez. 2020.

CAPURRO, R. *Epistemologia e Ciência da Informação*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Belo Horizonte, 5., 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm Acesso em: 28 dez. 2020.

CAPURRO, R. *Contribuições para uma ontologia digital*. 2009. Acesso em: http://www.capurro.de/ontologiadigital_pt.html Acesso em: 28 dez. 2020.

CAPURRO, R. Informação e ação moral no contexto das tecnologias de comunicação. In *Informação, conhecimento e ação ética*. GONZALEZ, M. E. Q.; BROENS, M. C.; MARTINS, C. A. (Orgs.). Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/e-book_informacao-e-conhecimento.pdf Acesso em: 28 dez. 2020.

CAPURRO, R. *Foundations of Information Science: review and perspectives*. 2016 Disponível em: <http://www.capurro.de/tampere91.htm> Acesso em: 28 dez. 2020.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. *Ápeiron. Estudios de filosofía*, monográfico «Diez ensayos de filosofía de la información», Madrid, n. 12, p. 9-35, 2020. Disponível em: <https://www.capurro.de/apeiron2020.pdf> Acesso em: 28 mar. 2024.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47> Acesso em: 28 dez. 2020.

CASTELLS, M. *A sociedade em Rede*. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1999. (Coleção A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)

COLUMBIÉ, R. L. Epistemología y Ciencia de la información: repensando un diálogo inconcluso. *ACIMED*, v. 21, n. 2, pp. 140-160, 2010.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUPANI, A. *Filosofia da Tecnologia: um convite*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DAY, R. LIS, method, and postmodern science. *Journal of Education for Library and Information Science*, v. 37, n. 4, p. 317-324, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/40324240.pdf> Acesso em: 28 dez. 2020.

DAY, R. *The modern invention of information: discourse, history and power*. Carbondalle: Southern Illinois University, 2001.

DAY, R. E. Martin Heidegger's Critique of Informational Modernity. In: LECKIE, G. L.; GIVE, L. M.; BUSCHMAN, J. *Critical Theory in Library and Information Science: exploring the social from across the disciplines*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010.

DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: os fins da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009. (Atopos)

DILTHEY, W. *Filosofia e educação: textos escolhidos*. Trad. Alfred Josef Keller e Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. São Paulo: Edusp, 2010.

DILTHEY, W. The rise of hermeneutics. *New literary history*, Baltimore, v. 4, n. 2, p. 229-244, winter, 1972, Tradução Fredric Jameson. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/468313> Acesso em: 30 abril 2024.

DOBEDEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Orgs.). *Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século*. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FERNANDES, W. R.; CENDÓN, B. V. Desvendando as relações de outras disciplinas com a produção científica da ciência da informação brasileira. *Informação & Informação*, v. 25, n. 4, p. 196-234, 2020.

FLEISSNER, P.; HOFKIRCHNER, W. In-formatio revisited. Wider den dinglichen Informationsbegriff, *Informatik-Forum*, n. 3, 126-131, 1995. Disponível em: http://igw.tuwien.ac.at/igw/menschen/hofkirchner/papers/InfoConcept/Informatio_revisited/in-format.html Acesso em: 10 de abril de 2024.

FLORIDI, L. On defining Library and Information Science as applied philosophy of Information. *Social Epistemology*, on line, v. 16, n. 1, p.37-49, 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5476/505f9d21f99e1c5618f8e685df62d665d34e.pdf> Acesso em: 28 dez. 2020.

FLORIDI, L. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 37-47, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42318> Acesso em: 28 dez. 2020.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2011.

FRANCELIN, M. M. Epistemologia da ciência da informação: evolução da pesquisa e suas bases referenciais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.23, n.3, p. 89-103, jul./out. 2018.

FREIRE, I. M. Um olhar sobre a produção científica brasileira na temática epistemologia da Ciência da Informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, 2008.

FREIRE, I. M.; SILVA, T. J. Um olhar sobre historiografia e epistemologia no campo da Ciência da Informação. *Logeion: filosofia da informação*, v. 7, p. 133-164, 2020.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1683/Frohmann387407.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FROHMANN, B. O carácter social, material e publico da informação. In: FUJITA, M. S.L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais...* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

FROHMANN, B. Revisiting “what is a document?” *Journal of documentation*, v. 65, n. 2, pp. 291-303, 2009.

GADAMER, H-G. *Hermenêutica em retrospectiva vol. I – Heidegger em retrospectiva*. 2. ed. Tradução Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007.

GADAMER, H-G. *O problema da consciência histórica*. 2. ed. Tradução Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GADAMER, H-G. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GARCIA, J. C. R. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: de volta para o futuro. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/153> Acesso em: 18 de abril 2024.

GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Orgs.). *Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade*. Marília: Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento (ISKO-Brasil), 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. G. de. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Validade científica: da epistemologia à política e à ética. *Liinc em revista*, v. 11, n. 2, 2015.

GRECO, J.; SOSA, E. (Orgs.). *Compêndio de epistemologia*. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAN, B-C. *Sociedade do cansaço*. 2. ed. amp. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARVARD UNIVERSITY. *Facebook Founder Mark Zuckerberg Commencement Address - Harvard Commencement*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmYv8XGI-YU> Acesso em: 10 set. 2017

HEIDEGGER, M. Que é isto – a filosofia? In: HEIDEGGER, M. *Marcas do caminho*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. (Coleção Pensamento Humano)

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. *Scientiæ Studia*. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000300006 Acesso em: 28 dez. 2020.

HEIDEGGER, M. *Meditação*. Petrópolis: Vozes, 2010.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Edição alemão-português. Trad., org., nota previa, anexos e notas de F. Castilho. Campinas: Vozes, 2012 (Multilíngues de Filosofia Unicamp).

HEIDEGGER, M. *As questões fundamentais da filosofia: “problemas” seletos da “lógica”*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HEIDEGGER, M. O tempo da imagem do mundo. In: HEIDEGGER, M. *Caminhos de floresta*. Trad. Irene Borges [et. al]. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos extremos – o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

ILHARCO, F. *Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica, 2003.

JUVÊNCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M. Manoel Cícero Peregrino da Silva na Biblioteca Nacional: engajamento aos ideais de Otlet e La Fontaine e à Documentação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XVIII ENANCIB, 2017.

KARPINSKI, C. Epistemologia e Ciência da Informação: fundamentos teóricos e produção bibliográfica nacional. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), Londrina, 2018.

KEMPLE, B. *The intersection of Semiotics and Phenomenology: Peirce and Heidegger in Dialogue*. Boston: Walter de Gruyter, 2019.

KEYNES, J. M. Perspectivas econômicas para nossos netos. In: NAPOLEONI, C. (ORG.). *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1982. P.153-163.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, Campinas, v. 15, p. 7-21, set./dez. 2003.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Com uma contribuição de Hans-Georg Gadamer; trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; rev. da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 11. ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Debates; 115)

LE COADIC, Y. F. *A Ciência da Informação*. 2. ed. Trad. de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOS, A. A internet das coisas. In _____. *A comunicação das coisas: teoria autor-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Átopos)

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2003.

LOPARIC, Z. Heidegger e a pergunta pela técnica. *Cadernos de Filosofia da Ciência*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 107-138, 1996.

LÓPEZ YEPES, J. *Le documentación com disciplina: teoria e história*. 2. ed. atual. e ampli. Pamplona: EUNSA, 1995.

LYOTARD, J-F. *A condição pós-moderna*. 12. ed. Trad. Ricardo C. Barbosa. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

MATELART, A.; MATELART, M. *História das teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2005

MCLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. 2. ed. Tradução Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MCLUHAN, H. M. *Os meios de comunicação: como extensões do homem*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979

MEDEIROS, A. L.; VANTI, N. Vannevar Bush e as matrizes discursivas de *As we may think*: por uma possível história da Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, n. 3, v. 21, pp. 31-39, 2011.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORUS, T. *Utopia*. 2. ed. bilíngue Latim-português. Trad. Márcio Meirelles Gouvêa Junior. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. (Coleção Clássica)

MOSTAFA, S. P. *Epistemologia da biblioteconomia*. São Paulo: PUC, 1985. (Tese de Doutorado).

MOURA, A. P. de; LARA, M. L. G. de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, n. 4, v. 17, pp. 2-17, 2012.

MUCHERONI, M. L. O conceito ontológico fenomenológico da informação: uma introdução teórica. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 4, n. 1, 2011.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. seleção e ensaio Gérard Lebrun e Márcio Suzuki; tradução e notas Rubens Rodrigues Torres Filho; posfácio de Antonio Candido. São Paulo: Editora 34, 2014.

NIETZSCHE, F. *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida. Segunda Consideração extemporânea*. Org. e trad. André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2017.

NUNES, B. *Heidegger*, São Paulo: Edições Loyola, 2016.

NUNES, B. *Passagem para o poético: filosofia e poesia em Heidegger*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ODDONE, N. O horizonte histórico da Ciência da Informação no Brasil e o testemunho de Lydía de Queiroz Sambaquy, *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 7, n. 1, p. 3-9, 2020.

OTLET, P. *El tratado de documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. 2. ed. Murcia: Universidad de Murcia, 2007.

PAIVA, T. de C. L.; SILVA, D. da R. Jesse Shera no Brasil - contribuições para a biblioteconomia brasileira na década de 1950. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 26, n. 3, p. 179-207, set. 2021.

PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2015. (O saber da filosofia; 15)

PINHEIRO, M. O.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; SIMÕES, M. G. M. Problematizando a Ciência da Informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, 2020.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 47, n. 1, 2018.

PINHEIRO, L. V.; SILVA, E. L. As redes cognitivas na Ciência da Informação brasileira: um estudo nos artigos científicos publicados nos periódicos da área. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 38-50, set./dez. 2008.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Disponível em:

<http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187> Acesso em: 28 dez. 2020.

RAYWARD, W. B. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, v.48, n.4, pp.289-300, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220434198_The_Origins_of_Information_Science_and_the_International_Institute_of_BibliographyInternational_Federation_for_Information_and_Documentation_FID Acesso em: 17 fev. 2021.

RENDÓN-ROJAS, M. Á. Ciencia bibliotecológica y de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Epistemología, metodología e interdisciplinaridad. *Investigación bibliotecológica*. México, v. 22, n. 44, p. 65-76, abr. 2008.

RICOEUR, P. *Hermeneutics and human sciences: essays on language, action and interpretation*. Translation John B. Thompson. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. 3. ed. Organização, tradução e apresentação Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2018. (Coleção Textos filosóficos)

RÜDIGER, F. *Martin Heidegger e a questão da técnica: prospectos acerca do futuro do homem*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RÜDIGER, F. Contra o conexionismo abstrato: réplica a André Lemos. *Matrizes*, São Paulo, v. 9, n. 2, p.127-142, jul./dez. 2015.

RÜDIGER, F. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013 (Coleção cibercultura)

RÜDIGER, F. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SALDANHA, G. S. Entre a retórica e a filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. *InCID*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, jan./jun., p. 47-67, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/42334> Acesso em: 20 de abril de 2024.

SALDANHA, G. S. Maravilhoso informacional: crítica da Filosofia da Informação sob uma reflexão hermenêutica entre Medievo e Modernidade, *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 20-42, ago./fev. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1490/1668> Acesso em: 28 dez. 2020.

SALDANHA, G. S. Um método entre a Filosofia da Informação e a Organização do Conhecimento: Wittgenstein, epistemologia histórica e crítica da linguagem. *Informação e Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 81-94, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38084> Acesso em: 20 de abril de 2024.

SALDANHA, G. S. Transgramáticas: Filosofia da Ciência da Informação, linguagem e realidade simbólica. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/issue/view/14> Acesso em: 20 de maio de 2024.

SANTOS, N. B. dos. A informação e o paradigma holográfico: a utopia de Vannevar Bush. *DataGramaZero: revista de Ciência da Informação*, Niterói, v. 3, n. 6, 2002

SANTOS, N. B. dos. A Revanche do hipertexto. *DataGramaZero*, Niterói, v. 9, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6249> Acesso em: 17 jan. 2021.

SANTOS, A. P. L. dos; RODRIGUES, M. E. F. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; VIDOTTI, S. A. B. G. Perspectivismo e Tecnologias de Informação e Comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? *DataGramaZero: revista de Ciência da Informação*, Niterói, v. 10, n. 3, p. 1-11, jun. 2009.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*: Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. Entrevista com Rafael Capurro (07/10/2015) *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, pp. 322-328, nov. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3677> Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, A. M. da. O método quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com*, Aveiro, v. 26, pp. 27-44, 2014. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/3097> Acesso em: 10 set. 2017.

SILVA, F. L. e. Martin Heidegger e a técnica. *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 369-374, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v5n3/a04v5n3.pdf> Acesso em: 10 set. 2014

SILVA, J. L. C.; FARIAS, M. G. G. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da ciência da informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social. *Biblios* (Peru), n. 51, p. 42-56, 2013.

SILVA, T. J.; FREIRE, I. M. Historiografia e epistemologia no campo da ciência da informação- um olhar sobre a literatura brasileira. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 13, n. 1, 2018.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655/52726>. Acesso em: 28 de abril 2024.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Orgs.). *Informação e contemporaneidade: perspectivas*. Recife: Néctar, 2007.

SOUZA, E. D. de; DIAS, E. J. W. A integração disciplinar na Ciência da Informação: os não-ditos sobre essa familiar desconhecida. *Ciência da Informação*, v. 40, n. 1, 2011.

SOUZA, E. D. de. Configurações do campo da Ciência da Informação: pluralismo epistemológico e descentração interdisciplinar. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Infomação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-22, jan./dez. 2012.

STOKES, D. E. *O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica*. Campinas: Unicamp, 2005.

TÁLAMO, M. F. G. M.; SMIT, J. W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v.1, n.1, pp. 33-57, jan./jul 2007.

TARNOFF, B. *Silicon Valley siphons our data like oil. But the deepest drilling has just begun*. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/aug/23/silicon-valley-big-data-extraction-amazon-whole-foods-facebook>> Acesso em: 10 set. 2017

VEGA-ALMEIDA, R. L.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; LINARES, R. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. *Information Research*, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://informationr.net/ir/14-2/paper399.html> Acesso em: 20 de maio de 2024.

WIENER, N. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v.29, n.2, pp. 229-239, 1993

WILKE, V. C. L. Filosofia e informação: dos muitos sentidos de informação e algumas abordagens filosóficas — contribuições para a epistemologia da informação. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp. 91-112, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Revisão da tradução e apresentação de Emmanuel Carneiro Leão. 3.ed. Bragança Paulista, SP: Editora Universitário São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2004.

ZANDONADE, T. Grupo 8 – Epistemologia da Ciência da Informação, *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 23-24, n. 3, 2000.